



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**180ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

Ata da ordem dos dias 06, 07 e 08 de julho de 2010.

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

180ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 06, 07 e 08 de julho de 2010

Local: MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dez teve início a Centésima Octogésima Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidente do
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular do Ministério do
4 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Márcia Maria Biondi Pinheiro. Estiveram
5 presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Membros Titulares e Suplentes do
6 CNAS: Conselheira Márcia Maria Biondi Pinheiro, Ministério do Desenvolvimento Social e
7 Combate à Fome – MDS; Conselheira Maria Luiza Amaral Rizzotti, Ministério do
8 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Gisele de Cássia Tavares,
9 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Renato Francisco
10 dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira
11 Brenda Ferreira Silva, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
12 Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
13 Fome – MDS; Conselheiro Bruno Moretti, MP; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Ministério
14 da Previdência Social – MPS; Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, Ministério do
15 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Caio Nakashima, Ministério do
16 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro José Ferreira Crus, Ministério do
17 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Maria José de Freitas, Ministério
18 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Edna Aparecida Alegro,
19 Ministério da Fazenda - MF; Conselheira Marta de Oliveira Sales, FONSEAS; Conselheiro Sérgio
20 Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro
21 Pedro Ost, CNBB; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Ffundação Orsa; Conselheiro Antônio
22 Celso Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja
23 Metodista; Conselheira Maria José de Freitas,; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação
24 Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do
25 Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora
26 Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa;
27 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais –
28 FENAVAPE; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua;
29 Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI;
30 Conselheiro Antônio Pereira Kũa da Silva Filho, FENATIBREF; Conselheira Maria Aparecida do
31 A.Godoi de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; e,
32 Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Central dos Trabalhadores do Brasil. **Convidados:** Dr. Rômulo
33 Paz, Ministro em exercício; Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo, FONSEAS; Edilar Cruz,
34 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul; Joelson,
35 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social/PE; Fátima, Conselho Municipal de
36 Assistência Social do Recife; Lina Silva, Legião da Boa Vontade; Maria Joaquina, Presidente do

37 Conselho Estadual de Goiás; Paula, representante usuária do Conselho estadual de Assistência
38 Social/PE; e, Dr. Ivair Cardoso Alves dos Santos, Secretaria de Direitos Humanos. **ABERTURA.**
39 Dando início à 180ª Reunião Ordinária do CNAS, a senhora Presidente esclareceu a convocação
40 dos Conselheiros governamentais da gestão anterior, com a transição aos novos membros sendo
41 feita no dia seguinte. A seguir, solicitou à Secretária-Executiva que procedesse à conferência do
42 quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade: Conselheiro Bruno Moretti, Conselheira Simone,
43 Conselheiro Wagner, Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheira Fátima Rampin, Conselheira Márcia,
44 Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Edna, Conselheira Maria José, Conselheiro Samuel,
45 Conselheiro Celso Pasquini, Conselheira Marisa e Conselheira Maria Aparecida, na titularidade.
46 Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Araújo e Conselheiro Antônio Pereira Kbça. A senhora
47 Presidente informou sobre a indicação do candidato da Sociedade Civil, com a Secretária Nacional,
48 Sra. Maria Luiza comparecendo para fazer a indicação do Conselheiro candidato à Vice-
49 presidência. Esclareceu que formada a chapa, se procederia à eleição, ressaltando a necessidade de
50 quórum qualificado, correspondente a dois terços de Conselheiros presentes. Realizada a eleição, os
51 novos Presidente e Vice-Presidente seriam aclamados, diriam algumas palavras e a Presidente atual
52 deixaria o cargo, com a Secretária Nacional procedendo à leitura da Portaria que seria publicada no
53 dia seguinte, com a composição dos Governamentais e com a presença do Ministro à cerimônia de
54 posse. Comunicou que a Comissão de Conselhos, que se reuniria sempre no primeiro dia,
55 pretendendo, ainda antes do final da manhã fazer sua reunião com pauta definida pelo Coordenador
56 da Comissão. Indagou ao Conselheiro Renato Saidel o nome do candidato da Sociedade Civil à
57 Presidência, que indicou o nome do Conselheiro Carlos Ferrari. A Secretária Nacional indicou o
58 nome do Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula como candidato à Vice-Presidência,
59 discorrendo sobre sua trajetória. Tomando da palavra, o Conselheiro Ferrari agradeceu e reputou
60 sua indicação como de grande responsabilidade, explanando sobre o trabalho a ser realizado à frente
61 do Conselho, colocando-se à disposição de todos. O Conselheiro Renato de Paula agradeceu sua
62 indicação pelo governo, aceitando essa missão à frente do Conselho. A senhora Presidente, na
63 sequência, submeteu à votação a chapa proposta com o Presidente Carlos Ferrari e Vice-Presidente
64 Renato de Paula, com a Secretária-Executiva procedendo à chamada nominal: Conselheiros
65 Titulares ou na titularidade: Conselheiro Bruno Moretti: “É, quase uma gafe, como é a primeira vez
66 que eu venho! A Simone me soprou, eu tenho que falar sim, e só! Votar de primeira, é só porque eu
67 nunca vim! Mas, é sim!”; Conselheira Simone Albuquerque: “Estou comendo! Eu voto sim, com
68 muito prazer, não é, no Ferrari e no Renato, um para Presidente e outro para Vice.”; Conselheiro
69 Wagner Santana: “Também voto com bastante alegria nesta chapa, principalmente o usuário que
70 vem à frente de bastante serviço sócio-assistencial. Então, meu voto é sim tanto para o Ferrari quanto
71 para o Renato também!”; Conselheiro Carlos Ferrari: “Eu voto sim e, abraçando aí o companheiro
72 Renato de Paula que, eu tenho certeza que vamos estar muito juntos nesta caminhada!”; Conselheira
73 Fátima Rampin: “Eu voto sim na chapa proposta!”; Conselheira Maria Aparecida de Faria: “Voto
74 sim pelos dois nomes!”; Conselheira Márcia Pinheiro: “Voto sim nesta chapa!”; Conselheira Edna:
75 “Voto sim para o Carlos e o Renato, de Presidente e Vice-Presidente”; Conselheiro Renato Paula:
76 “Nada mais adequado do que, no ano do centenário, ter uma chapa Corintiana, eu e o Carlos Ferrari.
77 É sim!”; Conselheira Maria José de Freitas: “Voto sim nos dois candidatos apresentados”;
78 Conselheiro Samuel Rodrigues: “Bom dia, eu também voto sim para os dois nomes, no Ferrari e no
79 Renato e, desejo boa sorte aos dois e, a esta, não só aos dois, mas a este novo corpo do CNAS, a
80 esta nova gestão”; Conselheiro Celso Pasquini: “Voto sim pela chapa e, parabênzo os dois”;
81 Conselheira Marisa Silva: “Bom dia, voto sim para Presidente ao Conselheiro Ferrari e, para o Vice,
82 Renato. Desejamos uma gestão exitosa, que os novos Conselheiros, chegando neste Conselho,
83 possam caminhar para mais um passo no fortalecimento desta gestão importante desta política
84 pública de Assistência Social”; Conselheiro Frederico Jorge: “Bom dia a todos e a todas, eu voto
85 sim para o Presidente Carlos Ferrari e Vice-Presidente Renato de Paula”. A senhora Presidente
86 considerou a chapa proposta eleita pelo Conselho por unanimidade: Conselheiro Carlos Ferrari

87 como Presidente e Conselheiro Renato de Paula, como Vice-Presidente. A Secretária-Executiva
88 procedeu à leitura da Ata: “*Termo de Posse da Presidência e Vice-Presidência do Conselho*
89 *Nacional de Assistência Social. Aos seis dias do mês de julho de 2010, às nove horas, o Plenário do*
90 *Conselho Nacional de Assistência Social, reunido na sala de reunião do primeiro andar, ala A,*
91 *sala 108, anexo do Ministério da Previdência Social, situado na Explanada dos Ministérios, na*
92 *cidade de Brasília – DF deu posse ao Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Sr.*
93 *Carlos Eduardo Ferrari, eleito no dia seis deste mês, por unanimidade de votos dos Conselheiros*
94 *Titulares presentes, perfazendo a existência de dois terços do quórum e, o Vice-Presidente, Sr.*
95 *Renato Francisco dos Santos Paula para mandato de um ano a partir desta data. Assinaram este*
96 *Termo de Posse a Sra. Presidente Márcia Maria Biondi Pinheiro, o Sr. Presidente Carlos Eduardo*
97 *Ferrari, eleito nesta data, e o Sr. Vice-Presidente Renato Francisco dos Santos Paula, eleito nesta*
98 *data, os Conselheiros Titulares e Suplentes presentes à reunião, e a Secretária Nacional, Sra.*
99 *Maria Luiza Amaral Risotti”*. O senhor Presidente agradeceu a todos, manifestando seu
100 compromisso com a Política de Assistência Social e com o povo brasileiro, na defesa dos direitos,
101 com um sistema efetivamente protetivo e que garantisse a cada cidadão brasileiro uma Política que
102 atendesse às suas necessidades. Ressaltou a grande responsabilidade de estar à frente do CNAS,
103 trabalhando em conjunto para vencer os desafios existentes, como representantes de milhões de
104 brasileiros que necessitavam dessa Política, que era direito do cidadão e dever do estado. O Vice-
105 Presidente ratificou as palavras do senhor Presidente, sendo um momento de consolidar a rede de
106 proteção social, primando pela qualidade dos serviços implantados e de outros que ainda viriam,
107 sendo esse o desafio do momento do SUAS. Discorreu sobre as ações realizadas para a
108 implementação do Sistema, com a relevância do controle social, assim como o trabalho realizado
109 em conjunto com outras áreas para a ampliação da democratização, dos acessos e da participação
110 popular. Concluindo, agradeceu a todos e desejou uma grande gestão. A senhora Presidente
111 anunciou a chegada do Ministro em exercício, Dr. Rômulo Paz, convidando-o a fazer parte da mesa.
112 Agradeceu a oportunidade e a confiança pela sua indicação, discorrendo sobre o orgulho de
113 representar o Governo em uma instância nacional de representação da participação popular, e sobre
114 o momento difícil que haviam encontrado quando de sua chegada ao Conselho, com o atual sendo
115 diferente daquele encontrado em de 1994, explanando sobre as ações realizadas. Concluindo,
116 desejou êxito aos novos membros, passando a palavra à Secretária Nacional, que manifestou a hora
117 e a satisfação em estar presente nessa nova gestão que se iniciava, destacando a importância desse
118 espaço, co-partícipe das decisões dessa Política Pública. Prosseguindo, anunciou os nomes dos
119 novos membros do Governo: Maria Luiza Amaral Rizzotti, Secretária Nacional de Assistência
120 Social; Ana Cláudia Romano Pontes, SENAC; Fátima Aparecida Rampin, Previdência Social;
121 Luiza Fernandes Machado, Ministério da Saúde; Gisele de Cássia Tavares, Secretária Nacional de
122 Assistência Social; Brenda Ferreira Silva, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento
123 Social; Caio Nakashima, MDS; Mariana Santarelli, SESAN; Rita de Cássia Freitas, MEC; Lúcia
124 Helena Santos Junqueira Rodrigues, SEDH/PR; Marta de Oliveira Salles, FONSEAS; Eutália
125 Barbosa Rodrigues, FONSEAS, Suplente; Sérgio Wanderly da Silva, CONGEMAS; e, Marisa
126 Rodrigues Silva, CONGEMAS, Suplente; Simone Aparecida Albuquerque, MDS; Renato de Paula,
127 MDS; José Geraldo França Diniz, MP; José Crus, MPS, Suplente. A senhora Presidente passou a
128 palavra ao Ministro em exercício, Dr. Rômulo Paz, que cumprimentou a Secretária Nacional de
129 Assistência Social, a senhora Márcia Pinheiro que se despedia do CNAS nesse momento, o
130 Presidente que assumia a Presidência, os Conselheiros que encerravam seus mandatos, os novos
131 membros e todos os presentes, trazendo, também, uma mensagem da Ministra Márcia Lopes.
132 Discorreu sobre o que o CNAS representava e sua importante participação na construção da
133 Assistência Social e a efetivação do Controle Social no país. Falou sobre o avanço da Assistência
134 Social e a ampliação da cobertura dos serviços, com a grande participação da Sociedade Civil.
135 Cumprimentou a senhora Márcia Pinheiro pela militância e pelo grande papel desempenhado em
136 várias frentes e sua grande contribuição para a Assistência Social no Brasil. Discorreu sobre o

137 ganho que o Conselho teria com os novos membros, relatando o papel realizado pelo Conselheiro
138 Ferrari frente à Federação que representava, realçando a importância da presença de um
139 representante da Sociedade Civil para essa reeleitura de prioridade, sendo grande o ganho do CNAS
140 com essa alternância. Ponderou que com as dificuldades que o Conselho já havia enfrentado, tinha
141 uma nova possibilidade de rever toda a sua história, com um grande papel para ajudar o estado a
142 melhor alocar seus recursos, fazer escolhas que ajudassem a promover a igualdade e proteger as
143 pessoas vulneráveis e que tinham seus direitos violados. Concluindo, destacou ser esse seu registro
144 e da Ministra Márcia Lopes, transmitindo seu abraço a todos os presentes. O Conselheiro Clodoaldo
145 cumprimentou a senhora Márcia Pinheiro pelo trabalho que havia desenvolvido como Presidente
146 deste Conselho, a Vice-Presidente ausente, o Ministro, a Secretária Nacional, Conselheiros,
147 Convidados e funcionários do CNAS, assim como o Presidente e Vice-Presidente que haviam
148 assumido. Destacou o retorno do Ministério da Saúde e da Educação, iniciando-se um novo
149 mandato com uma capacidade de diálogo muito importante, com a Sociedade Civil e Governo
150 caminhando na construção da Política Pública de Assistência Social em que a intersectorialidade das
151 ações fosse um marco efetivo nessa nova Política que havia que consolidar no país. O Conselheiro
152 Renato Saidel cumprimentou a todos, colocando a alegria de ver a formação dessa nova liderança
153 do Conselho, desafio que contava com o apoio de todos para alcançar sua realização. A Conselheira
154 Fátima cumprimentou os novos Membros, reafirmando seu compromisso com o CNAS de trabalhar
155 pela primazia da qualidade dos serviços, pela consolidação da rede socioassistencial e,
156 principalmente, pelo protagonismo do usuário, tarefa que era de todos. A Conselheira Simone
157 cumprimentou aos presentes, ressaltando e agradecendo o grande trabalho realizado pela ex-
158 Presidente e sua luta pela Assistência Social. Parabenizou o novo Presidente, com a Sociedade Civil
159 sendo muito importante nessa tarefa que era de todos, destacando a nova geração que assumia o
160 CNAS, a importância da participação das pessoas com deficiência nesse processo e trabalhando
161 para que o usuário assumisse seu lugar nessa luta. Concluindo, cumprimentou o novo Presidente e
162 Vice-Presidente, dando as boas vindas e desejando uma profícua gestão. O Conselheiro Renato de
163 Paula agradeceu e ressaltou o trabalho realizado pela ex-Presidente, não apenas no Conselho, mas
164 em toda sua vida profissional, trabalhando em prol da Assistência Social. Explanou sobre o grande
165 desafio que assumia, contando com todos os membros do Conselho, que tinha grande compromisso
166 com a Assistência Social. Tomando da palavra, o Conselheiro Wagner destacou que o grande
167 desafio desse Conselho era chegar de fato às Políticas Públicas, nos lugares mais longínquos do
168 país, consolidando o SUAS em todo território nacional. Cumprimentou a ex-Presidente e discorreu
169 sobre sua militância, explicando que sua tese de doutorado sobre o CNAS seria um grande estudo
170 para o novo Colegiado, assim como para os demais. A Conselheira Rita cumprimentou a ex-
171 Presidente e os demais presentes, informando sobre sua relação com a Assistência Social e
172 manifestando sua satisfação em participar desse Conselho. A Conselheira Marisa transmitiu à ex-
173 Presidente os agradecimentos da Presidente do CONGEMAS, em nome de todos os gestores do
174 país, pelo seu trabalho não apenas frente ao CNAS, mas em toda sua trajetória, colocando-se à sua
175 disposição. O Conselheiro Frederico agradeceu à ex-Presidente e destacou o aprendizado que havia
176 sido esse período no CNAS, ressaltando a contribuição que os novos dirigentes trariam ao
177 Conselho, ressaltando o grande trabalho a ser realizado em prol da Assistência Social. O
178 Conselheiro Ferrari agradeceu à ex-Presidente pelo trabalho realizado e com quem muito havia
179 aprendido, e que continuaria trabalhando na consolidação da Política. A senhora Maria Rosa
180 Silveira, cumprimentando os presentes, informou que o Fórum gostaria de prestar uma homenagem
181 à ex-Presidente, destacando o trabalho que havia realizado na Presidência do CNAS. Ressaltou o
182 compromisso que a Federação Nacional das APAES havia assumido com a Sociedade Civil, não
183 pleiteando vaga de Conselheiro, colocando a importância da presidência na representação dos
184 usuários e a preocupação com as pessoas com deficiência, que continuavam em desvantagem em
185 relação aos demais segmentos. Parabenizou o novo Presidente e Vice-Presidente, acreditando que
186 essa gestão continuaria dando abertura para a interlocução com as entidades. Lembrou o

187 compromisso de trazer para o Conselho a necessidade de fazer um levantamento das pessoas com
188 deficiência intelectual em situação de rua, desejando sucesso e colocando a Federação das APAEs à
189 disposição, assim como o apoio do Fórum Nacional de Assistência Social. O Conselheiro Mizael
190 discorreu sobre o trabalho realizado pelo Conselho para a consolidação do SUAS, com todas as
191 discussões acontecidas chegando ao seu objetivo, cumprimentando a todos, especialmente à senhora
192 ex-Presidente pela forma como haviam conduzido esse processo, saudando os novos membros que
193 assumiam a grande responsabilidade de seguirem na linha traçada nessa última gestão, desejando
194 pleno êxito. A ex-Presidente discorreu sobre a responsabilidade da Secretaria-Executiva do CNAS,
195 a completa dedicação ao trabalho realizado e que muito haviam contribuído para alcançar os
196 objetivos propostos. Falou sobre sua carreira, com os êxitos alcançados tendo sido um trabalho
197 coletivo. Concluindo, dirigiu-se ao Conselheiro Ferrari, passando o cargo, com a presença do
198 Ministro e da senhora Secretária. Continuando a reunião, o senhor Presidente referiu-se às
199 Comissões, estando na pauta, na parte da manhã, a Comissão de Conselhos, sendo preciso definir
200 em cada uma delas as Coordenações, considerando a composição da Presidência Ampliada. Tendo
201 em vista a alternância existente, informou que caberiam à frente das Comissões de Política e de
202 Conselhos as representações Governamentais e, à frente das Comissões de Normas e
203 Financiamento, as representações da Sociedade Civil, mas o que poderia ser repactuado. Retirando-
204 se do evento, o Ministro desejou boa sorte a todos e bom trabalho. A Conselheira Simone indagou
205 sobre o que o Regimento do CNAS dizia com relação à Presidência da Coordenação, com a
206 Secretária-Executiva procedendo à sua leitura: “Art. 24, §8º. Cada Comissão Temática terá um
207 Coordenador e um Coordenador Adjunto, escolhido dentre seus membros titulares. Cada grupo de
208 trabalho terá um Coordenador e um Coordenador Adjunto escolhido dentre seus membros. § 9º. Os
209 Coordenadores das Comissões Temáticas exercerão esta função por um período de um ano,
210 permitida uma única recondução. Lembrando que estamos com um ano com este Coordenador.
211 §10º. As Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho instalar-se-ão e discutirão as matérias que
212 lhes forem pertinentes com a presença da maioria de seus membros”. Esclareceu que a questão da
213 paridade se caracterizava em função da Presidência Ampliada, sendo necessário que as Comissões
214 se dividissem entre Governo e Sociedade Civil, já que a Presidência Ampliada era formada pelo
215 Presidente, Vice-Presidente e Coordenadores das quatro Comissões. O senhor Presidente indagou se
216 mantinham esse formato ou discutiriam uma repactuação, com o Conselheiro Frederico sendo
217 esclarecido a respeito do assunto. O Conselheiro Renato Saidel manifestou dúvida com relação à
218 questão das reconduções, como ficaria a questão visto que se havia encerrado um mandato e
219 iniciado outro. A Conselheira Edna esclareceu que não haveria recondução do Coordenador, mas
220 sim do segmento Sociedade Civil ou Governo, naquela Comissão. O senhor Presidente informou
221 uma situação ocorrida, observando que a Comissão de Conselhos teria que se reunir, mas, caso
222 fosse necessário se discutiria a questão, por ser preciso ter até o final da tar os nomes para compor a
223 Presidência Ampliada. **ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo
224 a participação de todos. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o senhor Presidente referiu-se à
225 inversão de pauta, já discutida constando nesse período: Informes da Presidência/Secretaria
226 Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros e, posteriormente, apresentação da Diretora do DRSP,
227 solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na
228 titularidade: Conselheiro Wagner Santana, Conselheira Maria do Carmo Tourinho, Conselheira
229 Fátima Rampin, Conselheira Maria Aparecida Godoi, Conselheira Edna, Conselheiro Carlos
230 Ferrari, Conselheira Maria José, Conselheiro Samuel, Conselheiro Antônio Celso Pasquini,
231 Conselheira Marisa, Conselheiro Frederico, Conselheiro Carlos Rogério, Conselheiro Clodoaldo e
232 Conselheira Leila Pizzato, na titularidade. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Araújo da
233 Silva, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra, Conselheiro Renato Saidel, Conselheiro Antônio
234 Pereira Kbeça Filho e Conselheiro Renato de Paula. A seguir, o senhor Presidente passou à
235 apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, pela Sra. Cláudia, que
236 iniciou cumprimentando os novos empossados, desejando uma gestão de sucesso. A Diretora

237 passou a informar sobre a Lei 12.101, que tratava da certificação de entidades beneficentes de
238 Assistência Social e também da isenção das contribuições sociais no capítulo Da Assistência Social,
239 competência pertinente ao Departamento da Rede Sócioassistencial Privada do SUAS, do MDS.
240 Discorreu sobre seus principais aspectos ou inovações da lei, que diziam respeito à distribuição da
241 competência para os três Ministérios, considerando as entidades como rede complementar e
242 parceira, falando do processo de transparência da certificação, que a lei havia trazido, tanto pela
243 ordem cronológica da análise dos pedidos quanto pela publicização na internet dos dados e dos
244 cadastros. A Diretora informou que as entidades, a partir desta nova lei, não precisavam mais
245 requerer a isenção junto às delegacias da Receita Federal, sendo que após a publicação do
246 deferimento do certificado, já poderia mudar a sua condição de contribuinte para isenta. Continuou
247 explanando sobre essa legislação quanto às entidades consideradas como de Assistência Social, os
248 serviços ofertados e os requisitos para seu funcionamento. Falou sobre o CEBAS, seus prazos e
249 também sobre o Cadastro Nacional, cuja concepção teria que ser normatizada, as atribuições dos
250 gestores, o vínculo SUAS e os procedimentos internos do MDS para a certificação, assim como a
251 implantação do sistema, esclarecendo as fases da certificação no MDS. Relatou a criação do
252 Departamento e sua composição, discorrendo sobre suas competências e participações em eventos
253 por todo o Brasil, discutindo e falando sobre a Lei 12.101, relatando os que já haviam ocorridos e os
254 que estavam previstos. Relatou a situação atual dos processos do Conselho Nacional e que haviam
255 sido encaminhados para o MDS, sendo distribuídos para os Ministérios, conforme os critérios
256 atendidos, trabalhando-se prioritariamente nos processos de renovação, inclusive por conta do prazo
257 dado pela lei, discorrendo sobre o quadro criado para facilitar a identificação da atividade da
258 entidade no campo da Assistência Social. A Diretora informou os contatos do Departamento, o e-
259 mail institucional para as principais perguntas relacionadas à certificação, cebas@mds.gov.br,
260 também criado pelo MEC, cebas@mec.gov.br, e o site do MDS www.mds.gov.br/assistenciasocial.
261 Concluindo, a Diretora colocou-se à disposição, informando que a Conselheira Edna havia sido
262 nomeada Coordenadora da Coordenação Geral de Certificação nesse Departamento. O Conselheiro
263 Pasquini indagou sobre os processos de concessão originária. O Conselheiro Clodoaldo indagou se
264 estava claro o desenho para as organizações, lembrando como havia sido o processo de definição
265 de três anos de certificação e não cinco, indagando qual o critério que as organizações precisavam
266 cumprir para não perder a certificação. O Conselheiro Pedro fez vários questionamentos: indagou
267 sobre como o MDS avaliaria os projetos e se consideraria os 5%; como sua entidade era
268 preponderantemente de educação, se somente inscreveria projetos no Conselho de Assistência
269 Social no município, questionou a prestação de serviços gratuitos e como essas entidades
270 sobreviveriam sem recursos. O senhor Presidente informou que a portaria de nomeação do
271 Conselheiro Pedro, que substituíra o Conselheiro Falqueto, sairia possivelmente no dia seguinte. A
272 Diretora esclareceu que os parâmetros para os processos de concessão, com relação ao vínculo
273 SUAS, seriam estabelecidos pelo decreto, tendo que estar inscrita e cadastrada e devendo ofertar, no
274 mínimo, 60% de sua capacidade ao SUAS, conforme apresentado na oficina de regulamentação e
275 com o decreto que estava saindo seria preciso estabelecer procedimentos em portaria. Quanto ao
276 prazo de três anos, relatou ser sido um acordo do governo. Em relação ao MDS, às entidades de
277 Assistência Social, não haveria burocracia nessa renovação, não sabendo como seria no MEC e na
278 Saúde. Informou ao Conselheiro Pedro que em relação aos 5%, naquilo que fosse complementar às
279 bolsas e que fossem ações assistenciais, o MEC, já havia estabelecido a consulta ao MDS, que se
280 manifestaria sobre aquelas ações, esclarecendo que as entidades de educação não precisariam se
281 inscrever, o mesmo não acontecendo nas ações de Assistência Social, serviços, programas, projetos
282 e benefícios, para que o MDS conhecesse seus serviços e pudesse melhor informar ao MEC. Com
283 relação à Assistência Social, era 100% gratuita para os usuários, o que não impedia que a entidade
284 tivesse outras formas de sustentabilidade, com a PEAS de 2006, indicando que a maioria dessas
285 entidades tinha financiamento com recursos próprios. O Conselheiro Pasquini manifestou
286 preocupação com os processos de concessão e que ainda não haviam sido atendidos, indagando

287 como ficariam as entidades de Assistência Social que não tiveram essa concessão por mais de um
288 ano, solicitando agilidade nessa análise. O Conselheiro Pedro relatou o trabalho realizado pela
289 entidade, sendo que teriam que fechar centros sociais que atendiam diariamente aproximadamente
290 1500 pessoas, com crianças, jovens e adultos, em diferentes programas. Indagou como o MDS
291 pensava enfrentar essa realidade, que era grande em diversos municípios, e como seria o
292 atendimento para essas pessoas que não poderiam contar mais com esses serviços. A Conselheira
293 Simone encontrava bastante grave a situação colocada pelo Conselheiro Pedro, sugerindo que
294 oficiasse isso para o CNAS, indicando todas as informações sobre essas entidades para poder
295 tomar as medidas que o caso requeria. O Conselheiro Pedro esclareceu que informaria esses dados,
296 com quatro municípios tendo encerrado atividades nesse ano. A Diretora endossou as palavras da
297 Conselheira Simone, solicitando maiores informações para saber o motivo desses procedimentos. O
298 Conselheiro Pedro informou que a entidade investia praticamente 80% em Assistência Social pura e
299 20% em bolsas de estudo, sendo o inverso pela nova legislação, 75% de bolsas de estudo e 25%
300 Assistência Social no terceiro ano, com os mesmos recursos, não sabendo como prover esse
301 atendimento social com os fundos sendo transferidos para a educação. A Diretora ponderou que não
302 haveria nenhum problema que fizesse 20% em bolsas em um quantitativo menor e realizasse as
303 ações de Assistência Social, sendo que o que fosse encaminhado por escrito seria analisado junto
304 com o MEC. Falou que não havia nenhum impedimento legal de que a entidade fizesse as duas
305 áreas e tivesse direito à isenção nas mesmas. Poderia, também, optar por fazer bolsas e as
306 complementar com o percentual na escala que a lei havia estabelecido, de programas de apoio ao
307 aluno ou de ações de Assistência Social. Em relação aos processos de concessão, concordou com as
308 preocupações do Conselheiro Pasquini, mas havia que começar com uma ordem, sendo essa
309 estabelecida pela lei, iniciando a identificação da área de atuação para saber se deveriam ficar no
310 MDS, no MEC ou no Ministério da Saúde. Manifestou ser bastante grande a preocupação com as
311 entidades, que só passariam a usufruir o direito à isenção a partir da decisão, quando os
312 deferimentos fossem analisados e publicados, se fosse o caso. A Conselheira Marisa indagou ao
313 Conselheiro Pedro o que considerava como Assistência Social pura, discorrendo sobre a
314 importância das entidades na prestação desses serviços e solicitando que trouxesse informações
315 sobre os mesmos. A Diretora agradeceu a atenção e se colocou à disposição, indicando novamente o
316 e-mail para contatos: cebas@mds.gov.br, com o Conselheiro Clodoaldo indagando se essa
317 apresentação poderia ser disponibilizada aos Conselheiros. O senhor Presidente, passou para o **item**
318 **Aprovação das Atas da 178ª e 179ª Reunião Ordinária e da Reunião Extraordinária de junho**
319 **e da pauta.** Em não havendo nenhuma manifestação as atas foram aprovadas pelo Conselho. Na
320 sequência, a Secretária-Executiva passou para: **Informes da Presidência, Conselheiros e**
321 **Secretaria Executiva.** *Informes gerais. Ausências justificadas:* - Conselheiro José Geraldo
322 França Diniz, nos dias 6, 7 e 8 de julho, na 180ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de
323 viagem para o exterior; - Conselheiro José Ferreira da Cruz, nos dias 6, 7 e 8 de julho, na 180ª
324 Reunião Ordinária do CNAS, em estar integrando a equipe do Gabinete de Crise em Pernambuco;
325 - Conselheiro Ir. Vicente Falqueto, nos dias 6, 7 e 8 de julho, na 180ª Reunião Ordinária do CNAS,
326 em virtude de compromissos institucionais; Conselheiro Sérgio Wanderly, no dia 6, dessa Reunião
327 Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais; - Conselheira Ana Carolina
328 Carrenho, nos dias 6, 7 e 8 de julho, na 180ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de
329 problemas de saúde; - Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, nos dias 6, 7 e 8 de julho, na 180ª
330 Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais. **E-mails enviados aos**
331 **Conselheiros:** - Ata e gravação da 179ª Reunião Ordinária do CNAS, que aconteceu no período
332 de 21, 22 e 23 de junho de 2010; - Ata e gravação da 178ª Reunião Ordinária do CNAS, que
333 aconteceu no período de a 6 de maio de 2010; - Ata e gravação da Reunião Extraordinária do
334 CNAS, que aconteceu no período de 08 a 09 de junho de 2010; - Pauta desta Reunião Ordinária do
335 CNAS. - Clipping do MDS comunicando apoio a municípios atingidos pelas chuvas em
336 Pernambuco; - Portaria MDS n. 521, de 28 de junho de 2010 – Seção I – Página 134, a qual dispõe

337 sobre repasse de recursos federais aos Municípios atingidos por enchentes nos Estados de Alagoas
338 e Pernambuco, que se encontram em situação de emergência ou estado de calamidade pública,
339 para atendimento das ações de assistência social. - Comunicado sobre a movimentação do PL
340 7.008/2010 que dispõe sobre o período de internação de adolescente que comete ato infracional
341 grave. - Comunicado encaminhado pelo ex-Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos sobre Dia
342 Nacional do Sistema Braille Lei N. 12.266, de 21 de junho de 2010. - Edital n. 2, de 22 de junho de
343 2010 — DOU 28/06/2010 - Seção 1 — Página 85 a qual convoca os representantes de usuários ou
344 de organizações de usuários da assistência social, e os representantes dos trabalhadores do setor,
345 para as eleições dos representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência
346 Social, na condição de suplentes, em vacância, para a gestão 2010 a 2012, sendo uma vaga para os
347 representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social e uma vaga para
348 os representantes dos trabalhadores do setor. - Resolução CNAS n. 18, de 22 de junho de 2010—
349 DOU 28/06/2010 — Seção 1 — Página 115 a qual institui a Comissão Eleitoral de que trata os §2
350 e 5 do artigo 1 da Resolução CNAS n. 6, de 03 de março de 2010. - Convocação para o
351 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari representar o CNAS no Curso de Atualização de Dirigentes
352 de Entidades de e para Cegos do Rio Grande do Sul, nos dias 02, 03 e 04 de julho, em Porto
353 Alegre. - Convocação para 180ª Reunião Ordinária do CNAS, nos dias 06, 07 e 08 de julho de
354 2010. - Convocação para o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite participar da IV
355 Conferência Nacional de Saúde Mental, com tema Central: “Saúde Mental direito e compromisso
356 de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”, no período de 27 de junho a 12 de julho de
357 2010, em Brasília/DE. **Participação do CNAS** - O Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite
358 participou da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, com tema Central: “Saúde Mental direito
359 e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”, no período de 27 de junho a 1
360 de julho de 2010, em Brasília/DF. - O Conselheiro Frederico Jorge Souza Leite participou da
361 Reunião da Comissão Organizadora da I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de
362 Sistemas Universais de Seguridade Social, que será realizada no dia 05 de julho de 2010, em
363 Brasília/DF. - O Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari representou o CNAS no Curso de
364 Atualização de Dirigentes de Entidades e para Cegos do Rio Grande do Sul, nos dias 02, 03 e 04 de
365 julho, em Porto Alegre/RS. - A Presidente Marcia Maria Biondi Pinheiro e os Conselheiros Carlos
366 Eduardo Ferrari, Clodoaldo de Lima Leite, Maria Dolores da Cunha Pinto, Renato Saidel,
367 Edivaldo da Silva Ramos, Fátima Rampim, José Ricardo Caporal, Edna Aparecida Alegro, Thays
368 Martinez e Ir. Rosa Maria Ruthes participaram do Seminário Direito e Assistência Social nos dias
369 23 e 24 de junho, em Brasília/DF. - A Presidente Marcia Maria Biondi Pinheiro, representou a
370 SNAS/MDS na Inauguração dos serviços de apoio a LG8T, aos religiosos e às pessoas vivendo com
371 HIV-Aids, realizado no dia 01 de julho de 2010, às 15h30, no Rio de Janeiro/RJ. - O Ministério da
372 Saúde, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa — SGEPE e a Secretaria
373 Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, realizaram em
374 Brasília, nos dias 30/06 a 04/07, a I Feira Nacional de Gestão Estratégica e Participativa —
375 Fenagep, com a presença de mais de 1.500 participantes de todo o país. O Conselho Nacional de
376 Assistência Social CNAS participou de uma mesa de debates acerca do tema participação social e
377 foi representado pela então Presidente, senhora Marcia Maria Biondi Pinheiro. Estiveram também,
378 presentes no evento, a Secretária Executiva do CNAS, Maria das Mercês Avelino de Carvalho e as
379 coordenadoras Christianne Camargo Menezes, Liliane Neves e Dorinha Pereira. **Convites:** - O
380 CNAS, recebeu por e-mail no dia 28 de junho de 2010, convite para participar do Seminário
381 Sistema Tributário Nacional e Oficina Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional, a
382 serem realizados no dia 30 de junho de 2010, de 9h30 às 18h00, no auditório do IBAM - Instituto
383 Brasileiro de Administração Municipal, no Rio de Janeiro. - O CNAS, recebeu por e-mail no dia 29
384 de junho de 2010, convite da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados
385 para o Seminário Internacional ‘Políticas Sobre Drogas’, nos dias 05 e 06 de julho, a partir das
386 9h, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. - O CNAS, recebeu por e-mail no dia 29

387 de junho de 2010, convite para “Reunião especial da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte -
388 discussão do Projeto de Lei 111/09 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no
389 município de Belo Horizonte — SUAS/BH” que será realizada no dia 07/07/2010 das 8:00 às 13:00
390 horas no Plenário Amyntas de Barros da Câmara Municipal, localizada no Bairro Santa Efigênia.
391 - O CNAS, recebeu por e-mail no dia 29 de junho de 2010, convite para participar da inauguração
392 dos serviços de apoio a LGBT, aos religiosos e às pessoas vivendo com HIV-Aids, realizado no dia
393 01 de julho de 2010, às 15h30, no Rio de Janeiro/RJ. Os convites foram recebidos, por isso sempre
394 mencionei a data de recebimento, com menos de dez dias, conforme foi indicado pela Presidência
395 Ampliada, no caso do atendimento e presença do Conselho Nacional de Assistência Social.
396 **Comunicado:-** O Conselheiro Jose Ferreira da Crus, encaminhou a Presidência do CNAS no dia
397 01 de julho de 2010 o seguinte e-mail: ‘Muito prezada e estimada Presidente Marcia Pinheiro, Ao
398 cumprimentá-la, informo-lhe que estarei nesse período de pleno na cidade do Recife/PE,
399 integrando a equipe do Gabinete de Crise, instalado no Palácio Campo das Princesas, do estado
400 de Pernambuco, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
401 conforme designação do nosso Ministro em exercício, Rômulo Paes. Na oportunidade, quero
402 expressar em poucas palavras a honra e a alegria que tive de estar conselheiro nesta gestão que se
403 encerra. Com brilhantismo, ética, técnica e política conseguiu presidir o CNAS com muita
404 serenidade e compromisso. Ainda, externar votos de muitas sorte na sua nova função, que sem
405 dúvidas, com sua garra e coragem de sempre evitará todos os esforços para fazer da gestão
406 estadual do estado do Rio de Janeiro referência para o Brasil. Quero, senhora presidente, que
407 conte sempre com nosso apoio incondicional para consolidar o SUAS naquele estado. Também dar
408 as boas vindas e desejar muitas sorte ao novo Presidente do CNAS, Carlos Ferrari, que não tenho
409 dúvidas que presidirá com brilhantismo o CNAS, na perspectiva de consolidar e aprimorar o
410 SUAS, conquista do povo brasileiro. Um fraterno abraço, José Crus Ministério do
411 Desenvolvimento Social e Combate à Fome’. - O Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite,
412 encaminhou a Presidência do CNAS no dia 30 de junho de 2010 o seguinte e-mail: ‘Cara
413 companheira e presidente do CNAS, Cra. Marcia Pinheiro, Envie nossas congratulações à Ministra
414 Márcia Lopes pela prontidão possível - por ela desenvolvida - para minimizar as dificuldades
415 enfrentadas pelos moradores atingidos pelas chuvas e enchentes nos estados de Alagoas e
416 Pernambuco. Que esse recurso financeiro possa ser gerenciado/transformado com a maior rapidez
417 possível em soluções que impactem positivamente no equacionamento das dificuldades enfrentadas
418 pelo povo brasileiro daquelas regiões prejudicadas pelo clima ora tão adverso. Que soluções
419 perenes sejam encontradas para que não se repitam tais danos. Que tenhamos relatórios sobre o
420 resultado dessa importante iniciativa do ministério. Att. Clodoaldo de L. Leite Representante da
421 FEB no CNAS’. **Audiências Realizadas no CNAS:** - Procedimentos adotados pelo CNAS, em
422 28/06/2010 - **Solicitante:** Sr. Fábio Machado — Advogado da Entidade FUPAC - Fundação
423 Presidente Antônio Carlos — Assunto: Processo 17.080.078/0001-66 .- Modelo de certidão —
424 solicita que conste a prorrogação constante no §2 do art. 24 da Lei 12.101/2009. **Participantes:**
425 Maria das Mercês Avelino de Carvalho/Secretária Executiva do CNAS; Christianne Camargo
426 Menezes/Coordenadora de Normas do CNAS e Sr. Fábio Machado. **Providências:** O assunto será
427 pautado na Comissão de Normas com o entendimento da Secretaria Executiva de que não é
428 competência deste CNAS prorrogar o certificado com base no §2 do art. 24 da Lei 12.101/2009. O
429 advogado da entidade solicitou certidão de inteiro teor. **Site:** Inclusão da pauta desta Reunião
430 Ordinária; Edital n. 2 da Eleição da Sociedade Civil; Resolução CNAS n. 18/2010, que institui a
431 Comissão Eleitoral. **Aniversariantes de julho:** Valéria Gonelli, dia 17”. Prosseguindo, a
432 Conselheira Simone passou aos **Informes do MDS.** “O MDS estava participando da ação de
433 urgência e emergência nos estados de Pernambuco e Alagoas. O Ministério repassou 8 milhões
434 para os municípios atingidos pelas chuvas em Alagoas e Pernambuco, destes 8 milhões, 3,7
435 milhões para Alagoas e 4,3 milhões para Pernambuco. Outra ação importante do nosso Ministério
436 foi adiantar o pagamento do benefício de prestação continuada e do Bolsa Família para as famílias

437 residentes nestes territórios. Só no caso do Bolsa Família, foi adiantado o benefício para 258 mil e
438 164 famílias. Também foi adiantado nestes estados o acesso ao programa do leite, o PA Leite a 231
439 mil pessoas. Também no sentido de apoiar financeiramente as pessoas e as prefeituras, foi
440 antecipado o índice de gestão descentralizada, do Estado de Pernambuco e do Estado de Alagoas.
441 O IGD de Pernambuco foi adiantado em 1,5 milhões e de Alagoas, 420 mil reais. Foi Pernambuco.
442 Além disso também já foi relatado aqui, o nosso Ministério está participando do Gabinete de Crise
443 acompanhando todas as ações desenvolvidas no Estado, mas ele também tem tido importante papel
444 de aglutinar profissionais do serviço social, principalmente, para que eles possam ajudar no
445 acolhimento das pessoas vítimas deste território. Então também, já em nome do nosso Ministério,
446 Presidente Carlos Ferrari, quero agradecer muito a todos os profissionais assistentes sociais que
447 se dispuseram, inclusive um freqüenta muito este Conselho, o Adriano, que é um assistente social lá
448 de Votuporanga, São Paulo, ele participa, está compondo estas equipes que estão apoiando os
449 estados de Pernambuco e de Alagoas. Eu quero também informar este Conselho Nacional que o
450 nosso Ministério, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da
451 Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, através de sua Secretária Lucia Modesto, participou do
452 13º Congresso Internacional de Rede Mundial de Renda Básica – O Instrumento para Justiça e
453 Paz, dos dias 30 de junho a 2 de julho na cidade de São Paulo. Este Fórum foi criado na Bélgica
454 com o objetivo de discutir a transferência de renda como um direito básico de toda a população.
455 Neste evento a Secretária Nacional foi apresentar os resultados do Programa Bolsa Família. Um
456 outro evento, também, coordenado aí pelo nosso Ministério, e que a Conselheira Zezé depois se
457 sinte à vontade para completar a informação, foi um seminário importantíssimo nos seus
458 resultados, que ele avaliou a 1ª etapa do Programa BPC na Escola. Foi um Seminário Intersetorial
459 entre o MEC, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento
460 Social, onde foram apresentados resultados da primeira fase. A fase foi, só para lembrar os
461 senhores Conselheiros e Conselheiras, que foi uma fase onde os municípios fizeram levantamento
462 dos motivos da não freqüência à escola de pessoas com deficiência que recebem o BPC. Dos
463 questionários levantados, 56% das pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens em
464 idade escolar obrigatória que não freqüentam a escola não freqüentam por motivos de barreira
465 arquitetônica da casa até a escola. E 71% responderam que as famílias acreditam que o
466 beneficiário não deve freqüentar a escola. Então o Seminário girou em torno desta constatação e,
467 claro, das estratégias que devem ser utilizadas para que, de fato, a gente possa garantir o direito
468 ao acesso e à permanência à escola das pessoas com deficiência. Um outro seminário também
469 bastante importante que teve uma presença importante do Conselho Nacional, que eu também
470 quero agradecer a todos os Conselheiros que estiveram lá presentes, que foi o Seminário Direito e
471 Assistência Social. Foi um seminário muito importante onde nós tivemos a oportunidade de discutir
472 com o mundo jurídico, o chamado mundo jurídico, este direito, direito difícil de se constituir na
473 prática, mas que os Ministérios Públicos, os Tribunais de Contas, enfim, todo o aparato judiciário
474 pode colaborar muito com isso. Foi um seminário realizado pelo Ministério do Desenvolvimento
475 Social, pela UNICEF, UNESCO e também pela OAB, pela Ordem dos Advogados do Brasil. O final
476 do Seminário, Presidente, foi muito produtivo e tem algumas recomendações daquele seminário
477 para o Conselho Nacional de Assistência Social, que quando a gente terminar de fazer o relatório
478 do Seminário, eu o encaminharei oficialmente ao Presidente Carlos. Mas de antemão quero já
479 adiantar, há uma vontade explícita dos organizadores do Seminário da OAB, da UNICEF, da
480 UNESCO, do MDS, de que a gente possa, de fato, fazer uma parceria mais efetiva no sentido de
481 pensar estratégias na divulgação e na discussão do direito à assistência social. Uma outra coisa
482 importante que acho que o Conselho Nacional tem um papel muito profícuo no sentido de discutir a
483 certificação de entidades beneficentes de assistência social na ótica do direito. Como que este
484 instrumento também pode ser um propulsor no sentido de garantir o direito sócio-assistencial?
485 Acho que também é muito importante, e foi colocado lá, principalmente pela representante da OAB
486 federal, que há necessidade de se discutir também como achar caminhos para efetivar o direito.

487 *Claro que essa coisa genérica tem que se transformar na realidade concreta. Mas eu vou*
488 *encaminhar mais formalmente ao Presidente e acho que a gente poderia retomar, aí sim, às*
489 *discussões feitas no seminário. Por fim, vou dar a melhor notícia por último, é claro, eu quero, faço*
490 *questão de ler com calma, assim espero, da última expansão que a gente fez. Vocês lembrar aqui,*
491 *temos Conselheiros novos, então vou repetir que a gente fez uma expansão dentro do programa de*
492 *combate ao crack, que a primeira meta do programa é expandir a rede de saúde e a rede de*
493 *assistência social básica e especial. Então nós fizemos uma expansão e é com muito orgulho que eu*
494 *comunico ao Conselho Nacional que esta expansão atingiu a primeira meta da Conferência*
495 *Nacional de Assistência Social, que é a gente implantar um CRAS em cada município brasileiro até*
496 *o ano de 2010. Como que ficou isso? Nós, vocês sabem, a gente tem recursos para todos os*
497 *municípios, alguns vão aceitar, vão receber agora, receberam antes do período eleitoral e o*
498 *restante só depois de novembro. Dos 1835 municípios que faltavam para contemplar o CRAS,*
499 *1626, ou seja, 6% dos municípios aceitaram o co-financiamento para a proteção básica. Três*
500 *estados são responsáveis pela maior parte, número absoluto, de não aceite, isso eu quero chamar*
501 *atenção porque estes estados se repetem aqui, infelizmente, sucessivamente, são os estados de São*
502 *Paulo, em primeiro lugar do não-aceite, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No total tivemos 209*
503 *municípios que ou não aceitaram o co-financiamento ou não se manifestaram no Termo de Aceite.*
504 *Deste total, 167, ou seja, 58% são municípios do Estado de São Paulo, como eu disse, 54 do Rio*
505 *Grande do Sul e 48 de Santa Catarina. Dos 42 municípios restantes, estão distribuídos em 11*
506 *estados. O outro co-financiamento foi para o Serviço de Proteção e Atenção Especializado das*
507 *Famílias, ofertado nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social. Foi realizado*
508 *para 1025 municípios em um total de 1116 CREAS. Do total de co-financiamento que a gente tinha,*
509 *nós tivemos aceite de 782 municípios, significando 851 novos Centros de Referência Especializados*
510 *de Assistência Social. Dos 182 municípios que não preencheram, 30 são de pequeno porte I e 142*
511 *de pequeno porte II. Esta é para o Samuel! Dos 90 Centros de Referência Especializados para a*
512 *População de Rua, 99 municípios com 116 CREAS Especializados nós tivemos 87 aceites dos*
513 *municípios, ou seja, 87,9%, ou seja, a gente tem com co-financiamento federal 99 Centros de*
514 *Referência Especializados de Assistência Social em População em Situação de Rua no Brasil. Das*
515 *medidas sócio-educativas, a gente tinha como oferta para 773 municípios, para 1209 grupos de*
516 *jovens, nós tivemos 669 aceites de municípios, ou seja, 86,5, significando 956 novos grupos de*
517 *jovens. Então estes são os dados, eu vou entregar aqui para que a Comissão de Financiamento*
518 *possa discutir, acho que a gente tem o período ainda agora até novembro para que a gente possa*
519 *trabalhar com os Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais dos municípios que por vários*
520 *motivos não aceitaram, para a gente ver se a gente consegue atingir a meta máxima nossa porque,*
521 *em minha opinião, não faz muito sentido, os municípios estão habilitados, tem co-financiamento*
522 *para todo mundo, é uma coisa inédita aqui, tem co-financiamento para todo mundo e não faz muito*
523 *sentido, então, que eles não tenham aceitado. Acho que merece a Comissão de Financiamento, a*
524 *Comissão de Política e a Comissão de Conselhos também um esforço para colaborar para a gente*
525 *atingir 100% dos municípios”. O senhor Presidente, referindo-se à fala da Conselheira Simone,*
526 *agradeceu àqueles que se dedicavam ao atendimento no campo da Assistência Social, com o*
527 *Conselho devendo se manifestar formalmente nesses agradecimentos. Manifestou-se surpreso*
528 *positivamente com relação ao seminário, que ajudaria muitas pessoas a aprimorar a concepção de*
529 *Assistência junto à população, destacando a fala do professor José Geraldo, da UnB, sendo*
530 *importante que todos tivessem acesso à mesma e parabenizando o Conselheiro Clodoaldo pela*
531 *organização. O Conselheiro Clodoaldo reiterou os cumprimentos do CNAS à Ministra Márcia pela*
532 *rápida ação do Ministério, tendo participado no seminário vindo diretamente dos estados*
533 *prejudicados. Com relação às outras informações, encontrava importante que fossem repassadas*
534 *oficialmente ao Conselho. Dirigindo-se à Conselheira Simone e, ainda para fins de controle social,*
535 *destacou as informações que havia trazido com relação à não aceitação pelos estados, tendo que se*
536 *ter um levantamento das razões dessa dificuldade e uma iniciativa do CNAS encaminhando ofícios*

537 aos estados, sendo importante a parceria com o CONGEMAS e o FONSEAS para resolver essa
538 situação e também fazendo uma pressão democrática, positiva no sentido de consolidar as ações. O
539 Conselheiro Frederico discorreu sobre a atitude dos estados se negando a ampliar sua rede especial,
540 tendo que se ter estratégias de visibilidade desse fato e de enfrentamento enquanto controle social.
541 Indicou a falta, nos Informes da Secretaria-Executiva de um retorno em relação à IV Conferência
542 Nacional de Saúde Mental, com quase 1500 delegados, observando que esse segmento ainda
543 desconhecia a Política de Assistência Social. Relatou ter participado da mesa “Participação social,
544 formulação de políticas e controle social” e ter representado o CNAS na I Conferência Mundial
545 sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, com o MDS tendo que
546 indicar um nome para a relatoria geral e o substituto da Sra. Márcia na Comissão Organizadora. O
547 Conselheiro Pedro parabenizou o atendimento às vítimas feito nesses locais, reforçando a
548 necessidade de encontrar as razões pelas quais esses municípios não estavam aceitando o co-
549 financiamento, tendo que se fazer algum tipo de ação para mudar essa situação. A Conselheira
550 Maria José informou a participação em torno de 230 participantes no Seminário BPC na Escola,
551 com representação do Grupo Gestor Estadual do Programa, que tinha uma composição intersetorial
552 de saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Relatou a oportunidade de serem
553 avaliados e discutidos os questionários sobre as barreiras de acesso à escola das pessoas com
554 deficiência, beneficiários do BPC, tendo sido bastante produtivo o encontro, trazendo suas
555 conclusões para o conhecimento do Colegiado. A Conselheira Leila manifestou-se contemplada nas
556 falas anteriores, reafirmando sua preocupação e a importância de se avaliar profundamente esses
557 estados que não aceitavam recursos, sugerindo, assim como a Conselheira Simone, que as
558 Comissões de Normas e Política estudassem o assunto e construíssem uma proposta para trabalhar
559 essa realidade. A Conselheira Marisa procedeu ao registro de que o CONGEMAS e o FONSEAS
560 haviam se unido ao MDS nesse trabalho de atendimento às famílias fragilizadas pelas chuvas,
561 relatando as ações realizadas. Parabenizou o MDS pela realização do Seminário, citando a presença
562 de algumas pessoas com quem mantinham contato e que cobravam certos procedimentos que não
563 eram mais viáveis, sendo necessário aprofundar essa discussão. Solicitou que o MDS informasse ao
564 CONGEMAS quais eram os municípios nesses estados, visto que no dia 12 teriam reunião e poder
565 saber o que estaria acontecendo para poder viabilizar esse aceite, indagando se o MDS iria estender
566 seu prazo para esses municípios. Relatou os problemas que alguns municípios vinham enfrentando,
567 de ordem estrutural, assim como as orientações repassadas quando do recebimento e aplicação de
568 recursos. Esclareceu que o CONGEMAS junto com os COEGEMAS estava orientando esses
569 gestores para observar a situação, pois não adiantava só colocar o aceite se não tivessem a estrutura
570 adequada de forma humanizada e eficiente para poder atender essas demandas, como também não
571 assegurar nos orçamentos municipais essa suplementação orçamentária. A Conselheira Marta
572 repassou a informação deixada pela Conselheira Eutália, Presidente do FONSEAS, que no dia
573 seguinte o PL SUAS entraria na Comissão de Financiamento, e informou a participação do
574 FONSEAS na formação desses Gabinetes de Crise nos estados, conforme já colocado pela
575 Conselheira Marisa. O Conselheiro Frederico indicou terem composto o Fórum das Entidades da
576 Psicologia, destacando a movimentação que havia trazido, cumprimentando o MDS e o Conselho
577 Federal de Psicologia pelo evento. A Conselheira Simone complementou ter sido um evento muito
578 interessante e que deveria servir de modelo, tendo sido realizado em Brasília e contando com oito
579 mil pontos de rede de internet ligados, modelo interessante para ser utilizado em um país de tamanho
580 continental. Agradeceu e parabenizou o Conselho Federal de Psicologia em nome do MDS, com o
581 Conselheiro Clodoaldo cumprimentando, também, o Conselheiro Frederico. O senhor Presidente
582 passou aos **Informes da CIT**, com a Conselheira Simone informando que esse relato seria feito na
583 próxima reunião, considerando que a reunião da CIT seria no dia 14 próximo, sugerindo que o
584 CNAS indicasse um representante para substituir a Conselheira Rosa Maria nessa Comissão. O
585 senhor Presidente informou estar pautado para a Presidência Ampliada, passando para os **Informes**
586 **dos Conselheiros**. A Conselheira Maria Auxiliadora relatou os procedimentos utilizados para

587 facilitar o trabalho dos intérpretes, com cada um dos Conselheiros sendo indicados por uma
588 característica pessoal, para sua identificação. O Conselheiro José Araújo, para registro em ata,
589 informou sua presença no Seminário Direito e Assistência Social, assim como a da Conselheira
590 Ana. O Conselheiro Samuel informou que o Movimento Nacional de População de Rua havia
591 participado da FENAGEP e da Conferência de Saúde Mental, informando o portal do Movimento,
592 www.falarua.org. Relatou a realização do 9º Festival Lei e Cidadania, com o apoio do MDS, de 16
593 a 19 de agosto e cujos convites seriam encaminhados proximamente. Que a prefeitura de Belo
594 Horizonte havia realizado na semana anterior um ciclo de debates sobre a população em situação de
595 rua na cidade de Belo Horizonte, abordando vários problemas. Comunicou o aceno daquela
596 prefeitura de adequar o Decreto 7053, que tratava da população de rua no nível nacional,
597 começando a conversar com o Fórum Municipal de População de Rua sobre a implantação de uma
598 política efetiva. Informou que a Cartilha de Direitos Humanos seria lançada no Ministério Público
599 de Minas Gerais no dia 9 de agosto, encaminhando próximamente os convites. Concluindo,
600 parabenizou os novos Conselheiros e os que deixavam essa missão, desejando boa sorte a todos. O
601 Conselheiro Carlos Rogério informou que estava chegando ao Conselho a revista da CTB, com
602 informações sobre a realização de conferência da classe trabalhadora, realizada no dia 1º de junho,
603 com a participação de cinco grandes centrais sindicais do país. Relatou a realização no dia 31 de
604 maio, da assembléia dos movimentos sociais, da Coordenação dos Movimentos Sociais, também
605 chamada de CMS, com a participação não só das centrais, mas também de entidades de moradores,
606 entidades estudantis, com o mesmo objetivo, mais do movimento popular, de elaborar um projeto
607 respeito às suas reivindicações a ser entregue a todos os candidatos. Destacou o compromisso de dar
608 maior visibilidade à Política de Assistência Social dentro das centrais. A Conselheira Simone
609 parabenizou o Conselheiro Carlos Rogério pela entrada das Centrais Sindicais no CNAS, fazendo
610 parte da luta pela garantia e efetivação da Política de Assistência Social no Brasil, assim como para
611 a classe trabalhadora, colocando-se à sua disposição. A Conselheira Maria Aparecida informou
612 sobre a realização do V Congresso da CNTSS, no início de junho, discorrendo sobre a entidade que
613 representava e informando a discussão ocorrida sobre a seguridade social e cujo material seria
614 disponibilizado ao Pleno. Discorreu sobre as ações que começariam a trabalhar com respeito às
615 Políticas Públicas, Política da Seguridade Social ou da Assistência com os demais ramos de
616 atividades, tema que normamente não faria parte da pauta dos Sindicatos. Esclareceu que assim que
617 o documento sobre as deliberações estivesse pronto, seria socializado com o Pleno, informando,
618 também, sobre outras atividades que seriam realizadas. O senhor Presidente lembrou que estavam
619 com o processo aberto para as vagas remanescentes de trabalhadores e de usuários e o prazo se
620 encerrava dia 9, solicitando aos representantes desses segmentos que atuassem para sua
621 participação. O Conselheiro José da Silva informou ter levado ao conhecimento de várias entidades
622 e algumas estavam se organizando para concorrer à eleição. O senhor Presidente informou que no
623 dia seguinte haveria a reunião de Comissões na parte da manhã, solicitando alguns minutos à
624 Sociedade Civil para conversar sobre o fechamento de Comissões. **ENCERRAMENTO.** O senhor
625 Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para retornar do dia seguinte. **ABERTURA.** O
626 senhor Presidente deu início à 180ª Reunião Ordinária do CNAS, no dia 07 de julho de 2010,
627 convidando a todos que se apresentassem, inclusive convidados e visitantes. Comunicou a indicação
628 do Sr. Joelson representando o FONACEAS, desejando as boas vindas e muito sucesso nessa
629 caminhada. O Conselheiro Renato de Paula informou que o PL SUAS havia sido aprovado nessa
630 manhã na Comissão de Tributação e Finanças, relatando os trâmites que viriam a seguir e
631 agradecendo à Assessoria Parlamentar do MDS, no nome da Sra. Clara e do CONGEMAS, que
632 muito haviam contribuído para alcançar esse objetivo. Solicitou que os Conselheiros prosseguissem
633 nos contatos com os parlamentares para ajudar na celeridade de aprovação final do PL SUAS. A
634 seguir, a Secretária-Executiva procedeu à conferência do quorum: Conselheiros na titularidade:
635 Renato de Paula, Ana Cláudia, Conselheira Fátima Rampin, Conselheira Marta Sales, Conselheiro
636 Sérgio Wanderly, Conselheiro Pedro, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Clodoaldo,

637 Conselheira Maria do Carmo, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel,
638 Conselheiro Frederico, Conselheira Maria Aparecida Godói, Conselheiro Carlos Rogério,
639 Conselheira Gisele Tavares. Conselheiros na suplência: Conselheira Brenda Ferreira, Conselheiro
640 Caio, Conselheira Marisa Silva, Conselheiro Wagner Carneiro, Conselheiro Reverendo Renato
641 Saidel, Conselheira Leila, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra, Conselheiro José Araújo da
642 Silva e Conselheiro Antônio Pereira Kbça da Silva Filho. O senhor Presidente convidou a Sra. Rose
643 Scatenna, da Coordenação Geral de Formação da SAGI, para repassar informações referentes à
644 capacitação nacional dos Conselheiros Municipais. A Sra. Rose passou a discorrer sobre os cursos
645 de capacitação no campo da Assistência Social e que estavam em andamento e como seriam
646 replicados futuramente. Destacou que a idéia era que no próximo ano fosse replicado, também à
647 distância esse curso de Conselheiro, destinado a Conselheiros Municipais de Assistência Social e
648 das instâncias de controle do Programa Bolsa-Família, detalhando o Projeto de Capacitação de
649 Controle Social nos Municípios, e que se encontrava em execução, iniciando ao final de maio e com
650 término previsto, na sua etapa inicial, em novembro de 2010. Ressaltou que se tratava de uma
651 deliberação das Conferências, tendo por objetivo fortalecer a atuação dos Conselheiros no exercício
652 do Controle Social da Política da Assistência, e do Programa Bolsa Família, explanando sobre sua
653 conformação e os trabalhos e prazos determinados. Indicou que estavam sendo ofertadas 20.307
654 vagas, distribuídas em 6 lotes de capacitação, 3 vagas para cada Conselho Municipal, sendo uma
655 delas reservada ao Secretário-Executivo do Conselho Municipal de Assistência, e as demais,
656 direcionadas a um Conselheiro, representante Governamental, e outro representante da Sociedade
657 Civil. Esclareceu que as escolhas dos Conselheiros eram feitas em Plenária e registrada em ata, a ser
658 posteriormente encaminhada à empresa responsável, por meio de inscrição dos participantes.
659 Colocou como se encontrava a composição de cada lote, os estados e a empresa responsável por
660 cada um dos mesmos. Relatou que os participantes encontravam-se atualmente na elaboração do
661 relatório de conclusão de curso, que tinha como objetivo promover a reflexão dos Conselheiros
662 Municipais de Assistência Social, dos Secretários-Executivos desses Conselhos, e dos membros das
663 instâncias do Programa Bolsa-Família, visando a formulação do diagnóstico sobre a realidade
664 vivenciada pelos Conselheiros quanto ao exercício de suas atribuições legais, visando, também,
665 identificar os desafios colocados, a superação das dificuldades postas no desempenho dessas
666 atribuições, a formulação de propostas e, por fim, a formulação de propostas para a superação dos
667 desafios identificados. Informou que a orientação que os participantes tinham era que esse relatório
668 de conclusão de curso fosse discutido nos Conselhos Municipais, para trazer o mais próximo
669 possível da realidade vivenciada por cada município, objetivando garantir uma reflexão e buscar
670 alternativas para a superação dos desafios enfrentados. Discorreu sobre os desafios para essa
671 capacitação, principalmente no que dizia respeito à mobilização, ressaltando o papel fundamental
672 do empenho de todos os Conselheiros Nacionais e Estaduais, para ajudar nessa mobilização da
673 capacitação, destacando as dificuldades existentes no nordeste e nos estados do norte. Indicou a Sra.
674 Liliane como principal interlocutora na questão dos Conselhos, relatando a reivindicação de mais
675 vagas, considerando a expansão do Programa Bolsa-Família. Informou que todo o material dessa
676 capacitação havia sido elaborado pelo MDS, com o apoio de todas as Secretarias e do CNAS e
677 colocado para apreciação em uma oficina de alinhamento, com especialistas contribuindo para o seu
678 aprimoramento. Como resultado informou ter um relatório parcial de avaliação desses cursos
679 indicando um resultado muito positivo. Concluindo, destacou que o MDS não media esforço para
680 estar presente na maioria desses cursos, assim como na sua execução, encaminhando técnicos para
681 monitorar e avaliar todas as turmas, colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Conselheiro
682 Pasquini parabenizou o MDS pela iniciativa, discorrendo sobre os lotes apresentados e sobre a
683 capacidade das empresas que estavam ministrando os cursos, solicitando especificação sobre o
684 PROVER. Ressaltou que poderia dar uma colaboração maior, tendo participado da capacitação de
685 Conselheiro Nacional e encontrando pequena a carga horária, insuficiente para uma boa preparação.
686 O senhor Presidente elogiou a forma como o material havia sido produzido, com cuidado especial

687 para a acessibilidade, estando ao alcance de todos. O Conselheiro Pedro destacou o grande número
688 de participantes, fazendo os seguintes questionamentos: 1) porque os cursos de *latu senso* e de
689 mestrado só eram oferecidos para servidores públicos; 2) com relação ao orçamento, qual era a ação
690 que estava alocada para a capacitação dos Conselheiros, devendo aparecer no orçamento do MDS, o
691 que não acontecia; 3) como ter acesso a esse material produzido e onde se encontrava e se estava no
692 site; 4) citando o número de vagas oferecidas, indagou quantas estavam preenchidas. A Conselheira
693 Maria Auxiliadora relatou as experiências com pessoas portadoras de surdez no Rio de Janeiro, com
694 os profissionais da Assistência Social não sabendo como tratar essas pessoas no recebimento do
695 Bolsa-Família, indagando como agir nesses casos. O Conselheiro Carlos Rogério indagou onde se
696 poderia ter acesso a esses relatórios e ao projeto como um todo, informações necessárias para que se
697 pudesse exercer também o controle social sobre esse processo de formação. Manifestou ter
698 conversado com alguns Conselheiros do segmento de trabalhadores e com os trabalhadores da
699 Assistência Social, mesmo sendo capacitação para Conselheiros Municipais, mas tendo que refletir
700 a própria realidade da Assistência Social, com todos os segmentos contemplados. A Sra. Rose,
701 sobre a carga horária, informou que esse curso de capacitação de Conselheiros, contemplam 24
702 horas de carga horária, em três dias de curso, e 45 dias para a elaboração do relatório de conclusão.
703 Explicou que a PROVER Instituição havia sido contratada por licitação pública pela modalidade de
704 pregão eletrônico, tendo apresentado uma proposta técnica de acordo com as especificações
705 estabelecidas no termo de referência, dando as qualificações dessa empresa e sobre o
706 acompanhamento das ações pelo MDS. Esclareceu que estavam acompanhando e feito os ajustes
707 necessários para o aprimoramento da execução desses cursos. Quanto aos certificados, indagou qual
708 o questionamento do Conselheiro Pasquini, que esclareceu que quando se falava em mestrado
709 profissionalizante, em especialização, não conhecia nenhuma entidade que pudesse certificar sem
710 que fosse cadastrada no Sistema Federal de Ensino. A Sra. Rose esclareceu que esse curso era
711 ministrado pela ENAP, com credenciamento do MEC para essa certificação, com o MDS e tais
712 empresas não podendo certificar, e com a especialização *latu senso* requerendo um credenciamento
713 do MEC, com o mestrado sendo da CAPS. Esclareceu que a PROVER era para a capacitação de
714 Conselheiros em uma menor carga horária, sendo consultoria em saúde. Dirigindo-se ao
715 Conselheiro Pedro, observou que os números eram realmente ousados, mas que gostariam de
716 garantir acesso livre em capacitação e formação para que todos fossem capacitados, sendo
717 estabelecidas metas das capacitações, com 70% de atendimento dessas vagas, discorrendo sobre o
718 número de componentes de cada turma e relatando as etapas necessárias para essa complementação,
719 mas ainda não tendo o balanço final. Quanto ao material informou sua disponibilização no portal do
720 MDS, sendo todo transferido para o núcleo virtual na plataforma moodle, indicando o material que
721 havia sido distribuído e que estaria disponível no site do MDS após o período eleitoral, com todas
722 as informações sobre as ações de capacitação disponíveis. Quanto à questão da acessibilidade, era
723 uma constante preocupação da SAGI, com a AVAPE tendo colaborado na preparação do material,
724 mas, considerando sua extensão, pensava-se em quando lançar o projeto de capacitação, já ter um
725 material que garantisse acessibilidade, primeiro ajuste feito no núcleo de formação virtual.
726 Aparteando, a Conselheira Maria Auxiliadora destacou a importância de um curso de capacitação
727 de língua de sinais própria para profissionais que trabalhavam e tinham contato direto com o surdo.
728 O Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre o orçamento, esclarecendo que o Conselho fazia a
729 gestão sobre o orçamento do Fundo, que financiava serviços, programas, projetos e benefícios,
730 informando que a capacitação estava no orçamento da administração direta e indicando sua
731 aplicação. Parabenizou a SAGI, pelo trabalho que vinha desenvolvendo junto ao pessoal do DG
732 SUAS e do Conselho, mas que ao mesmo tempo o CNAS teria que estar atento para uma coisa,
733 chamando a atenção dos presentes: que a SAGI estava desenvolvendo esses projetos muito por uma
734 omissão, de um lado, dos gestores das três instâncias, União, Estados e Municípios, e por outro lado
735 por omissão desse Conselho entre as outras instâncias de Controle Social, discorrendo sobre o que a
736 NOB RH pressupunha para a estruturação de uma política nacional de capacitação para o SUAS.

737 Ponderou que o MDS não poderia se responsabilizar por ficar capacitando todos os atores do
738 SUAS, devendo se dividir responsabilidades com estados e municípios para que a capacitação se
739 tornasse algo estruturante dentro do Sistema, com o Ministério tendo um papel coordenador nessas
740 ações. Reforçou a necessidade desse Conselho se posicionar em relação à implementação da
741 Política Nacional de Capacitação para o SUAS, caso contrário não se conseguiria vincular
742 organicamente esses projetos de capacitação a uma proposta permanente, de acordo com a NOB
743 RH, devendo se apropriar dessas diretrizes da NOB RH e, talvez, nessa gestão, começar a pensar
744 em formas de poder contribuir com o aprimoramento dessa questão. Indicou a prioridade de cursos
745 para servidores, sendo que a maior parte não contemplava a Assistência Social, mas relatando o
746 êxito obtido em alguns ministrados pela ENAP. O Conselheiro Pedro referiu-se à fala do
747 Conselheiro Renato de Paula, com a ação dessa capacitação sendo a 8249, das despesas
748 administrativas, as quais precisavam aparecer no orçamento do MDS. A Conselheira Gisele
749 discorreu sobre a aprovação da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de
750 Assistência Social, que havia sido discutida na Comissão de Financiamento, com a legislação que
751 regia a Assistência Social, trazendo para esse Conselho a prerrogativa de aprovação das contas do
752 FNAS. Que haviam discutido que algumas ações referentes à operacionalização da Política de
753 Assistência Social, não estavam no Fundo Nacional pela sua natureza e nem todas diziam respeito
754 ao funcionamento desse Conselho. Que se discutia as que tinham a ver com todo o processo de
755 manutenção do funcionamento do Conselho e da participação dos Conselheiros nessa Plenária e em
756 outras atividades, e também da realização da Conferência. Observou que o encaminhamento seria
757 discutido na próxima reunião, esclarecendo o que o Conselheiro Renato de Paula queria transmitir
758 as deliberações do Conselho. Prosseguindo, agradeceu a disponibilidade que a SAGI sempre tinha
759 com essa área, parceira fundamental em muitas das realizações da Assistência Social e também na
760 realização do cumprimento daquilo que as Conferências indicavam como necessário e importante
761 para consolidar a Assistência. Ressaltou a importância de se partilhar essa responsabilidade,
762 conforme colocado pelo Conselheiro Renato de Paula, questão fundamental para que esse Conselho
763 debatesse, principalmente na Comissão de Política e na de Conselhos, para que pudessem trazer os
764 resultados de suas discussões. O Conselheiro Clodoaldo cumprimentou pelo trabalho, solicitando
765 que o mesmo fosse socializado para todos os Conselheiros, discorrendo sobre as diretrizes da
766 própria Política Nacional de Assistência Social e indagando de que forma a diretriz sobre a
767 matricialidade familiar estava sendo contemplada nessas diversas capacitações, pensando em um
768 curso específico focando essa questão. Discorreu sobre a importância da participação popular no
769 Controle Social e sobre as atribuições dos Conselhos, entendendo que essa questão de capacitação
770 era de interesse do Conselho, assim também considerado pelo Conselheiro Renato de Paula. O
771 Conselheiro Wanderly, manifestando-se contemplado pelas palavras da Conselheira Gisele, retirou
772 sua fala. A Conselheira Marisa manifestou preocupação com a região nordeste, considerando que o
773 CONGEMAS era responsável como articulador daquela região, indagando qual era o lote dessa
774 região, esclarecendo ser o dois e o três, com esse último ainda não sendo contemplado pelo pregão.
775 Manifestou que a preocupação era com relação a esse pregão que deveria estar em andamento e essa
776 região sendo contemplada ainda nesse segundo semestre, indagando se poderia ocorrer algum
777 problema, ressaltando a grande importância dessa capacitação para a região e considerando a
778 fragilidade dos Conselhos em discutir determinadas questões. A Conselheira Marisa questionou se
779 havia passado pelo CNAS a concepção metodológica desse curso, a qual tinha interesse em
780 conhecer, destacando as dificuldades encontradas nos Conselhos Municipais para entendimento de
781 certas questões. Destacou as palavras do Conselheiro Renato de Paula, observando ser do
782 conhecimento de todos que os três Entes Federados tinham que cumprir com essa responsabilidade,
783 como estava dentro da concepção da NOB, com o CONGEMAS e COEGEMAS tendo diretamente
784 influência dentro do processo das instâncias deliberativas das CIBs e, uma das grandes
785 preocupações, era esse entendimento que precisavam urgentemente aliar nesse processo com os
786 estados, observando que lhe parecia que o maior maior era entre município e União, não sendo isso

787 o que se queria. O Conselheiro Renato Saidel ponderou que a fala do Conselheiro Pedro seria mais
788 no sentido de o CNAS também pudesse contribuir apontando soluções e colaborando para a
789 resolução dos problemas. Destacou algumas despesas alocadas fora do Fundo, de interesses
790 nacionais da Assistência Social, sendo muito interessante até para o Ministério, prestar contas à
791 sociedade e partilhar as suas responsabilidades como Conselho, dentro do processo histórico de
792 exercício do Controle Social, que vinha sendo a marca desse Governo. Solidarizou-se com relação à
793 fala com relação a alguns apontamentos, na questão metodológica e outras, mas desejando que esse
794 processo de formação fosse feito de forma continuada e abrangente, considerando que os atores
795 mudavam continuamente, com a chegada de pessoas sem conhecimento, tanto no Governo quanto
796 na Sociedade Civil. O Conselheiro Renato de Paula relatou seu trabalho na Comissão de
797 Orçamento, sendo uma das primeiras ações a exigência ao órgão gestor do qual faziam parte, de um
798 relatório que pudesse ser entendido pelos Conselheiros, com o CNAS tendo que se debruçar sobre o
799 orçamento da Seguridade Social como um todo. Esclareceu que jamais faria uma fala no sentido de
800 defender que existia algo que não poderia ser solicitado por esse Governo, ressaltando sua posição
801 nesse assunto. Dirigindo-se à Conselheira Marisa, esclareceu não ter querido dizer que os Entes
802 Federados estariam se ausentando ou fugindo de suas responsabilidades, mas sim que no conjunto
803 das prioridades de implementação do SUAS, a Política Nacional de Capacitação do SUAS não tinha
804 sido colocada como foco, tirando-as do papel, com alguns estados fazendo capacitação, assim como
805 alguns municípios, observando que sua preocupação era se todas essas ações estavam vinculadas
806 organicamente no sentido de dar unidade para o Sistema Único, o que não estava acontecendo.
807 Concluindo, ponderou que havia falado que o CNAS deveria aprofundar a organicidade desse
808 assunto de capacitação no SUAS para que funcionasse de fato de modo sistêmico e, de fato, único,
809 com unidade de concepção, com unidade de entendimento, não havendo dito que algum Ente
810 Federado estaria se omitindo, faltando, sim, um debate para que, tanto os três Entes Federados
811 quanto o próprio Conselho pudessem dar organicidade para esse assunto de capacitação. A
812 Conselheira Marta indagou se a Sra. Rose teria condição de dar um resultado em termos avaliativos
813 de quantos Conselhos Municipais haviam participado dessas etapas e, desses Conselhos e quantos
814 Conselheiros, para se avaliar o número de participação. O senhor Presidente, ponderou que se
815 proderia promover outros eventos nesse sentido, agradecendo a participação da Sra. Rose, que
816 ressaltou a necessidade de uma oficina de dia inteiro para tratar deste tema de capacitação. Relatou
817 as dificuldades encontradas para encontrar empresas e especialistas capacitados na área da
818 Assistência Social, o que havia resultado na construção de um banco de dados de docentes que
819 atuavam em determinados temas voltados para a Política de Assistência, discorrendo sobre as
820 empresas disponíveis e que iam se multiplicando ao longo do processo. Indicou que estaria
821 encaminhado ao CNAS o projeto e informações mais detalhadas, respondendo assim, à Conselheira
822 Marta, com as informações solicitadas contidas nesse material. Com relação à questão da
823 matricialidade, que entrava na questão do conteúdo, nesses cursos de capacitação havia que olhar
824 para várias dimensões, para assim definir o que seria abordado, constituindo-se em um livro de
825 referências. Destacou ser, de forma geral, princípios norteadores da implantação do SUAS, a
826 matricialidade, a territorialidade, perpassando todos os conteúdos, com maior ou menor ênfase,
827 dependendo do público alvo, mas havendo registros de que todos os conteúdos dos materiais
828 produzidos pelo MDS eram eixos estruturantes. Dirigindo-se à Conselheira Marisa, informou que
829 nesse ano colocariam a capacitação, tendo todas as informações a respeito até o final desse mês,
830 sendo que ainda não haviam iniciado considerando o cuidado no acompanhamento do pregão.
831 Concluindo, destacou a questão da concepção metodológica do curso, não ter passado pelo CNAS,
832 mas sendo apresentada ao Conselho, com quem haviam feito um trabalho muito articulado. A
833 seguir, o senhor Presidente passou ao **Item Apresentação da Política Nacional de População em**
834 **Situação de Rua**, com a presença do Dr. Ivair Cardoso Alves dos Santos, Coordenador Intersetorial
835 da Política Nacional da População em Situação de Rua da Secretaria de Direitos Humanos. O Dr.
836 Ivair cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Conselheiro Samuel, que discorreu sobre o

837 modo como havia conhecido as pessoas envolvidas com esse segmento, as grandes lutas que
838 existiam havia muito tempo, buscando atender àquelas pessoas que viviam nas ruas, principalmente
839 das grandes cidades. Relatou a criação das cooperativas dos catadores, as violências praticadas
840 contra os moradores de rua e a legislação sobre a questão, assim como o trabalho realizado pelo
841 MDS para a solução desse problema e os eventos realizados. Aparteando, o Conselheiro Clodoaldo
842 destacou a relevante trajetória do Dr. Ivair visando a inclusão social desses segmentos que viviam
843 com dificuldades. O Dr. Ivair discorreu sobre a SDH e a criação dos programas nacionais de direitos
844 humanos, relatando os trabalhos realizados e os segmentos atendidos nesse processo. Falou sobre a
845 criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento de Políticas Públicas para População de Rua,
846 relatando três prioridades: 1) saber o número de pessoas que viviam em situação de rua; 2) a
847 política de habitação a ser construída; e, 3) construção de um centro de defesa de direitos humanos,
848 discorrendo sobre cada uma dessas prioridades. Relatou a preocupação que cada um dos Ministérios
849 desse Comitê realizasse pelo menos uma atividade para a população de rua, discorrendo sobre o que
850 poderia ser feito em cada área. Informou a realização de um seminário para a discussão na
851 população de rua na Academia de Polícia de São Paulo, dia 06 de agosto, convidando o CNAS para
852 participar desse evento, indicando os temas a serem tratados e a extensão desse evento mensalmente
853 em todas as Academias de Polícia do Brasil, tratando do Movimento da População de Rua.
854 Observou que o Ministério da Justiça havia se engajado nessa tarefa de construir esse protocolo de
855 atendimento à população de rua e, ao mesmo tempo, fazer o diálogo com a guarda municipal, por
856 meio do Programa Nacional de Segurança. O Dr. Ivair ressaltou a presença de representantes dos
857 estados e dos municípios, de como se deveria construir uma política à população de rua, para os
858 estados e municípios, desafio que pretendiam vencer conjuntamente. Referiu-se aos abrigos e
859 albergues, indagando quantos eram, efetivamente, e qual era a intersecção do CNAS com os
860 mesmos, relatando as denúncias de maus-tratos nesses locais. Concluindo, o Dr. Ivair colocou a
861 necessidade de compartilhar essa experiência com o CNAS, fazendo uma agenda de trabalho e
862 considerando a urgência com que o assunto da população de rua deveria ser tratado. O senhor
863 Presidente agradeceu a exposição, ficando o compromisso de se construir um diálogo para tratar
864 conjuntamente dessa questão. O Conselheiro Renato Saidel relatou sua experiência nesse segmento,
865 destacando a urgente demanda que era a habitação para esse público, indagando como era o critério
866 para essa alocação e se o Centro de Defesa de Direitos Humanos, em Belo Horizonte, seria o único
867 ou haveria outros, citando São Paulo. Discorreu sobre as ações feitas pelo Ministério de Saúde para
868 a questão da população em situação de rua, questionando como estava a discussão com relação à
869 saúde mental especificamente nesse público que apresentava um grande percentual. Destacou o
870 trabalho realizado pelo GT junto à polícia civil, polícia militar e a guarda municipal de São Paulo,
871 elogiando os resultados alcançados. Referiu-se à situação dos albergues, faltando apoio ao pessoal
872 que trabalhava nesse espaço e observando a falta de recursos para que tais instituições pudessem
873 realizar um bom trabalho. O Conselheiro Wagner discorreu sobre a situação desse segmento,
874 indagando qual seria a política ideal para a solução desse problema, o que deveria ser trabalhado
875 junto com os demais Conselhos setoriais. Lançou um desafio a todos na Assistência para fazer os
876 devidos encaminhamentos e discutir a Política Nacional, com o Conselho Estadual de Assistência
877 Social de São Paulo, estando com as portas abertas para que a população em situação de rua
878 estivesse com seus direitos humanos adquiridos plenamente, indiferente de sua condição. O
879 Conselheiro Antônio informou o trabalho realizado com a população de rua de Belo Horizonte na
880 organização dos catadores de papel e de material reciclável, discorrendo sobre a situação
881 encontrada. O Conselheiro Pedro relatou sua experiência nesse campo, destacando ser primordial o
882 apoio financeiro e sugerindo que as ações do MDS fossem abertas para se saber quais eram suas
883 aplicações na população em situação de rua. A Conselheira Gisele destacou a integração das ações,
884 principalmente para se pensar uma política para municípios e para estados, destacando sua
885 preocupação com relação à questão regional. Observou que o MDS vinha trabalhando algumas
886 questões para a melhoria do atendimento e da ampliação de cobertura, buscando ampliar os recursos

887 do piso de alta complexidade 2, voltado ao financiamento dos atendimentos à população em
888 acolhimento institucional. Ponderou que cabia ao CNAS discutir questão da qualidade e como se
889 organizar melhor a prestação destes serviços, com algumas exigências básicas de atendimento,
890 podendo se levar esse tema para uma discussão conjunta na CIT. Destacou a necessidade de se
891 pensar a intersetorialidade também nos municípios, ressaltando o fato de que os atendimentos eram
892 realizados na ponta. Ponderou sobre a necessidade de se abrir o financiamento, colocando o
893 levantamento sobre os municípios que tinham atendimento à população em situação de rua,
894 especialmente aqueles com abrigos e albergues, com o financiamento contemplando essas cidades,
895 além da implantação do atendimento pelo CREAS, informando o número de municípios que tinham
896 esse financiamento. Concluindo, a Conselheira Gisele observou que uma das questões principais
897 que se precisaria trabalhar, inclusive com as demais políticas, era como se faria a abordagem de rua
898 e como se garantiria o atendimento nessa rede de retaguarda, situações que teriam que caminhar
899 juntas. A Sra. Fátima, Conselheira Municipal de Recife, indagou como estava sendo discutida a
900 política da criança e do adolescente em situação de rua. O Conselheiro Renato de Paula, elogiando o
901 trabalho realizado, observou que a proposta de se construir uma agenda conjunta era mais do que
902 bem vinda no Conselho, discorrendo sobre a transição acontecida no CNAS e o assento que a
903 Secretaria de Direitos Humanos tinha nesse Pleno, o que muito ajudaria na interlocução e as
904 parcerias nesse campo. A Conselheira Gisele complementou, referindo-se às altas hospitalares que
905 representavam um grande desafio, discorrendo sobre o precário atendimento da questão da saúde e
906 que desafiava como política de Assistência Social no atendimento e na interlocução com outras
907 áreas, especialmente em situações de saúde ou de convalescência. O Dr. Ivair discorreu sobre os
908 grandes desafios existentes e a necessidade de se garantir recursos para atender ao segmento da
909 população de rua, discutindo muito essas situações junto ao MDS e cuja presença era cobrada nos
910 encontros que mantinha com outros setores. Com relação ao atendimento à criança e ao adolescente,
911 onde havia que saber construir essa política de maneira mais flexível, relatando as dificuldades
912 encontradas. Prosseguindo, convidou para o seminário a ser realizado em São Paulo na Academia
913 de Política, discorrendo sobre os procedimentos a serem utilizados para a retirada desse segmento
914 das ruas, relatando o que ouvia nos órgãos, que falavam em limpeza das ruas, posição que passava
915 pelos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, representando um desafio que era lidar com
916 essas situações. Concordou com a realização de debate intergestores, manifestando preocupação
917 com a atitude de setores dentro do estado que agiam com a maior naturalidade em relação à
918 população de rua, dizendo-se impressionado pelo silêncio de parte da sociedade em relação a esse
919 tratamento. Citou a questão da abordagem de rua pelos policiais, com o Ministério da Justiça
920 preocupando-se com essa situação e se fazer um grande debate regional para discutir a abordagem
921 de rua e baixar uma Instrução Normativa em relação a esse processo. **ENCERRAMENTO.** O
922 senhor Presidente encerrou a reunião, convidando os membros da Presidência Ampliada para uma
923 reunião. **ABERTURA.** O senhor Presidente deu início à 180ª Reunião Ordinária do CNAS no dia 8
924 de julho de 2010, solicitando à Secretária-Executiva que procedesse à conferência do quorum:
925 Conselheiros na titularidade: Conselheira Anna Cláudia, Conselheira Simone, Conselheira Maria
926 Aparecida Godoi, Conselheiro Renato de Paula, Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Pedro,
927 Conselheiro Samuel, Conselheiro Sérgio Wanderly, Conselheiro Antônio Celso Pasquini.
928 Conselheiros na suplência: Conselheira Gisela, Conselheiro Wagner, Conselheiro José Araújo,
929 Conselheira Maria Auxiliadora, Conselheiro reverendo Renato Saidel, Conselheiro Antônio Pereira
930 Kibça da Silva Filho, Conselheira Leila e Conselheira Marisa Silva. A seguir passou para o **Item**
931 **relato da Comissão de Financiamento**, pelo Conselheiro Wanderly: “*Memória da Reunião.*
932 *Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social LOCAL: Sala 108 do CNAS*
933 **Conselheiros Presentes:** - Carlos Eduardo Ferrari; - Sérgio Wanderly; - Irmão Pedro Ost; - Maria
934 *Aparecida do Amaral Godoi de Faria; - Antônio Pereira Kibça da Silva Filho; - Gisele de Cássia*
935 *Tavares; Ausência justificada:* - José Geraldo França Diniz – coordenador. **Convidados:** Antônio
936 *José Gonçalves Henriques — Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social;*

937 *Dulcelena Alves Vaz Martins - Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira;*
938 *Laurimara de Almeida Campos — DEFNAS/SNAS Luana Marcelino Félix — DEFNAS/SNAS.*
939 *Apoio: Maria das Mercês Carvalho; Jamile Calado; Ana Julia Siqueira. 1 — Eleição do*
940 *Coordenador e do Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento, conforme determina o*
941 *artigo 24 da Resolução CNAS n° 53/08 (Regimento Interno): A Comissão de Financiamento elege*
942 *como Coordenador o Conselheiro José Geraldo França Diniz e como Coordenador Adjunto o*
943 *Conselheiro Sérgio Wanderly. 2 Análise do relatório da Execução Orçamentária e Financeira do*
944 *Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS referente ao período de janeiro a julho de 2010 (1°*
945 *semestre). A Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (D[FNAS/SNAS)*
946 *apresentou o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, 10 Semestre de 2010,*
947 *apurado em regime de caixa e empenhado até 30/06/2010: Quanto aos Benefícios Assistenciais: Os*
948 *senhores têm a tabela, os números e por uma questão de degravação tenho que ler ou só fazer a*
949 *referência. Então colocaria o Benefício de Prestação Continuada, o BPC para a pessoa idosa e*
950 *com deficiência, do orçamento aprovado em lei mais o crédito, 20.238.96.734 reais. Destes, os*
951 *recursos orçamentários descentralizados, 10.649.837.373 reais. Recursos financeiros repassados:*
952 *10.616.112.237 reais. E aí temos o percentual de execução, do descentralizado, 52,62% e repasse,*
953 *99,68%. Da renda mensal vitalícia para pessoa idosa e pessoa com deficiência, somando os dois,*
954 *1.830.065.46 reais; recursos orçamentários descentralizados, 1.007.006.263 reais. Recursos*
955 *financeiros repassados, 996.834.934 reais. Então nós temos aí o percentual da execução,*
956 *descentralizado, 55,02% e repasse, 98,98%. Senhor Presidente, depois a nossa colega Conselheira*
957 *Gisele vai fazer os esclarecimentos, ela que é a perita na área, eu só faço a relatoria. Operações*
958 *especiais, nós temos do cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, e também a de*
959 *pequeno valor. Somando as duas, do orçamento aprovado em lei temos 283.163.653 reais.*
960 *Recursos orçamentários descentralizados para isso, 283.163.653 reais; recursos financeiros*
961 *repassados, 283.163.653 reais, portanto, 100% descentralizado e 100% do repasse. No total geral*
962 *vamos ter, do orçamento, com os benefícios assistenciais, 22.351.325.848 reais, os recursos*
963 *orçamentários descentralizados, 11.940.007.289 reais; recursos financeiros repassados,*
964 *efetivamente, 11.896.110.824 reais, portanto, a descentralização é de 53,41% e o repasse foi de*
965 *99,63%. Onde foram destacados os seguintes pontos na nossa reunião: - Os recursos referentes ao*
966 *Benefício de Prestação Continuada BPC, bem como ao da Renda Mensal Vitalícia - RMV,*
967 *destacados ao INSS no 1° semestre não foram executados em 100%, uma vez que o relatório foi*
968 *finalizado em 30/06/2010. A parcela financeira pendente a fim de totalizar a execução foi*
969 *repassada em 01/07/2010. - Os repasses oriundos das operações especiais de cumprimento de*
970 *sentença judicial não são executados pelo FNAS, são repassadas diretamente aos Tribunais por*
971 *meio de conta de precatório. Ressalta - se que apesar de não serem executadas pelo Fundo, esse*
972 *valor consta do orçamento do FNAS. Quanto aos Serviços, Programas e Projetos: Temos aí a*
973 *ação, a descrição da ação, a lei do orçamento mais crédito empenhado até 30/06 e pago até 30/06.*
974 *Podemos perceber, em um primeiro momento, que grande parte está pago, do que vai ser*
975 *apresentado aqui, ele foi pago até 30/06. Eu não vou fazer a leitura, vou fazer só do geral, dos*
976 *subtotais e do geral. Então temos ações sócio-assistenciais de caráter continuado, 1.433.628.285*
977 *reais. Empenhado até 30/06, 663.096.631, que corresponde a 46,25% e isso foi pago conforme já*
978 *havia dito. E o subtotal de outras ações, 219.047.589 reais, empenhados, 68.952.793 reais,*
979 *perfazendo 31,48%. E aqui nós temos, então, pago até 30/06, 16.259.213 reais, perfazendo 49,11%.*
980 *Do total geral, o somatório aqui dos serviços, programas e projetos, 1.652.675.874 reais, do*
981 *empenhado, 732.049.425 reais, perfazendo do empenhado, 44,29%. E pago, 679.330.809 reais, que*
982 *são 412,10%. Destacou — se: - A Ação 8662 - Concessão de bolsa a crianças e adolescentes em*
983 *situação de trabalho e a Ação 2060 - Ações socioeducativas para crianças e adolescentes em*
984 *situação de trabalho foram pagos a totalidade dos recursos empenhados. A ação 8662 é*
985 *operacionalizada pela Caixa Econômica Federal com repasse direto aos beneficiários e a ação*
986 *2060 é por intermédio do repasse fundo-a-fundo. - A ação 2B30 — Estruturação da rede de*

987 *Proteção Social Básica e a ação 2B31 - Estruturação da Rede de Proteção Social Especial foram*
988 *empenhadas no percentual de 26,31% e 26,07%, respectivamente, em razão do período eleitoral*
989 *(recursos empenhados até o dia 02/07/10). Na ação 20B8 - Serviço sócio-educativo para jovens de*
990 *15 a 17 anos foram empenhados 38,11% dos recursos. Maior execução ocorrerá a partir da*
991 *competência de **julho**, uma vez que houve a adesão de mais municípios a contar do mês de junho. A*
992 *ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, que se refere aos custos do contrato de repasse*
993 *com a Caixa Econômica Federal, não teve valores empenhados e nem pagos em função do período*
994 *eleitoral e do não envio das planilhas por essa instituição. Os recursos da ação 8446 — Serviços*
995 *de Apoio à Gestão Descentralizada ao Programa Bolsa Família - IGD são descentralizados pela*
996 *Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC, sendo o FNAS responsável pela execução*
997 *orçamentária e financeira dos recursos. Foram executados 82,87% do valor repassado, não*
998 *alcançando 100%, pois a última parcela ainda estava para pagamento no dia 30/06/2010.*
999 **Encaminhamentos:** - A Comissão de Financiamento sugere: 1. Aprovar o relatório de execução
1000 orçamentária e financeira do 1º semestre de 2010 apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo
1001 Nacional Assistência Social - DEFNAS, com a inserção de urna nota de rodapé no quadro resumo
1002 de execução orçamentária e financeira, em anexo, ressaltando a questão do Índice Gestão
1003 Descentralizada - IGD, em razão da diferença do valor total com o valor aprovado pela Lei
1004 Orçamentária. 2. Solicitar ao FNAS glossário referente às siglas. 3 – **Apresentação da Proposta**
1005 **Orçamentária para 2011 (A Proposta Orçamentária deverá ser apreciada e aprovada até o dia**
1006 **31/07 — Resolução CNAS n.º 59/2009)** “Art. 1º - Alterar o art. 2º e o art. 4º da Resolução CNAS
1007 n.º 78 de 17 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 22 de maio de 2006 que
1008 dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social,
1009 que passa a vigorar com as seguintes redações: “Artigo 2º - A proposta orçamentária do FNAS
1010 para o exercício seguinte deverá ser encaminhada ao CNAS até Reunião Ordinária do CNAS do
1011 mês de julho de cada ano. Artigo 4º - A proposta orçamentária do FNAS deverá ser apreciada e
1012 aprovada até o dia 31 de julho de cada ano.’ A SNAS encaminhou o
1013 Memo/MDS/SNAS/Nº1734/2010, datado de 30 de junho de 2010, cópia anexa, que sugeriu a
1014 realização de reunião extraordinária, uma vez que os limites não foram apresentados pela
1015 Secretaria de Orçamento Federal — SOF. O Diretor Executivo do FNAS, Antônio Henrique,
1016 esclareceu que aguarda definição da SOE quanto os limites orçamentários considerando as
1017 possíveis alterações decorrentes para a Proposta Orçamentária - 2011 Após a definição desses
1018 limites, a proposta orçamentaria deverá ser encaminhada a este CNAS, obedecendo ao
1019 cronograma da SOE e da Resolução CNAS n.º 59/09. **Encaminhamentos;** - A Comissão de
1020 Financiamento sugere: 1- Que tão logo o FNAS tenha a proposta orçamentária, que ela seja
1021 encaminhada ao CNAS e a Secretaria Executiva desse Conselho encaminhe aos conselheiros da
1022 Comissão de Financiamento; 2 - Agendar reunião extraordinária da Comissão de Financiamento
1023 para os dias 20/07/10 à tarde e 21/07/10 pela manhã, para análise da proposta orçamentária do
1024 FNAS e da Ação 8249, relativa ao funcionamento dos Conselhos e reunião extraordinária deste
1025 CNAS no dia 21/07/10 no período da tarde. 3 - Encaminhar para os conselheiros da Comissão os
1026 parâmetros orçamentários aprovados por esta plenária. 4 - **Apresentação do relatório de gestão**
1027 **2009 da Ação 8249 apresentado ao TCU:** A fim de subsidiar as discussões relativas à Ação 8249 -
1028 **Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social** foi debatida a necessidade do conhecimento
1029 da operacionalização da referida ação. **Encaminhamentos:** A Comissão de Financiamento sugere:
1030 - Resgatar a memória da reunião da Comissão de Financiamento de junho e encaminhar para os
1031 conselheiros da Comissão; - Encaminhar para os conselheiros da Comissão o referido relatório; -
1032 Consolidar os valores para este ano referentes à Ação 8249; - Pautar para a reunião de agosto. 5 -
1033 **Discussão sobre o material referente à consolidação das normativas que tratam do**
1034 **financiamento da assistência social:** Com o intuito de propor alterações às esferas competentes,
1035 quando forem necessárias, no que concerne às normativas que tratam acerca do financiamento da
1036 assistência social foi discutida a relevância do assunto. **Encaminhamentos:** - Reiterar a

1037 *solicitação ao DGSUAS quanto ao envio da consolidação da referidas normativas, solicitando*
1038 *ainda uma de proposta de metodologia acerca dessa normatização, inclusive contendo a*
1039 *proposta de revisão da NOB; - Pautar para a reunião de agosto. 6 – Agenda para o 2º semestre da*
1040 *Comissão de Financiamento para os seguintes assuntos deliberados no 1º semestre: - Encontro*
1041 *com o Conselho Federal de Contabilidade; - Discussão sobre a Reforma Tributária; -- Encontro*
1042 *com o FONSEAS sobre o repasse “fundo-a-fundo”; - Curso a ser ministrado pelo Conselheiro José*
1043 *Geraldo sobre elaboração e acompanhamento orçamentário Encaminhamentos- Pautar para a*
1044 *reunião de agosto a retomada da agenda e possíveis inserções de temas a serem debatidos e*
1045 *encaminhados no 2º semestre. 7 - Pauta para a reunião da Comissão de Financiamento do mês de*
1046 *agosto: - Relatório de gestão 2009 do CNAS; - Consolidado acerca das normativas que tratam do*
1047 *financiamento da assistência social; - Construção da agenda de assuntos a serem discutidos na*
1048 *Comissão de Financiamento. Senhor Presidente, este era o relato da Comissão de Financiamento”.*
1049 *A seguir, o Conselheiro Wanderly procedeu à leitura da Minuta da Resolução: “RESOLUÇÃO N° ,*
1050 *DE 07 DE JULHO DE 2010. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em*
1051 *reunião ordinária realizada no dia 07 de julho de 2010, no uso da competência que lhe conferem os*
1052 *incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da*
1053 *Assistência Social (LOAS) resolve: Art. 1º - Aprovar o Relatório da Execução Orçamentária e*
1054 *Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (ENAS), 10 Semestre de 2010, apresentado*
1055 *pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria*
1056 *Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à*
1057 *Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*
1058 *Carlos Eduardo Ferrari Presidente do CNAS”.* Esclareceu ter anexa a execução orçamentária e
1059 financeira, com esclarecimentos pela Conselheira Gisele que relatou o debate ocorrido durante a
1060 reunião destacando a análise do relatório da execução orçamentária e financeira do Fundo,
1061 esclarecendo o motivo de trazer em separado benefício e serviços, programas e projetos,
1062 discorrendo sobre cada uma delas, conforme o material em tela. Informou que o calendário de
1063 execução de convênios iria até o final do ano, com a entrada dos processos, das propostas no
1064 sistema de convênios do Governo Federal, sendo feitos, a partir da análise, os empenhos e os
1065 pagamentos, informando a suspensão desses procedimentos em virtude do período eleitoral. Indicou
1066 que nessa demonstração não constava o valor de R\$ 100 milhões resultante do decreto de
1067 enfrentamento ao crack, com os primeiros pagamentos sendo feitos ainda com os recursos do
1068 orçamento disponível, e com esse valor incorporado ao orçamento assim que saíssem o decreto e o
1069 crédito. Prosseguindo esclareceu sobre as siglas dos pisos e o que elas financiavam, discorrendo
1070 sobre a planilha maior, e colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Conselheiro Pedro
1071 solicitou correção dos dados sobre transferência de renda, que não deveria constar no bloco dos
1072 “fundo-a-fundo”. A Conselheira Gisele esclareceu que essas ações constavam na segunda planilha
1073 porque não eram despesas obrigatórias, com as despesas citadas pelo Conselheiro Pedro sendo
1074 despesas operacionais de processamento dessas transferências. A Conselheira Simone relatou a
1075 discussão que havia se realizado tempos atrás, tendo sido encaminhado e incorporado pelo
1076 Ministério do Planejamento que todos os recursos da Assistência Social fossem recursos
1077 obrigatórios, o que estava tramitando no Congresso. Encontrou pertinente a observação do
1078 Conselheiro Pedro, com a Comissão de Financiamento devendo acompanhar a tramitação da LDO,
1079 considerando a importância para o CNAS de transformar os recursos discricionários em
1080 obrigatórios. O Conselheiro Renato Saidel observou que a atenção deveria ser voltada
1081 principalmente para a questão da ampliação dos recursos para execução direta junto aos programas,
1082 serviços, projetos, benefícios. Ressaltou que o CNAS deveria se posicionar, conforme colocado pela
1083 Conselheira Simone, na aprovação da LDO, dos recursos junto ao Congresso, até para se tentar a
1084 ampliação dos recursos para execução direta. Aparteando, a Conselheira Simone esclareceu que nos
1085 estudos que feitos com o Plano Decenal, havia uma diferença de 25 vezes o valor do gasto com os
1086 benefícios, da necessidade do serviço. Prosseguindo, o Conselheiro Renato Saidel ponderou que

1087 haviam conseguido um avanço, mas que era necessário prosseguir mais, para que a demanda que
1088 existisse fosse obrigatoriamente coberta pelo orçamento do Governo Federal. O Conselheiro
1089 Wagner solicitou esclarecimentos na planilha geral, no item do código 0073, quando tratava do
1090 assunto “*combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*”, indagando se o
1091 Conselho Nacional da Criança teria parte da Assistência e a Secretaria dos Direitos Humanos teria
1092 outra. A Conselheira Gisele respondeu ao Conselheiro Renato Saidel, que as transferências fundo-a-
1093 fundo eram tratadas na legislação como transferências legais, avançando-se em algumas questões.
1094 Com relação à pergunta do Conselheiro Wagner, a formatação do Plano Plurianual do Governo
1095 Federal era por programas, com o “*combate ao abuso ou exploração sexual de crianças e*
1096 *adolescentes*” sendo coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, mas com esses programas
1097 sendo intersetoriais, e outros ministérios tinham ações a ele vinculadas, havendo integração nas
1098 ações. A Conselheira Marisa indagou, tendo em vista o período eleitoral, como ficava o orçamento
1099 do segundo semestre para atender junto aos municípios até dezembro de 2010, inquirindo sobre a
1100 possibilidade de conhecer os estados e municípios que haviam feito essas emendas, as quais
1101 estavam mais no nível de infra-estrutura. A Conselheira Gisele esclareceu que no caso das
1102 transferências fundo-a-fundo não havia interrupção em período eleitoral, com as ações tendo
1103 continuidade dentro do processo regular de transferência, assim como os benefícios, discorrendo
1104 sobre a questão. Aparteando, a Conselheira Marisa destacou que esses recursos empenhados das
1105 emendas que chegavam aos municípios eram um entrave para a gestão porque essas emendas não
1106 passavam na aprovação nos Conselhos Municipais. Que era importante rever e enviar uma proposta
1107 de discussão na Comissão do Conselho com relação aos encaminhamentos dessas emendas, para
1108 que fossem referenciadas e aprovadas pelos Conselhos Municipais. A Conselheira Gisele ponderou
1109 que essa questão era extremamente preocupante, discorrendo sobre esses repasses e a forma como
1110 eram operados, tendo que passar pelo Conselho para aprovação, sendo uma questão importante que
1111 a Comissão de Conselhos debatesse e sendo preciso se fazer uma intervenção. A Conselheira Maria
1112 Luiza manifestou-se parcialmente contemplada na fala da Conselheira Gisele, mas que,
1113 independentemente do manual de convênios, todos os Conselhos tinham a atribuição de
1114 acompanhar, fiscalizar e aprovar as contas dos municípios. Que havia que tomar providências para
1115 chamar a atenção dos Conselhos, ou mesmo algum tipo de orientação para que isso fosse feito
1116 sistematicamente, com o Conselho Municipal tendo autoridade para aprovar ou não a execução. O
1117 Conselheiro Wanderly discorreu sobre a questão do orçamento, considerando a má execução que
1118 era relizada na ponta, o que deveria ser discutido. O Conselheiro Renato Saidel encontrava que o
1119 Conselho e, principalmente, a Comissão de Conselhos, tinha que se debruçar sobre o assunto e
1120 começar a analisar não quantitativamente, mas qualitativamente como vinha sendo o funcionamento
1121 dos Conselhos Municipais e Estaduais. Encontrava ser uma urgente demanda, sendo necessário
1122 começar a refletir sobre isso, chamando, também os estados à sua responsabilidade dentro do
1123 Sistema Único. Prosseguindo, o senhor Presidente indagou se havia algum destaque, com o
1124 Conselheiro Renato Saidel indicando o encaminhamento 3 o item 2, que fosse incluído agora,
1125 “*solicitar relação dos municípios que receberam a emenda citada na planilha-resumo*”, sendo
1126 importante não apenas apresentar a relação dos municípios, mas a possibilidade de execução dentro
1127 da normativa existente. O senhor Presidente ressaltou a necessidade de votação da resolução em
1128 anexo ao relatório, com a chamada feita pela Secretária-Executiva: Conselheiro Renato de Paula:
1129 “pela aprovação”. Conselheira Simone: “pela aprovação”. Conselheira Maria Luiza: “pela
1130 aprovação”. Conselheira Anna Cláudia: “pela aprovação”. Conselheira Fátima Rampin: “pela
1131 aprovação”. Conselheiro Sérgio Wanderly: “pela aprovação”. Conselheiro irmão Pedro: “pela
1132 aprovação”. Conselheiro Antônio Celso: “pela aprovação”. Conselheiro Carlos Ferrari: “pela
1133 aprovação”. Conselheiro Samuel: “pela aprovação”. Conselheiro Frederico: “pela aprovação”.
1134 Conselheira Maria Aparecida: “pela aprovação”. Conselheiro Clodoaldo: “eu não pude acompanhar
1135 a leitura, o debate, eu me abstenho”. Conselheiro Carlos Rogério: “pela aprovação”. O senhor
1136 Presidente considerou aprovada a resolução, com doze votos pela aprovação e uma abstenção.

1137 Continuando, voltou ao destaque do Conselheiro Renato Saidel, o qual foi aprovado pelos
1138 presentes. O Conselheiro Pedro reforçou as colocações para o aumento do orçamento na execução
1139 orçamentária, organizando-se para conseguir esse aumento junto ao Ministério do Planejamento. A
1140 Conselheira Gisele chamou a atenção para a proposta sobre a realização de Reunião Extraordinária
1141 nos dias 20 e 21 de julho, com o senhor Presidente lembrando que a Comissão de Financiamento
1142 estaria se reunindo na terça à tarde, dia 20, e na quarta de manhã, dia 21, com a Plenária, como um
1143 todo, no dia 21 à tarde. Relatou a proposta, contida no relato da Presidência Ampliada, de realização
1144 de uma extraordinária da Comissão de Conselhos e de Normas. A Conselheira Simone ponderou
1145 que não podiam esquecer que orçamento da Assistência teria que ser aumentado nas três esferas de
1146 governo, lembrando que se poderia convocar extraordinariamente, desde que saísse o limite e nessa
1147 mesma data, em consonância com os Conselheiros e o presidente da Comissão de Financiamento.
1148 Após colocações sobre a realização dessa reunião, ficou consensuado que se condicionaria sua
1149 realização à liberação do limite ou em data compatível com tal liberação. O senhor Presidente, em
1150 não havendo mais nenhum destaque, considerou aprovado o relato da Comissão de Financiamento
1151 pelo Pleno. O senhor Presidente passou para o **Item relato da Comissão de Normas**, pelo
1152 Conselheiro Pasquini: “*REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NORMAS - JULHO DE 2010 -*
1153 *DATA: 7 de julho de 2010 HORÁRIO: 9h às 13h LOCAL: Sala 11, CNAS — Esplanada dos*
1154 *Ministérios, Bloco F - Anexo, Ala A Conselheiros titulares ou na titularidade presentes: Antônio*
1155 *Celso Pasquini; Samuel Rodrigues; Carlos Rogério Carvalho Nunes; Renato Francisco dos Santos*
1156 *Paula; Fátima Aparecida Rampin. Ausência justificada da conselheira suplente: Ana Carolina*
1157 *Barros Pinheiro Carneiro. Ausência da conselheira titular: Simone Aparecida Albuquerque.*
1158 *Ausência dos conselheiros suplentes: Mariana Menezes Santarelli Roverse, Caio Nakashima.*
1159 *Conselheiros suplentes presentes: Wagner Carneiro de Santana ; Renato Saidel Coelho; Brenda*
1160 *Ferreira Silva. Convidada: Edna Aparecida Alegro — Coordenação Geral de Certificação de*
1161 *Entidades Beneficentes de Assistência Social — SNAS/MDS. Apoio da Secretaria Executiva do*
1162 *CNAS: Christianne Camargo Menezes; Ariane de Almeida Rodrigues; Maria das Mercês Avelino*
1163 *de Carvalho. Verificada a presença de quorum, teve início a reunião. 1. ASSUNTO: Eleição do*
1164 *Coordenador e do Coordenador Adjunto da Comissão de Normas (de acordo com os § 8º e 9º do*
1165 *art. 24 do Regimento Interno) Inicialmente, todos os conselheiros se apresentaram e expuseram*
1166 *suas expectativas em relação ao Conselho e à Comissão de Normas na gestão 2010/2012.*
1167 **ENCAMINHAMENTO. 1.1.** *Foi eleito por unanimidade o conselheiro Antônio Celso Pasquini*
1168 *como Coordenador e Carlos Rogério Carvalho Nunes como Coordenador Adjunto. 2. INFORME*
1169 **DA SECRETARIA EXECUTIVA SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES A**
1170 *Secretária Executiva do CNAS, Maria das Mercês Avelino de Carvalho, fez a leitura do Regimento*
1171 *Interno sobre a constituição, atribuições e competências da Comissão bem como a relação*
1172 *Comissão e Plenária. 3. ASSUNTO: Inclusão do texto do § 2º do art. 24 da Lei nº 12.101/2009 em*
1173 *certidão. A FUPAC apresentou requerimento solicitando que conste na certidão a prorrogação da*
1174 *Certificação com base no § 2º do art. 24 da Lei nº 12.101/2009, para fins de comprovação junto à*
1175 *instituição bancária. O §2º do art. 24 da Lei nº 12.101/2009 assim dispõe: Art. 24. Os Ministérios*
1176 *referidos no art. 21 deverão zelar pelo cumprimento das condições que ensejaram a certificação*
1177 **da entidade** *como beneficente de assistência social, cabendo-lhes confirmar que tais exigências*
1178 *estão sendo atendidas por ocasião da apreciação do pedido de renovação da certificação. (...). § 2º*
1179 *A certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de*
1180 *renovação tempestivamente apresentado. Verifica-se que não está claro se o disposto no art. 2º se*
1181 *aplica aos pedidos de renovação anteriores à Lei 12.101/2009 ou somente àqueles apresentados*
1182 *após a publicação desta Lei. ENCAMINHAMENTO 3.1.* *A informação contida no §2º do art. 24*
1183 *da Lei nº 12.101/2009 não deverá constar das certidões expedidas pelo CNAS, pelas razões*
1184 *indicadas abaixo: 3.1.1. As certidões expedidas pelo CNAS, na forma do modelo aprovado na*
1185 *Resolução CNAS nº 15/2010, informam acerca da situação dos processos da entidade que*
1186 *tramitaram no CNAS, ou seja, tratam de situações pretéritas, anteriores à Lei. 3.1.2. A Lei define*

1187 novo regime jurídico a partir de sua publicação e tudo o que se refere à aplicação dessa Lei é da
1188 competência dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à
1189 Fome. **4. ASSUNTO: Leitura das Informações n° 82/2010/CONJURMDS, que concluem pela**
1190 **ilegalidade do entendimento do CNAS sobre a aplicação da Lei n° 11.906/2005 — Lei do Prouni**
1191 A convidada Edna Aparecida Alegro esclareceu que o CNAS apresentou um entendimento
1192 incorreto quanto à aplicação retroativa da Lei do Prouni. Acrescentou que o assunto vem sendo
1193 tratado no CNAS desde 2008, inclusive com reunião entre o CNAS e as Consultorias Jurídicas do
1194 MEC e do MDS. **ENCAMINHAMENTO. 4.1.** Identificar os processos que tiveram certificado
1195 deferido com fundamento no art. 11 da Lei n° 11.906/2005 e encaminhar ao Ministério da
1196 Educação, hoje responsável pela certificação, com cópia das Informações n°
1197 82/2010/CONJUR/MDS, para as providências cabíveis. **5. ASSUNTO: Retificações de validade de**
1198 **CEBAS.** Correção de erros materiais nas validades dos Certificados de Entidade Beneficente de
1199 Assistência Social com base no poder de autotutela da administração pública, tendo em vista as
1200 orientações contidas no Parecer n° 158/2010/CONJURJMS, de 25/03/2010, segundo o qual
1201 compete ao CNAS retificar os atos que praticou desde que viciados por erro material.
1202 **ENCAMINHAMENTOS. 5.1.** Publicar a Resolução em anexo retificando a validade dos
1203 Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social referente aos processos abaixo listados:
1204 01) Processo n.º 71010.000221/2006-19 — Grupo Espírita Samaritano: **Validade com erro:**
1205 03/02/2006 a 02/02/2009; **Validade correta:** 20/02/2006 a 19/02/2009. **Motivo:** A validade do
1206 Certificado anterior foi 20/02/2003 a 19/02/2006 e o pedido foi tempestivo. **Informar ao MDS** que
1207 a validade foi retificada mas o pedido de renovação posterior referente ao processo
1208 71000.032783/2009-85 continua intempestivo, pois foi formalizado em 20/03/2009. 02) Processo
1209 n.º 71010.002602/2006-24 — Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena —
1210 **Validade com erro:** 26/03/2007 a 25/03/2010. **Motivo:** A validade do Certificado anterior foi
1211 01/12/2003 a 30/11/2006 e o pedido foi tempestivo. **Validade correta:** 01/12/2006 a 30/11/2009.
1212 **Informar ao MEC** que a validade foi retificada e o pedido de renovação posterior referente ao
1213 processo 71010.001833/2009-63 é tempestivo, pois foi formalizado em 15/06/2009. 03) Processo
1214 n.º 71010.002712/2007-77— Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE
1215 — **Validade com erro:** 30/07/2007 a 29/07/2010, **Validade correta:** 23/11/2007 a 22/11/2010.
1216 **Motivo:** A validade do Certificado anterior foi 23/11/2004 a 22/11/2007 e o pedido foi tempestivo.
1217 **Não houve pedido de renovação posterior no CNAS.** 04) Processo n.º 71010.001207/2006-24 —
1218 Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat — **Validade com erro:** 15/05/2006 a 14/05/2009;
1219 **Validade correta:** 02/06/2006 a 01/06/2009. **Motivo:** a validade do certificado anterior foi
1220 02/06/2003 a 01/06/2006 e o pedido foi tempestivo. **Informar ao MDS** que a validade foi retificada
1221 mas o pedido de renovação posterior referente ao processo 71010.003342/2009-57 continua
1222 intempestivo, pois foi formalizado em 10/08/2009. 05) Processo n.º 71010.000615/2007-40 —
1223 Instituto José Luiz Ferreira — **Validade com erro:** 04/05/2007 a 03/05/2010, **Validade correta:**
1224 03/05/2007 a 02/05/2010. **Motivo:** a validade do certificado anterior foi 03/05/2004 a 02/05/2007 e
1225 o pedido foi tempestivo. **Não houve pedido de renovação posterior no CNAS.** 06) Processo n.º
1226 71010.003551/2006-58 — Instituto Adventista de Educação e Assistência Social Norte Brasileira
1227 — **Validade com erro:** 30/12/2006 a 29/12/2009, **Validade correta:** 01/12/2006 a 30/11/2009.
1228 **Motivo:** a validade do certificado anterior foi 01/12/2003 a 30/11/2006 e o pedido foi tempestivo.
1229 **Informar ao MEC** que a validade foi retificada e o pedido de renovação posterior referente ao
1230 processo 71000.091020/2009-76 é tempestivo, pois foi formalizado em 16/10/2009. 07) Processo
1231 n.º 71010.006237/2008-99 — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Encantado —
1232 **Validade com erro:** 29/04/2007 a 28/04/2010; **Validade correta:** 29/04/2008 a 28/04/2011. **Motivo:**
1233 a validade do certificado anterior foi 15/02/2005 a 14/02/2008 e o pedido foi formalizado
1234 intempestivamente em 29/04/2008. **Não houve pedido de renovação posterior no CNAS.** 08)
1235 Processo n.º 71010.002147/2003-14 — Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion. **Validade**
1236 **com erro:** 01/01/2003 a 3 1/12/2005, **Validade correta:** 01/01/2004 a 3 1/12/2006. **Motivo:** a

1237 validade do certificado anterior foi 01/01/2001 a 31/12/2003 e o pedido foi tempestivo. **A validade**
1238 **do pedido de renovação posterior referente ao processo 71010.001439/2007-63, deferido pelo art.**
1239 **37 da MP 446/2008, está correta.** 09) Processo n.º 71010.001096/2006-56 — Associação
1240 Filantrópica Humanitas — **Validade com erro:** 01/01/2007 a 31/12/2009, **Validade correta:**
1241 09/07/2006 a 08/07/2009. **Motivo:** a validade do certificado anterior foi 09/07/2003 a 08/07/2006 e
1242 o pedido foi tempestivo. **Informar ao MS** que a validade foi retificada e o pedido de renovação
1243 posterior referente ao processo 71010.001683/2009-98 é tempestivo, pois foi formalizado em
1244 12/05/2009. 10) Processo n.º 71010.000992/2003-05 — Instituto Imaculada Conceição — **Validade**
1245 **com erro:** 12/09/2003 a 11/09/2006, **Validade correta:** 01/01/2004 a 31/12/2006. **Motivo:** a
1246 validade do certificado anterior foi 01/01/1998 a 31/12/2000; a entidade protocolou pedido de
1247 renovação tempestivo para o período de 01/01/2001 a 31/12/2003 pelo processo
1248 44006.002721/2000-43 o qual foi indeferido, e apresentou novo pedido de renovação tempestivo
1249 em 12/09/2003. **A validade do pedido de renovação posterior referente ao processo**
1250 **71010.002495/2006-34, deferido pelo art. 37 da MP 446/2008, está correta.** 5.2. Oficiar as
1251 entidades encaminhando certidão de inteiro teor e comunicar o Ministério da área que houve
1252 retificação da data de validade, explicando o motivo. **6. ASSUNTO: Retificação da validade de**
1253 **certificado no Processo n.º 71010.002305/2005-06 da Associação de Pais e Amigos de Surdos —**
1254 **APAS, CNPJ 78.496.619/0001-26.** Trata-se de pedido de renovação do Certificado de Entidade
1255 Beneficente de Assistência Social apresentado intempestivamente, postado em 09/11/2005,
1256 recebido no protocolo do CNAS em 14/11/2005 e deferido pela Resolução CNAS n.º 106/2006. O
1257 Certificado RCEAS 1442/2006 (cópia às fis. 104 dos autos) foi encaminhado à entidade com
1258 validade incorreta de 14/11/2005 a 13/09/2008, abrangendo um período de 2 anos e 10 meses.
1259 **ENCAMINHAMENTO DURANTE A REUNIÃO:** O Conselheiro Renato Saidel estudará o
1260 processo e apresentará despacho com sugestão de encaminhamento na próxima reunião. Todavia,
1261 após a reunião da Comissão, o Conselheiro Renato Saidel estudou o processo e trouxe o seguinte
1262 estudo e encaminhamento: O certificado expedido à entidade assegurou a validade a partir da data
1263 do recebimento do pedido no protocolo do CNAS. A validade correta do certificado é de
1264 14/11/2005 a 13/11/2008. Neste caso, o certificado terá sido abarcado pelo art. 41 da Medida
1265 Provisória n.º 446/2008, publicada no DOU de 10/11/2008, e prorrogado por mais doze meses, com
1266 validade de 14/11/2005 a 13/11/2009. Ainda que o prazo de validade seja contado a partir da data
1267 de postagem do requerimento, o período seria de 09/11/2005 a 08/11/2008 e o certificado estaria
1268 abarcado pelo art. 41 da MP 446/2008, uma vez que o parágrafo único do art. 49 da Resolução
1269 CNAS n.º 177, de 8 de dezembro de 2004, DOU 10/12/2004, legislação vigente à época, estabelece
1270 que: 'Parágrafo único - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o
1271 vencimento ocorrer em dia que não houver expediente ou este for encerrado antes do horário
1272 normal de funcionamento do órgão receptor.' É que o vencimento era no sábado, essa era a
1273 discussão. **6.1** Retificar a validade do Certificado referente ao processo n.º 71010.002305/2005-06,
1274 de 14/11/2005 a 13/09/2008 para 14/11/2005 a 13/11/2008, estando o certificado abarcado pelo
1275 art. 41 da Medida Provisória no 446/2008, ou seja, o certificado deferido à entidade foi
1276 prorrogado por doze meses, válido de 14/11/2005 a 13/11/2009. **7. ASSUNTO: Retificação da**
1277 **validade de certificado no processo n.º 71010.000715/2006-95 da Associação das Mães de**
1278 **Araçoiaba da Serra — Araçoiaba/SP - CNPJ: 49.553 .449/0001-76.** O processo anterior n.º
1279 44006.001970/2002-18 foi deferido com a validade de 16/05/2003 a 15/05/2006. A entidade
1280 protocolou tempestivamente, em 05/04/2006, pedido de Renovação. Todavia, no item 1384, da
1281 Resolução n.º 003, de 23 de janeiro de 2009, publicado do Diário Oficial da União em 26 de
1282 janeiro de 2009, o processo n.º 71010.000715/2006-95 foi publicado com validade de renovação
1283 de 01/01/2007 a 31/12/2009. Porém, por se tratar de pedido tempestivo, a validade correta deve
1284 seguir a validade do Certificado a que veio renovar, ou seja, 16/05/2006 a 15/05/2009. Em
1285 29/10/2009 a entidade protocolou novo pedido de Renovação por meio do processo n.º
1286 71000.102538/2009-42, que foi encaminhado ao MDS por força do art. 35 da Lei n.º 12.10 1/2009

1287 **ENCAMINHAMENTO DURANTE A REUNIÃO:** O Conselheiro Renato Saidel estudará o
1288 processo e apresentará despacho com sugestão de encaminhamento na próxima reunião. Todavia,
1289 após a reunião da Comissão, o Conselheiro Renato Saidel estudou o processo e trouxe o seguinte
1290 estudo e encaminhamento: **7.1.** Retificar a validade do Certificado referente ao processo nº
1291 71010.000715/2006-95, de 01/01/2007 a 31/12/2009 para 16/05/2006 a 15/05/2009. **7.2.** Após a
1292 publicação da retificação, oficiar a entidade explicando o ocorrido encaminhando certidão
1293 respectiva. **7.3.** Informar o ocorrido ao MDS e a conseqüência com relação à tempestividade do
1294 pedido relativo ao processo 71000.102538/2009-42, que foi remetido àquele órgão e informar que
1295 o processo deve ser considerado tempestivo. **7.4.** No Ofício a ser encaminhado à entidade deverá
1296 constar que o MDS foi informado que o processo 71000.102538/2009-42 deverá ser considerado
1297 tempestivo. **7.5.** Fazer as correções devidas no SICNAS. **8. ASSUNTO: Alteração do Regimento**
1298 **Interno face às alterações promovidas pela Lei 12.101/2009. ENCAMINHAMENTO 8.1.**
1299 Solicitar a todos os Conselheiros que encaminhem, até 03/08/2010, proposta de alteração do
1300 Regimento Interno. Receberão por e-mail a proposta e vocês façam, por favor, as correções,
1301 estamos premidos com a data, até 03/08. **9. ASSUNTO: Composição da Comissão de Normas em**
1302 **relação à titularidade e suplência.** Representantes da Sociedade Civil: **Titular:** Antônio Celso
1303 Pasquini **Suplente:** Wagner Carneiro de Santana **Titular:** Samuel Rodrigues **Suplente:** Renato
1304 Saidel Coelho **Titular:** Carlos Rogério Carvalho Nunes **Suplente:** Ana Carolina de Barros
1305 Pinheiro Carneiro **Representantes do Governo: Titular:** Renato Francisco dos Santos Paula
1306 **Suplente:** Brenda Ferreira Silva **Titular:** Simone Aparecida Albuquerque **Suplente:** Mariana
1307 Menezes Santareili Roverse **Titular:** Fátima aparecida Rampin **Suplente:** Caio Nakashima. **10.**
1308 **INDICATIVOS DE ASSUNTOS PARA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO** - Processos nº
1309 44006.002520/2002-42 e 71010.003453/2006-11 da Associação Criança Especial de Pais
1310 Companheiros — CEPAC, CNPJ 53.324.190/0001-69. - Alteração do Regimento Interno face às
1311 alteração promovidas pela Lei 12.101/2009. **ANTÔNIO CELSO PASQUINI** - Coídenador da
1312 Comissão de Normas.” O senhor Presidente após indicar os itens, passou para o Conselheiro
1313 Clodoaldo, que destacou o item 5, 5.1, processo n. 1 e processo n. 4, com a redação “*continua*
1314 *intempestivo*” adequando para “*foi intempestivo*”. O Conselheiro Renato Saidel observou que esse
1315 item deveria ser verificado, considerando certa a redação, com o Conselheiro Pasquini votando na
1316 fala do Conselheiro Clodoaldo, do item 1, do Grupo Espírita Samaritano, com o novo processo
1317 continuando intempestivo. O Conselheiro Clodoaldo esclareceu sua fala, observando ser uma
1318 questão de redação. O senhor Presidente, prosseguindo, indicou o item 6, 6.1. com solicitação de
1319 retificação de validade de certificado, assim como no item 7.1. O Conselheiro Renato Saidel
1320 indicou o item 8, propondo alteração desse título porque “*alteração no Regimento Interno face às*
1321 *alterações promovidas pela Lei 12.101*”, sugerindo “*alteração no Regimento Interno*”. O
1322 Conselheiro Wagner, observando ser membro da Comissão e não ter analisado esse documento,
1323 solicitou esclarecimentos no item 8.1, “*solicitar a todos os Conselheiros da Comissão*”, com o
1324 Conselheiro Pasquini esclarecendo tratar-se do Pleno e Comissão, sendo encaminhada uma minuta
1325 de alteração pela Secretaria-Executiva e onde fariam as contribuições que julgassem necessárias,
1326 considerando a urgência de tempo. Informou a convocação para a reunião do dia 21 da Comissão de
1327 Financiamento e mais o Plenário somente dia 21 à tarde, solicitando uma reunião extraordinária da
1328 Comissão de Normas, de 10h às 12h ou de 10h às 13h no dia 21. O senhor Presidente esclareceu
1329 que no relato da Presidência ampliadas essas reuniões seriam propostas, com o Conselheiro Wagner
1330 manifestando entender a urgência, mas como membro da Comissão de Normas, entendia que ela
1331 deveria discutir um pouco mais a minuta apresentada, para depois encaminhar. O Conselheiro
1332 Renato Saidel ponderou que quanto mais se ampliasse essa discussão, menor seria a polêmica na
1333 hora da aprovação na Plenária, visto ter acompanhado a aprovação do Regimento anterior, e sendo
1334 esse procedimento adotado diminuindo o trabalho a ser realizado pela Comissão, que analisaria as
1335 adequações sugeridas. O Conselheiro Renato de Paula observou que a Comissão de Normas havia
1336 feito um encaminhamento de que a Comissão discutiria as alterações no Regimento por conta da

1337 Lei 12.101, inclusive em cima de uma minuta preparada pela Secretaria-Executiva e que na próxima
1338 reunião da Comissão, após dessa análise, se construiria um documento que seria apresentado à
1339 Plenária, quando então se daria o debate sobre a matéria. Colocou que na Presidência Ampliada,
1340 esse assunto havia sido colocado como sendo uma das prioridades e o encaminhamento que foi
1341 dado na Comissão não contemplaria a urgência do tempo, sendo colocado novo encaminhamento:
1342 que a Comissão faria sua análise e daria as contribuições, assim como os demais Conselheiros
1343 olhassem o Regimento e fizessem suas considerações. Que a Comissão, em reunião ordinária,
1344 tentaria sistematizar as contribuições e esse trabalho seria debatido na Plenária, ganhando-se tempo
1345 para sua concertação. A Conselheira Simone, concordando com o Conselheiro Wagner, encontrava
1346 que a Comissão tinha que analisar a proposta da Secretaria-Executiva e traria o resultado ao Pleno,
1347 indagando o porquê de não ter sido discutido na própria Comissão de Normas e levado diretamente
1348 para a Presidência Ampliada. O Conselheiro Wagner manifestou-se contemplado nas colocações
1349 anteriores, retirando sua fala. O Conselheiro Pasquini, dirigindo-se à Conselheira Simone,
1350 esclareceu a situação em tela, sendo que com oportunidade dada na Reunião Ampliada, já haviam
1351 trazido uma proposta de uma reunião extraordinária do Conselho para o dia 21, sendo a primeiro
1352 encontro sobre o Regimento Interno, com o segundo realizando-se em agosto. Prosseguindo, o
1353 Conselheiro Renato Saidel destacou o segundo item, “alteração no Regimento Interno” tirar “face
1354 às alterações promovidas pela Lei 12.101”. O senhor Presidente indagou se estavam todos de
1355 acordo com as colocações, ficando aprovado o relato da Comissão de Normas pelos Conselheiros.
1356 Na sequência, o Conselheiro Carlos Rogério procedeu à leitura da ”**MINUTA de RESOLUÇÃO N.º**
1357 **_ , DE 8 DE JULHO DE 2010. O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS,**
1358 *em Reunião Ordinária realizada nos dias 07 e 08 de julho de 2010, com fundamento do artigo 55*
1359 *da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no Parecer nº 158/2010/CONJUR/MDS, de 25 de*
1360 *março de 2010, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de*
1361 *dezembro de 1993 — Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS; **RESOLVE: Art. 1º. Proceder***
1362 *às seguintes retificações de erros materiais nas validades dos Certificados de Entidade Beneficente*
1363 *de Assistência Social: 01) Na Resolução n.º 106, de 29 de junho de 2006, publicada no DOU de*
1364 *06/07/2006, referente ao processo n.º 71010.000221/2006-19 — Grupo Espírita Samaritano — São*
1365 *José do Rio Pardo/SP - CNPJ: 54.138.482/0001-70 - Período de validade desta renovação:*
1366 *03/02/2006 a 02/02/2009 — **Onde se lê:** Período de validade desta renovação: 03/02/2006 a*
1367 *02/02/2009, **leia-se:** Período de validade desta renovação: 20/02/2006 a 19/02/2009. 02) No item*
1368 *1940, da Resolução n.º 003, de 23 de janeiro de 2009, publicado do Diário Oficial da União em 26*
1369 *de janeiro de 2009, referente ao processo n.º 71010.002602/2006-24 — Congregação das Irmãs*
1370 *dos Pobres de Santa Catarina de Sena — Mudança de Denominação para Associação Norte*
1371 *Brasileira de Educação e Assistência Social — Teresina/PI - CNPJ: 06.845.408/0001-40 - Período*
1372 *de validade desta renovação: 26/03/2007 a 25/03/2010 — Area de atuação: Assistência Social,*
1373 ***onde se lê:** Período de validade desta renovação: 26/03/2007 a 25/03/2010, **leia-se:** Período de*
1374 *validade desta renovação: 01/12/2006 a 30/11/2009. 03) No item 4035, da Resolução n.º 003, de*
1375 *23 de janeiro de 2009, publicado do Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2009, referente*
1376 *ao processo n.º 71010.002712/2007-77—Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste -*
1377 *FUNDESTE — Chapecó/SC - CNPJ: 82.804.642/0001-08 - Período de validade desta renovação:*
1378 *30/07/2007 a 29/07/2010 — Area de atuação: Educação, **onde se lê:** Período de validade desta*
1379 *renovação: 30/07/2007 a 29/07/2010, **leia-se:** Período de validade desta renovação: 23/11/2007 a*
1380 *22/11/2010. 04) No item 1384, da Resolução n.º 003, de 23 de janeiro de 2009, publicado do*
1381 *Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2009, referente ao processo n.º 71010.000715/2006-*
1382 *95 — Associação das Mães de Araçoiaba da Serra — Araçoiaba/SP - CNPJ: 49.553.449/0001-76 -*
1383 *Período de validade desta renovação: 01/01/2007 a 31/12/2009 — Área de atuação: Assistência*
1384 *Social, **onde se lê:** Período de validade desta renovação: 01/01/2007 a 31/12/2009, **leia-se:***
1385 *Período de validade desta renovação: 16/05/2006 a 15/05/2009. 05) No item 3030, da Resolução*
1386 *n.º 003, de 23 de janeiro de 2009, publicado do Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2009,*

1387 referente ao processo n.º 71010.001207/2006-24 — Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat
1388 — Brasília/DF - CNPJ: 00.071.159/0001-05 - Período de validade desta renovação: 15/05/2006 a
1389 14/05/2009 — Área de atuação: Educação, **onde se lê:** Período de validade desta renovação:
1390 15/05/2006 a 14/05/2009, **leia-se:** Período de validade desta renovação: 02/06/2006 a O
1391 1/06/2009. 06) No item 807, da Resolução n.º 003, de 23 de janeiro de 2009, publicado do Diário
1392 Oficial da União em 26 de janeiro de 2009, referente ao processo n.º 71010.000615/2007-40 —
1393 Instituto José Luiz Ferreira — Barbacena/MG - CNPJ: 17.084.484/0001-05 - Período de validade
1394 desta renovação: 04/05/2007 a 03/05/2010 — Area de atuação: Assistência Social, **onde se lê:**
1395 Período de validade desta renovação: 04/05/2007 a 03/05/2010, **leia-se:** Período de validade desta
1396 renovação: 03/05/2007 a 02/05/2010. 07) No item 2957, da Resolução n.º 003, de 23 de janeiro de
1397 2009, publicado do Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2009, referente ao processo n.º
1398 71010.003551/2006-58 — Instituto Adventista de Educação e Assistência Social Norte Brasileira
1399 — Ananindeua/PA - CNPJ: 83.367.326/0001-89 - Período de validade desta renovação:
1400 30/12/2006 a 29/12/2009 Area de atuação: Educação, **onde se lê:** Período de validade desta
1401 renovação: 30/12/2006 a 29/12/2009, **leia- se:** Período de validade desta renovação: 01/12/2006 a
1402 30/11/2009. 08) No item 2667, da Resolução n.º 007, de 03 de fevereiro de 2009, publicado do
1403 Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2009, referente ao processo n.º 71010.006237/2008-
1404 99 — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Encantado — Encantado/RS - CNPJ:
1405 88.049.416/0001-45 - Período de validade desta renovação: 29/04/2007 a 28/04/2010 — Area de
1406 atuação: Assistência Social, **onde se lê:** Período de validade desta renovação: 29/04/2007 a
1407 28/04/2010, **leia-se:** Período de validade desta renovação: 29/04/2008 a 28/04/2011. 09) No item
1408 447, da Resolução n.º 003, de 23 de janeiro de 2009, publicado do Diário Oficial da União em 26
1409 de janeiro de 2009, referente ao processo n.º 71010.002147/2003-14 — Associação do Colégio
1410 Nossa Senhora de Sion — Curitiba/PR - CNPJ: 76.657.097/0001-71 - Período de validade desta
1411 renovação: 01/01/2003 a 31/12/2005 — Arca de atuação: Educação, **onde se lê:** Período de
1412 validade desta renovação: 01/01/2003 a 31/12/2005, **leia-se:** Período de validade desta renovação:
1413 01/01/2004 a 31/12/2006. 10) No item 3192, da Resolução n.º 003, de 23 de janeiro de 2009,
1414 publicado do Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2009, referente ao processo n.º
1415 71010.001096/2006-56 — Associação Filantrópica Humanitas — São Jerônimo da Serra/PR -
1416 CNPJ: 77.329.423/0001-84 - Período de validade desta renovação: 01/01/2007 a 3 1/12/2009 —
1417 Arca de atuação: Assistência Social, **onde se lê:** Período de validade desta renovação: 01/01/2007
1418 a 3 1/12/2009, **leia-se:** Período de validade desta renovação: 09/07/2006 a 08/07/2009. 11) Na
1419 Resolução n.º 143, de 17 de agosto de 2006, publicada no DOU de 24/08/2006, referente ao
1420 processo n.º 7 1010.000992/2003-05 — Instituto Imaculada Conceição — BarbacenaJMG – CNPJ:
1421 17.711.599/0001-74- Período de validade desta renovação: 12/09/2003 a 11/09/2006 — **Onde se**
1422 **lê:** Período de validade desta renovação: 12/09/2003 a 11/09/2006, **leia-se:** Período de validade
1423 desta renovação: 01/01/2004 a 31/12/2006. 12) Na Resolução n.º 106, de 29 de junho de 2006,
1424 publicada no DOU de 06/07/2006, referente ao processo n.º 71010.002305/2005-06 — Associação
1425 de Pais e Amigos de Surdos — APAS, Caçador/SC — CNPJ 78.496.619/0001-26 — Período de
1426 validade desta renovação: 14/11/2005 a 13/09/2008 — **Onde se lê:** Período de validade desta
1427 renovação: 14/11/2005 a 13/09/2008, **leia-se:** 14/11/2005 a 13/11/2008. **Art. 2º.** Esta Resolução
1428 entra em vigor na data de sua publicação. **CARLOS EDUARDO FERRARI - Presidente do**
1429 **Conselho.”** A Conselheira Gisele indicou ter percebido três itens em que não constava a área de
1430 atuação, n. 1, 11 e 12, com a Sra. Christianne esclarecendo que não havia saido porque a resolução
1431 havia sido aquela publicada pela Medida Provisória e não tinha área de atuação. O Conselheiro
1432 Clodoaldo solicitou esclarecimento à Comissão de Norma, tendo lido anteriormente, na hora em
1433 que se discutia a entidade referente ao item 1 e ao item 4, falava do período de validade do
1434 certificado. Que havia encontrado no texto que entidades que tinham seu certificado vencendo em
1435 10/11/2008 foram, automaticamente, pela Medida Provisória 446, prorrogado até 13/11/2009,
1436 indagando porque algumas entidades cujo certificado vencesse em 15/05, ou 19/02/2009, não eram

1437 abarcadas pela Medida Provisória 446, havendo tratamento diferenciado entre as organizações. A
 1438 Conselheira Leila manifestou querer entender porque na resolução anterior não havia saído a área
 1439 de atuação e por que não se podia fazer essa complementação, com a Sra. Christianne esclarecendo
 1440 essa situação. O senhor Presidente, após a discussão, indagou se havia mais alguma consideração,
 1441 com o item sendo aprovado pelo Pleno. A seguir, procedeu à entrega de alguns certificados dos
 1442 novos Conselheiros: Brenda Ferreira da Silva. Gisele Tavares; Maria Luiza, Anna Cláudia e Caio
 1443 Nakashima. **ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente encerrou a reunião, convidando a todos
 1444 para retornarem às 13h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o senhor Presidente solicitou à
 1445 Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Branda
 1446 Silva, Conselheira Maria Luiza, Conselheira Fátima Rampin, Conselheira Maria do Carmo
 1447 Tourinho, Conselheiro Renato de Paula, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Carlos
 1448 Rogério, Conselheiro Frederico, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Sérgio
 1449 Wanderly, Conselheiro Samuel, Conselheiro Pedro, Conselheiro Clodoaldo. Conselheiros na
 1450 suplência: Conselheira Gisele, Conselheiro Wagner, Conselheira Maria Auxiliadora, Conselheiro
 1451 Antônio Pereira Kbça Filho, Conselheira Leila, Conselheira Marisa Silva, Conselheiro Renato
 1452 Saidel. A seguir, passou para o **Item relato da Comissão de Política**, pelo Conselheiro Frederico:
 1453 **“MEMÓRIA DE REUNIÃO - COMISSÃO DE POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.** *Data:*
 1454 *07 de Julho de 2010. Local: CNAS* **Participantes:** *Anna Cláudia Romano Pontes; Clodoaldo de*
 1455 *Lima Leite; Frederico Jorge de Souza Leite; José Araújo da Silva; Leila Pizzato; Maria*
 1456 *Auxiliadora Bezerra de Araújo; Maria do Carmo Tourinho; Marisa Rodrigues da Silva; Marta de*
 1457 *Oliveira Sales; Rita de Cássia de Freitas Coelho.* **Ausências justificadas:** *José Ferreira da Cruz –*
 1458 *presente no Comitê de Crise.* **Apoio:** *Carolina Ribeiro da Silva; Maria Antônia Pereira Valente;*
 1459 *Maria Auxiliadora Pereira; Rosiely Alves de Brito Bomfim.* *No primeiro momento da reunião*
 1460 *houve a apresentação dos integrantes da Comissão e da Secretaria Executiva do CNAS e no*
 1461 *segundo momento a Secretária Executiva, Maria das Mercês Avelino de Carvalho fez um informe*
 1462 *sobre o funcionamento das Comissões Temáticas do CNAS, abordando questões como pauta,*
 1463 *quórum para instalação da reunião, participação de convidados, preparação e apresentação da*
 1464 *memória de reunião, entre outros assuntos.* **1. ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO DA COMISSÃO**
 1465 **DE POLÍTICA - 2010/2011:** *O Conselheiro Frederico de Souza Leite, representante dos*
 1466 *Trabalhadores da Área da Assistência Social foi eleito como Coordenador da Comissão de Política*
 1467 *e o Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, representante das Entidades e Organizações de*
 1468 *Assistência Social, como Coordenador Adjunto para o período de 2010 a 2011. No*
 1469 *encaminhamento deste primeiro ponto houve todo um processo de discussão foram construídas as*
 1470 *indicações e dentro destes encaminhamentos para reformulação do Regimento temos dois*
 1471 *encaminhamentos. - Proposta de reformulação do Regimento Interno do CNAS quanto à forma de*
 1472 *indicação dos Coordenadores e Coordenadores Adjuntos das Comissões Temáticas, levando-se em*
 1473 *consideração a paridade na Coordenação e a alternância dos Coordenadores. - Revisão do*
 1474 *Regimento interno quanto ao que se configura “titularidade” e “suplência” na plenária e*
 1475 *Comissões Temáticas.* **2. DEFINIÇÃO DA AGENDA DA COMISSÃO DE POLÍTICA PARA**
 1476 **2010:** *Após ampla discussão sobre as competências da Comissão de Política e seus desafios, a*
 1477 *Comissão informa abaixo suas prioridades, considerando que algumas dessas competências e*
 1478 *tarefas têm caráter permanente, outras têm caráter pontual e as mesmas são desenvolvidas de*
 1479 *forma integrada com a SNAS e outros atores das políticas sociais: Para uma forma mais*
 1480 *pedagógica nós temos as tarefas e os encaminhamentos ao lado, lerei nesta ordem.*

TAREFAS	ENCAMINHAMENTOS
1. Definir uma pauta propositiva da Comissão de Política, com a previsão periódica de avaliação dos ganhos sociais dos programas, projetos, serviços e benefícios, bem como da rede sócio-assistencial do SUAS, tendo como	- Solicitar à SNAS versão atualizada do Plano Decenal com as meias previstas até 2011, com informações dos resultados alcançados.

<i>referencial as Deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social, o Plano Decenal de Assistência Social.</i>	
<i>2. Definir agenda Intersetorial com os Conselhos Setoriais e de Defesa de Direitos para Tratar de temas e concepção para efetivação do SUAS, como:saúde; idoso; habilitação, reabilitação no campo da Assistência Social; acessibilidade; criança e adolescente; educação etc.</i>	<i>- Incluir na pauta mensal da Comissão de Política uma agenda intersetorial, - A proposta para o mês de agosto é a discussão da Política da Pessoa Idosa e mais especificamente o Fundo Nacional do Idoso, com a presença de representantes da SNAS e do CNDI.</i>
<i>3. Aprovar a definição das tipificações dos serviços de assessoramento; de defesa de direitos e dos programas e projetos sócio-assistenciais.</i>	<i>- A Comissão de Política propõe que o CNAS convide um especialista sobre o tema para realizar, em parceria com a SNAS, uma apresentação sobre a tipificações dos serviços de assessoramento; dos serviços de defesa de direitos e de programas e projetos sócio-assistenciais.</i>
<i>4. Coordenar, juntamente com o MDS, e potencializar um processo de debate democrático e participativo com os trabalhadores que integram o SUAS, para posterior aprovação no CNAS de resolução que define esses trabalhadores.</i>	<i>- Solicitar à SNAS informações quanto ao calendário e viabilização financeira para a realização dos encontros regionais e nacional para debate e definição dos trabalhadores do SUAS, para 2010.</i>
<i>5. Acompanhar as discussões junto à SNAS/MDS das alterações da NOB/SUAS 2010.</i>	<i>- Solicitar à SNAS infórmes sobre o processo de alteração da NOB/SUAS-2010 e solicitar cópia do documento preliminar.</i>
<i>6. Discutir a NOB/RH/SUAS na perspectiva das provisões dos serviços sócio-assistenciais e da definição dos trabalhadores do SUAS e sua capacitação.</i>	<i>- Aguardar a realização dos encontros que discudrão a definição dos trabalhadores do SUAS.</i>
<i>7. Acompanhar e monitorar o Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS</i>	<i>- Solicitar à SNAS o encaminhamento da nova proposta do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS</i>

1481 **3. PROJETO DE LEI N° 7255/2010 - AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL RITA CAMATA:**
1482 *A Secretária Nacional de Assistência Social encaminhou, para pronunciamento do CNAS, cópia do*
1483 *Parecer Técnico da Assessoria Parlamentar do MDS do Projeto de Lei n° 7255, de 2010, que*
1484 *altera a redação dos artigos 20 e 22 da LOAS (8.742/1993), elevando de ¼ para 1 salário mínimo*
1485 *per capita a condicionalidade para concessão do BPC - Benefício de Prestação Continuada para*
1486 *idoso ou pessoa com deficiência e dos Benefícios Eventuais. Encaminhamentos: - Esse assunto*
1487 *não foi discutido devido à falta de tempo. 4. OUTROS ASSUNTOS: 4.1.Aprovação de Resolução*
1488 *de criação do Grupo de Trabalho — Benefícios Eventuais. Nós incluimos aí, também peço licença*
1489 *aos Conselheiros da Comissão, que incluimos esta aprovação já que havia uma deliberação na*
1490 *configuração do GT no qual a resolução está em anexo, então é a aprovação da resolução. Na*
1491 *reunião do CNAS do dia 22 de junho, foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho, com a*
1492 *participação do MDS, Ministério da Saúde, CNAS e Conselho Nacional de Saúde, que terá como*
1493 *objetivo debater o resultado do Levantamento Nacional dos Benefícios Eventuais/2009 e reordenar*

1494 a lógica da concessão dos mesmos de acordo com as atribuições da política de assistência social e
1495 de saúde, conforme proposta de resolução anexa. **4.2. Expansão dos CRAS e CREAS/2010:**
1496 **Encaminhamentos:** - Solicitar à SNAS a relação dos Estados e municípios (por porte), que não
1497 preencheram o termo de aceite para a expansão do CRAS e CREAS, bem como solicitar a
1498 informação se haverá prorrogação de prazo para esse aceite e, encaminhar essas informações aos
1499 integrantes da Comissão de Política. - Que a Coordenação de Conselhos envie ofício aos
1500 Conselhos Municipais e Estaduais dos respectivos municípios e Estados que não preencheram o
1501 termo de aceite, solicitando que esses Conselhos façam gestão junto aos gestores sobre a
1502 importância da expansão dos CRAS e CREAS para o atendimento das demandas locais dos
1503 usuários da Assistência Social. **5. PROPOSTA DE PAUTA PARA AGOSTO:** - Pauta Intersectorial
1504 com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - O Fundo Nacional do Idoso - Monitoramento das
1505 Deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social, no tocante a Comissão de
1506 Política. **Frederico Jorge de Souza Leite** - Coordenador da Comissão de Política.” O Conselheiro
1507 Samuel solicitou esclarecimentos sobre como se dava a participação de convidados nas Comissões,
1508 ao que a Secretária-Executiva informou que as Comissões podiam convidar, e convidado externo
1509 deveria solicitar à Secretaria-Executiva a participação naquela Comissão, que autorizaria ou não
1510 essa participação. O Conselheiro Renato de Paula indagou se os dois encaminhamentos, “proposta
1511 de reformulação de Regimento Interno quanto à forma de indicação dos coordenadores” e “revisão
1512 do Regimento Interno quanto à titularidade e suplência”, já não seriam os primeiros
1513 encaminhamentos da Comissão. O Conselheiro Frederico informou ter aproveitado a questão dos
1514 nomes do coordenador e do coordenador-adjunto, com as duas Comissões estando voltadas à
1515 necessidade de discutir a questão do Regimento. O Conselheiro Renato de Paula observou se não
1516 poderia ser que a Comissão de Normas encaminhasse uma proposta com relação a esses dois itens
1517 específicos, a discussão da Comissão de Política, e a Comissão de Política encaminhasse para a
1518 Comissão de Normas propostas relativas a oss mesmos dois itens sem prejuízo de outros itens do
1519 Regimento que pudessem ser discutidos, co que o Conselheiro Frederico manifestou que consultaria
1520 os membros da Comissão. Prosseguindo, o senhor Presidente sugeriu ao Coordenador que fizesse
1521 nova redação nesse item, voltando posteriormente para discussão. Com relação ao item 2, definição
1522 da agenda para 2010, com destaque no item 1 pela Conselheira Luiza, que informou ter sido
1523 combinado na Comissão que além de receber da SNAS uma versão atualizada do Plano Decenal
1524 com as metas previstas até 2011, com as informações dos resultados alcançados, também viriam em
1525 separado todas as ações voltadas única e exclusivamente à Comissão de Política. No mesmo item, o
1526 Conselheiro Renato de Paula observando que no encaminhamento “solicitar versão atualizada do
1527 Plano Decenal com as metas previstas até 2011, com informações dos resultados alcançados” e a
1528 tarefa era “definir uma pauta propositiva com previsão periódica de avaliação”, entendia que os
1529 dois estavam misturados. Sugeriu que o encaminhamento fosse “solicitar versão atualizada do
1530 Plano Decenal com as metas previstas até 2011, com informações dos resultados alcançados com
1531 vistas a instituir no Conselho um Comitê Permanente de Acompanhamento das Metas do Plano
1532 Decenal”. O Conselheiro Frederico ponderou que para isso primeiro havia que ter conhecimento, ao
1533 que o Conselheiro Renato de Paula observou que seria uma complementação, solicitar as
1534 informações com vistas a estabelecer na Comissão o acompanhamento permanente das metas,
1535 estando na tarefa, mas não no encaminhamento. A Conselheira Marisa, aparteando, falou que se
1536 essa tarefa era uma atribuição dessa Comissão, não havia necessidade de existir esse Grupo porque
1537 a própria Comissão já daria o andamento da discussão dentro da Comissão. O Conselheiro Renato
1538 de Paula esclarecendo sua sugestão de inclusão na redação do encaminhamento de questão que
1539 estava na tarefa. O Conselheiro Renato Saidel solicitou adequação do texto nos encaminhamentos
1540 “com vistas a estabelecer na Comissão um processo de acompanhamento”, não sendo só o
1541 acompanhamento. A Conselheira Leila referiu-se à frase no recorte das atribuições, “às atribuições
1542 da Comissão”, esclarecendo a que se referia. No item 2, o Conselheiro Renato de Paula referiu-se à
1543 tarefa, trazendo “saúde, idoso”, incluindo “habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência no

1544 *campo da Assistência Social*”. O Conselheiro Clodoaldo solicitou deixar claro no encaminhamento
1545 que esse Fundo Nacional do Idoso ainda não havia sido criado, com o conselheiro José Araujo
1546 esclarecendo estar sendo feito um decreto para essa regulamentação. A Conselheira Gisele observou
1547 que o que estava colocado no encaminhamento era repetido como pauta da reunião de agosto.
1548 Sugeriu que essa discussão fosse conjunta com a Comissão de Política e com a Comissão de
1549 Financiamento, uma vez que havia alguns entendimentos relacionados à interface ou algum tipo de
1550 reflexo do Fundo Nacional do Idoso em relação ao Fundo Nacional de Assistência Social. Indicou
1551 que dentre os representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social, os membros do
1552 Departamento de Benefícios Assistenciais pudessem estar presentes. O senhor Presidente, no que se
1553 referia a essa agenda, havia encontrado boa a idéia, que estava pautada, para se discutir com o vice-
1554 Presidente e com os demais Conselheiros e juntos pensar em uma ação para buscar, inclusive, as
1555 presidências dos outros Conselhos e articular um debate sobre a Política de Assistência nesses
1556 Conselhos Nacionais e sua difusão. A Conselheira Gisele, com relação à pauta intersectorial proposta
1557 para agosto com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, sugeriu que houvesse uma
1558 discussão interna sobre quais os assuntos a serem tratados e posteriormente a agenda conjunta. O
1559 Conselheiro Renato Saidel sugeriu que o Conselheiro José Araujo, com grande conhecimento na
1560 área de idoso, poderia responder esses questionamentos, encaminhando um debate com as
1561 Comissões afetas ao setor. O Conselheiro José Araujo concordou com a necessidade de organização
1562 para que essa discussão fosse frutífera. Após mais algumas colocações o senhor Presidente indicou
1563 os **dois encaminhamentos**, um momento do Conselho Nacional e, *a posteriori*, um trabalho
1564 conjunto com o Conselho Nacional do Idoso, das Comissões, com a Conselheira Leila sugerindo a
1565 redação “*realização de encontro prévio com as Comissões de Política e Financiamento antes da*
1566 *reunião com o CNDDF*”. O senhor Presidente indicou a proposta que havia feito de articulação
1567 institucional com os Conselhos, fortalecendo o controle social, com a Comissão de Política
1568 propondo uma ação que fomentasse a intersectorialidade. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que
1569 havia que delimitar a ação que seria feita em nome do CNAS para que também as ações das
1570 Comissões não entrassem em choque, porque senão as Comissões poderiam dar uma diretriz e a
1571 Presidência fazer uma outra. Que seria interessante que ficasse claro qual seria o papel da direção
1572 do Conselho Nacional, que era fundamental que ocorresse, mas os pontos para o debate teriam que
1573 ter um acordo antes de ouvir as Comissões para que não houvesse choque, e também as Comissões
1574 dos Conselhos com as quais se manteria relações. O senhor Presidente propôs, que a presidência e a
1575 vice-presidência discutissem e amadurecessem essa idéia de institucionalmente um trabalho
1576 intersectorial, trazendo ao Conselho para avaliação, trabalhando, por enquanto, apenas na perspectiva
1577 apontada pela Comissão de Política. O Conselheiro Renato Saidel manifestou preocupação com
1578 relação à agenda, tendo que se fazer um estudo na questão de datas e se estabelecer as prioridades e
1579 quais os Conselhos com os quais se gostaria de estabelecer o diálogo prioritariamente, para depois
1580 fazer o contato. O Conselheiro José Araujo manifestou-se contemplado, com a Conselheira Leila
1581 observando que a Comissão entendia que trabalhar a intersectorialidade era de fundamental
1582 importância. Encontrava interessante a proposta de encaminhamento do Presidente, que
1583 contemplava tanto a fala do Conselheiro Renato quanto a fala do Conselheiro Clodoaldo, porque no
1584 momento em que apresentava uma proposta se pensaria no tempo disponível. A Conselheira Maria
1585 Luiza colocou duas questões: uma, era uma ação propositiva, um posicionamento a favor da
1586 integração, da intersectorialidade; e, outra, era na interlocução com os demais Conselhos, tendo que
1587 ter pautas com os mesmos. Sugeriu, como encaminhamento, que se faria a reunião com o Conselho
1588 do Idoso conforme orientação da Conselheira Gisele e depois uma discussão prévia daquilo que se
1589 encaminharia como pauta para os demais Conselhos. O Conselheiro Frederico destacou que na
1590 questão da saúde há havia uma pauta, ao que o senhor Presidente observou que o CNAS precisaria
1591 sentar com algumas instituições, citando, como exemplo, o CONADE e o CONANDA, precisando-
1592 se estabelecer uma estratégia de como isso seria feito. O Conselheiro Frederico procedeu à leitura
1593 do **encaminhamento**, com a proposta de 10 de agosto, de 14h às 15h, reunião das Comissões de

1594 Financiamento e Política, e de 15h às 17h reunião intersetorial com o Conselho Nacional de
1595 Direitos do Idoso. Prosseguindo, o Conselheiro Carlos Rogério encontrava que no encaminhamento
1596 do item 3, onde a Comissão de Política propunha convidar um especialista sobre o tema,
1597 tipificações e os serviços, defesa de direitos, etc., havia excelentes profissionais em todo Brasil, mas
1598 com instituições que podiam, coletivamente, a partir de núcleos de pesquisas contribuírem, fazendo
1599 uma redação que constasse essa sugestão, sugerindo colocar "*núcleos de pesquisa voltados para o*
1600 *estudo do tema*". O Conselheiro Samuel, nesse item, indagou qual era o prazo para os estados e os
1601 municípios se adequarem para implementação dessa tipificação, solicitand que a Comissão de
1602 Política também pautasse essa discussão do prazo nas suas discussões. O Conselheiro Renato Saidel
1603 colocou sua preocupação com relação ao encaminhamento na questão dos critérios de escolha dos
1604 especialistas, devendo se pensar nos critérios e qual o perfil dessa pessoa, desse grupo, para se
1605 direcionar o caminho a seguir. A Conselheira Leila complementou a fala do Conselheiro Samuel,
1606 encontrando bastante precedente porque para as entidades que atuavam na Assistência Social a
1607 tipificação da Resolução 109 já estava valendo, indagando qual o prazo para esse reordenamento. O
1608 Conselheiro Renato de Paula observou que se estava tratando de dois assuntos distintos, com o
1609 Conselheiro Samuel falando sobre a tipificação de serviços e se estava tratando da tipificação de
1610 assessoramento e defesa, discorrendo sobre a situação e como deveria ser tratada, mas encontrando
1611 pertinente a colocação do Conselheiro Samuel e a complementação da Conselheira Leila. Com
1612 relação ao item de assessoramento e defesa, encontrava que ainda havia poucos estudiosos da
1613 Assistência Social, embora fosse crescente, com a Sra. Rose tendo feito um encaminhamento no dia
1614 anterior de fazer esse levantamento a propósito do convite para especialistas, com o primeiro
1615 critério sendo que a Comissão fizesse um levantamento sobre tais pessoas e que poderia contribuir
1616 com o Conselho. Considerando que esse estudo demoraria, o primeiro passo talvez fosse de a
1617 Comissão fazer um levantamento e se emitir os convites a pessoas ou organizações, que não
1618 existiam em grande número. O Conselheiro Clodoaldo manifestou-se contemplado com a fala do
1619 Conselheiro Renato de Paula, com o Conselheiro Samuel ponderando que a Comissão de Política
1620 deveria pautar esse tema pela demanda e questionamentos que estavam vindo a partir das bases.
1621 Que deveria ficar registrado e estabelecido, com essa documentação sendo dada a conhecer para ser
1622 colocada em ação, indagando se havia um prazo respeito à tipificação e como o município se
1623 adequaria a essa situação. Relatou que faziam essa pergunta a alguns gestores municipais: se
1624 estavam discutindo a tipificação, com a resposta sendo que precisavam que a Secretaria Nacional
1625 apontasse um caminho, com o Conselheiro Renato de Paula manifestando sua concordância. A
1626 Conselheira Maria Luiza observou serem dois pontos: um, com relação a quem se convidaria e
1627 como seria esse processo. Encontrava que o CNAS poderia fazer uma rodada do conhecimento
1628 acumulado, dos posicionamentos que os Conselheiros tinham sobre o tema, facilitando a escolha
1629 dos especialistas, concordando com o Conselheiro Renato de Paula sobre o pequeno número de
1630 estudiosos, entre os quais ele se encontrava. Com relação à questão da tipificação na
1631 implementação, que o Conselheiro Samuel trazia com muita propriedade, encontrava que se teria
1632 que começar a pensar em uma política, uma ação do Conselho em relação ao que já estava posto,
1633 sendo que a tipificação estava posta, os serviços tinham que se adequar, concordando com a
1634 Conselheira Leila, e tinham instâncias de fiscalização, tanto nos Conselhos locais quanto os
1635 Conselhos Estaduais, as Secretarias e também os órgãos gestores do estado. Pensava que o caminho
1636 da nova NOB traria luzes em relação a isso porque deixava claro o papel dos entes federados, as
1637 suas atribuições e a importância do planejamento e do monitoramento e da avaliação da Política,
1638 inclusive nos três níveis de governo. Que se teria que caminhar cada dia mais para essa estrutura
1639 que conseguia garantir fiscalização, que conseguia entender aquilo que era prêmio e aquilo que era
1640 punição para quem não cumprisse a política. O Conselheiro Renato de Paula encontrava importante
1641 que os Conselheiros pensassem que não seria fácil essa nova tipificação, com a discussão da NOB
1642 podendo ajudar a fazer essas adequações, para poder caminhar para que a implementação fosse
1643 efetiva, com a discussão do financiamento que a nova NOB traria tendo que ser casada com a

1644 discussão da qualidade dos serviços para implementação da tipificação. O senhor Presidente
1645 manifestou que gostaria que nesse encaminhamento, além dos especialistas das organizações
1646 fossem também ouvidos aqueles que faziam defesa de direitos no país. O Conselheiro Sérgio
1647 Wanderly destacou que a questão de recursos não era mais chamariz, com os municípios com
1648 recursos recusando-se a realizar ações, fenômeno que precisaria ser aprofundado. Destacou as
1649 dificuldades existentes, com o PL SUAS tipificando os serviços em cada município, ressaltando a
1650 falta de capacitação para o uso dos recursos e discorrendo sobre as situações verificadas nos
1651 mesmos. Explicou que faltava o entendimento sobre a importância das Políticas para a população,
1652 preocupação que também deveria ser colocada. O Conselheiro Samuel manifestou-se contemplado
1653 pela fala do Conselheiro Wanderly, mas ficava receoso quando escutava que era preciso discutir o
1654 financiamento, discorrendo sobre a situação e destacando a necessidade de dar respostas aos
1655 questionamentos da população. O Conselheiro Wagner concordou com o Conselheiro Wanderly
1656 com respeito à dificuldade encontrada nos pequenos municípios, que não conheciam a NOB ou
1657 tipificação. Ponderou que a resolução havia sido muito bem feita, mas o que faltava era ver quais os
1658 mecanismos para fiscalizar implantação, discorrendo sobre as realidades encontradas, com as
1659 questões precisando ser socializadas e dizendo aos Conselhos como implantar esse processo, porque
1660 havia Conselhos que estavam confusos nesse momento. O Conselheiro Renato de Paula encontrou
1661 extremamente pertinentes as colocações feitas pelo Conselheiro Samuel, Wanderly e Wagner,
1662 sugerindo o encaminhamento de que o CNAS, através da Comissão de Conselhos ou de outra,
1663 pensasse uma resolução ou outra forma de orientação para os Conselhos Estaduais ou Municipais
1664 fazer a fiscalização da implantação dos serviços tipificados. A Conselheira Gisele ponderou que
1665 estavam identificando alguns problemas e grandes desafios que ainda existiam com essa discussão,
1666 que permitia avançar para sua solução e mais conhecimento das próximas questões a debater no
1667 sentido do aprimoramento constante. Para registro, observou a existência de importantes dados que
1668 gostaria fossem debatidos nesse Conselho, citando a diferença que o SUAS já havia trazido em
1669 relação à MUNIC de 2005, à pesquisa de informações municipais de 2005 e a de 2009. Concordava
1670 com o Conselheiro Wanderly que havia que começar a identificar porque as coisas estavam
1671 acontecendo e o que se poderia fazer para melhorar ainda mais, pensando-se em um plano de
1672 trabalho nesse sentido. A Conselheira Marisa ressaltando a grande conquista sobre a tipificação dos
1673 serviços, que norteava todos os procedimentos com relação à Assistência Social, cabendo a cada
1674 município, a cada coordenação da sua gestão estudar profundamente e aplicar. Encontrava que se
1675 precisava realmente da aprovação da definição das tipificações dos serviços pelo CNAS, para
1676 orientar os Conselhos Municipais. Dirigindo-se ao Conselheiro Renato, observou que queria saber
1677 da Secretaria-Executiva se havia sido pautado na reunião passada o que ele havia colocado e que era
1678 uma preocupação do CONGEMAS, para que realmente, ocorresse uma reunião com todos os
1679 Conselhos Estaduais, proposta encaminhada na reunião anterior. O Conselheiro Wanderly colocou
1680 os problemas que encontravam, mas ressaltando os grandes avanços alcançados, com esse Conselho
1681 dando grandes passos pela Assistência Social garantindo direitos e tudo o mais. Ressaltou a grande
1682 riqueza que era esse debate, com cada um colocando seu posicionamento e chegando-se a um
1683 consenso, avançando para a resolução das dificuldades. O Conselheiro Samuel destacou a posição
1684 existente em relação ao avanço da Política de Assistência Social, mas que em campo percebia-se
1685 que nada havia mudado, relatando as situações que ocorriam com a população de rua. Ponderou que
1686 havia muita coisa a ser feita, não criticando, mas apresentando a realidade, declarando que
1687 reconheciam os avanços, os números trazidos com a tipificação sendo comemorada como avanço e
1688 como ganho real. A Conselheira Gisele reafirmou o respeito que tinha pelo Conselho e ao papel que
1689 tinha que exercer do controle, da crítica, da fiscalização, não tentando encobrir problemas, mas
1690 havendo grandes questões e grandes desafios a enfrentar. Entendia que as questões colocadas não
1691 eram críticas infundadas, mas sim a identificação de problemas que havia que enfrentar. O
1692 Conselheiro Frederico relatou que a questão oitava seria a “*tipificação nacional de serviços sócio-*
1693 *assistenciais*” e o **encaminhamento** “*pautar na Comissão de Política com acompanhamento da*

1694 *implementação da tipificação de serviços*”, “*que a Comissão de Conselhos proponha a resolução*
1695 *de orientação aos Conselhos sobre a fiscalização da tipificação*” e “*reunião com os Conselhos*
1696 *Estaduais de Assistência Social com orientações aos Conselhos Municipais de Assistência sobre a*
1697 *tipificação*”; no terceiro, “*incorporar além das expertises institucionais e pessoas físicas também a*
1698 *questão das entidades*”. O senhor Presidente passou à questão dos trabalhadores do SUAS, item 4,
1699 com a Conselheira Leila solicitando revisão da redação porque a intenção da Comissão havia sido
1700 que ficasse claro que o desejo da Comissão era que esse item ficasse completamente finalizado
1701 antes do final do ano, com o escrito sugerindo remeter para durante o semestre. O Conselheiro
1702 Renato de Paula manifestou dúvida com relação à redação do encaminhamento, relatando “*solicitar*
1703 *à SNAS informações quanto ao calendário e viabilização financeira para realização dos encontros*
1704 *regionais e nacional para debate e definição dos trabalhadores do SUAS*”, indagando à Comissão
1705 se havia chegado a discutir com quem seriam esses encontros. Observou que essa pergunta decorria
1706 de ser ano de eleição, havendo vedação eleitoral para fazer determinados tipos de eventos, o que
1707 havia ocorrido no MDS. O Conselheiro Frederico esclareceu que o segmento dos trabalhadores
1708 estava buscando informações sobre o assunto para publicizar o novo calendário, pedindo urgência
1709 nesse encaminhamento que já havia sido aprovado, não indo de encontro à legislação eleitoral.
1710 Esclareceu que na reunião de maio haviam indicado quem eram os articuladores dos estados, com o
1711 quantitativo e as categorias que iriam ser contempladas, o que estava registrado na memória da
1712 reunião da Comissão. A Conselheira Marisa referiu-se ao item com relação a essa capacitação,
1713 informando ao Conselheiro Renato de Paula que os participantes seriam os Conselheiros do CNAS,
1714 segmento dos trabalhadores, técnicos do MDS e CNAS, administradores, advogados, antropólogos,
1715 Assistentes sociais, contadores, pedagogos, psicólogos, sociólogos, terapeutas ocupacionais,
1716 federações e associações de profissões regulamentadas, Conselhos profissionais, centrais sindicais,
1717 entidades de ensino e pesquisa, fóruns estaduais e municipais existentes e FONACEAS.
1718 Prosseguindo, o senhor Presidente passou ao item 5, com o Conselheiro Renato de Paula, indicando,
1719 “*acompanhar as discussões junto à SNAS das alterações da NOB-SUAS*” e o encaminhamento,
1720 “*solicitar à SNAS o informe sobre o processo de alteração da NOB-SUAS, solicitar cópia do*
1721 *documento preliminar*”. Esclareceu estar se realizando as discussões da NOB 2010, tendo uma
1722 perspectiva de inserir o CNAS um debate mais participativo do que o que havia sido feito na
1723 Política, mais parecido com o processo na NOB-RH. Falou que o documento seria discutido,
1724 finalizado e colocado para consulta pública, sendo que nesse momento, a expectativa era que o
1725 CNAS já instituisse oficialmente uma discussão sobre o mesmo, aclarando o porquê desse
1726 procedimento. Ressaltou que o encaminhamento estava correto, sendo que talvez a Comissão
1727 pudesse apontar em uma agenda, em uma pauta, relatando a parceria entre CNAS e CIT para poder
1728 tornar mais ágil e participativo o processo. Prosseguindo, o senhor Presidente passou para o item 6,
1729 com o Conselheiro Renato da Paula sugerindo a redação “*e da Política Nacional de Capacitação do*
1730 *SUAS, definir a política de capacitação do SUAS*”. O senhor Presidente passou para o item 7, com o
1731 Conselheiro Frederico destacando a falta de discussão sobre o tema da próxima Conferência, sobre
1732 o qual haviam tido uma série de discussão da temática da próxima Conferência sobre o trabalhador
1733 do SUAS e cuja discussão deveria ser pautada entre setembro e outubro, para preparar essa
1734 discussão, não só com os trabalhadores, mas também com os outros segmentos. Destacou a
1735 urgência desse processo cujo prazo inicial era junho, com os segmentos aguardando uma resposta. O
1736 Conselheiro Carlos Rogério esclareceu já haver um entendimento mínimo no que se referia em
1737 básico e recursos humanos, havendo já um avanço nessa discussão. Com relação à definição dos
1738 trabalhadores, observou que os mesmos estavam nos CRAS, nos CREAS e nas entidades, não
1739 havendo motivo para protelar o calendário. Discorreu sobre os trabalhadores nas entidades que não
1740 tinham nenhum vínculo, realidade que precisava ser coconsiderada, indicando os trabalhadores dos
1741 CRAS, sendo um debate muito interessante. O Conselheiro Renato Saidel, solidarizava-se com a
1742 bancada dos trabalhadores, tentando trazer os encaminhamentos de forma objetiva para avançar e
1743 entrar nas discussões das propostas com a primeira sendo discutir a NOB-RH/SUAS na perspectiva

1744 das provisões dos serviços sócioassistenciais, com a Comissão ou o CNAS podendo já iniciar essa
1745 discussão, enquanto se aguardava a definição do calendário. Aparteando, o Conselheiro Frederico
1746 indicou a memória da reunião em que havia sido deliberado o calendário anterior, podendo se
1747 trabalhar sobre a nova proposta, com sugestão de data e também dando tempo legal para se fazer
1748 esses encontros, e até mesmo para dar uma resposta aos trabalhadores do SUAS. O Conselheiro
1749 Renato Saidel propôs, dentro da apresentação do calendário, que o mesmo fosse discutido,
1750 definindo um novo calendário dentro da viabilidade do MDS. O Conselheiro Carlos Rogério
1751 sugeriu na próxima reunião da Comissão de Política readequar esse calendário, visto que a primeira
1752 iniciativa em julho não havia sido cumprida. O Conselheiro Renato Saidel, caso houvesse
1753 concordância do Conselheiro Frederico, sugeriu que seria encaminhado para a Comissão de
1754 Política, propondo que houvesse representantes da Secretaria Nacional na próxima reunião como
1755 convidados para poder discutir e finalizar a implementação do calendário. O Conselheiro Renato de
1756 Paula, aproveitando essa proposta, propôs que se convidasse a SAGI para vir e apresentar os micro
1757 dados da MUNIC com o recorte referente aos trabalhadores trazendo todas as informações
1758 necessárias. Após colocações, a Conselheira Marisa sugeriu, como membro da Comissão,
1759 encaminhar aqui à gestão do MDS para saber sobre o retorno que teria que ser dado nessa
1760 oportunidade pelo Conselheiro José Crus, ressaltando a questão das datas e os encontros a serem
1761 realizados. Indagou se o MDS poderia responder à Comissão e ao Pleno como estaria esse processo
1762 dentro do Ministério para organização e dar toda a estrutura para a realização desses encontros. A
1763 Conselheira Gisele ponderou que havia que se pensar em uma estratégia para buscar essa
1764 informação que não possuía, informando que contaria o Conselheiro José Crus para trazer essas
1765 informações. O Conselheiro Carlos Rogério indagou sobre a possibilidade de fechar o calendário
1766 ainda nessa oportunidade, com a Conselheira Gisele se comprometendo a contatar o MDS, ao que o
1767 Conselheiro Frederico sugeriu construir esse novo calendário. A Secretária-Executiva esclareceu
1768 que, da mesma forma da oficina de Conselhos com relação ao TCU, as datas dependiam desse
1769 processo de contratação licitatória. Informou que na reunião anterior o Conselheiro José Crus havia
1770 ficado de, posteriormente, encaminhar essas datas, esclarecendo que esse procedimento dependeria
1771 da forma de contratação, inclusive do valor da operacionalização para traçar um calendário de
1772 realização desses eventos. O Conselheiro Frederico acatou e concordou com a fala da Secretária-
1773 Executiva, sugerindo que se fizesse uma proposta com as novas datas acatando o tema. O senhor
1774 Presidente ponderou que se aguardaria o retorno da Conselheira Gisele para definição de datas.
1775 Com relação ao item 7, subitem 3 - Projeto de Lei 7255, a Conselheira Leila observou que o
1776 encaminhamento não havia sido o decidido pela Comissão, solicitando esclarecimentos. O
1777 Conselheiro Frederico indicou que esse encaminhamento havia sido discutido na Presidência
1778 Ampliada, abrindo-se espaço para trazer o Projeto de Lei 7255. O senhor Presidente esclareceu à
1779 Conselheira Leila que o Conselheiro Frederico, Coordenador da Comissão de Política, havia levado
1780 a apresentação desse Projeto de Lei, ficando à vontade para tratar sobre o mesmo que dizia respeito
1781 à sua militância, relatando o que havia sido tratado na Presidência Ampliada. Encontrava ser
1782 preciso, enquanto Conselho, solicitar um estudo sobre o impacto ocasionado por esse PL, e enviado
1783 à Comissão de Política para posteriormente poder encaminhar. A Conselheira Leila concordou que
1784 o PL SUAS era muito mais importante nesse momento e teria que avançar., entendendo que não se
1785 poderia receber um documento que mudasse um encaminhamento da Comissão, com essa mudança
1786 vindo como proposta a ser discutida em Plenária, e não podendo ser alterado na Presidência
1787 Ampliada. Após colocações, o Senhor Presidente recomendou que houvesse um debate entre os
1788 membros da Comissão e a seguir se deliberava essa alteração, encontrando pertinente a preocupação
1789 da Conselheira Leila. A Conselheira Marisa solicitou esclarecimentos com relação ao item 7,
1790 subitem 3, sobre o Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS, com a representante do
1791 FONSEAS tendo informado que viria uma nova proposta do Pacto de Aprimoramento porque
1792 alguns estados estariam fazendo seus alinhamentos. O Conselheiro Clodoaldo solicitou que esse
1793 esclarecimento fosse colocado ao final da discussão em tela, com a Conselheira Marisa inquirindo

1794 ao senhor Presidente sobre os esclarecimentos solicitados, com a sua concordância. O Conselheiro
1795 José Araujo concordou com as colocações da Conselheira Leila, ao que o Conselheiro Clodoaldo
1796 ressaltou que na Presidência Ampliada não tinham autonomia de mudar o que era tratado nas
1797 Comissões, dando razão e ficando solucionadas as dúvidas da Conselheira Leila. O Conselheiro
1798 Frederico esclareceu ter havido encaminhamento do Presidente que a Comissão se reunisse e
1799 discutisse o assunto, ao que o senhor Presidente reiterou que a Comissão debatesse reservadamente
1800 e trouxesse sua deliberação. O Conselheiro Renato Saidel, pensando na questão metodológica,
1801 sugeriu para as Comissões e, eventualmente, para o Regimento Interno, incorporando na memória
1802 que “*o encaminhamento foi esse, mas a Presidência Ampliada ou os Conselheiros, ou o*
1803 *Conselheiro entendem que o encaminhamento tem que ser esse*”, como uma questão metodológica
1804 para trazer o debate para a Plenária. A Conselheira Fátima, com relação à esta discussão, referiu-se
1805 à Comissão de Normas, onde não havia ficado encaminhado que haveria extraordinária dia 21, com
1806 a Presidência Ampliada não tendo apresentado o relatório, e já estando com a convocação na mão.
1807 Observou que havia que pensar sobre o assunto, solicitando esclarecimentos. O senhor Presidente
1808 lembrou que no relato da Comissão de Normas, haviam colocado a situação da Comissão de
1809 Financiamento e do debate feito também na Presidência Ampliada. Informou ter proposto à
1810 Secretária Executiva que a partir do próximo mês o relato da Presidência Ampliada fosse o primeiro
1811 a ser feito, esclarecendo muito das situações. A Secretária-Executiva explicou que após ter
1812 procurado o Coordenador da Comissão de Normas e confirmado que a data do dia 21 estava
1813 aprovada a convocação havia sido encaminhada, considerando o prazo de dez dias a ser atendido. A
1814 Conselheira Maria do Carmo, manifestando-se contemplada com a fala do Conselheiro Clodoaldo,
1815 ponderou que essa discussão era importante, o que também acontecia em outras entidades, sendo
1816 que no CONADE uma das deliberações da Conferência havia sido o aumento desse *per capita*, o
1817 que vinha sendo discutido a cada reunião. O Conselheiro Frederico indicou que os
1818 encaminhamentos constavam na degravação e sendo convidar o gabinete da deputada Rita Camata
1819 ou a mesma, o MDS e a Comissão de Financiamento para o referido PL. Indicou que após ser
1820 discutido na Presidência Ampliada teve a seguinte proposta de **encaminhamento**: “*Solicitar à*
1821 *SNAS um estudo do impacto financeiro e orçamentário quanto à aprovação do referido PL*”. A
1822 Conselheira Leila observou ser oportuno, se houvesse concordância desse Plenário, colocar também
1823 que essa matéria ficaria para ser discutida novamente e retomada após a aprovação do PL SUAS,
1824 que foi havia sido combinado após a discussão. A Conselheira Marisa solicitou esclarecimentos
1825 com relação ao item 7, quanto ao Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS, com a Conselheira
1826 Marta informando que estaria vindo uma nova proposta de Pacto de Aprimoramento, considerando
1827 os ajustes feitos, manifestando preocupação com relação a esse esclarecimento porque para a gestão
1828 do SUAS era extremamente importante que os mesmos fossem reafirmados e concretizados pelos
1829 Estados. Relatou que a maioria dos estados não vinha cumprindo esse pacto, o que interferia
1830 diretamente dentro da gestão no município, citando um exemplo dessa situação. Concluindo,
1831 indagou quais e quantos estados brasileiros efetivamente já vinham concluindo seus Pactos de
1832 Aprimoramento. A Conselheira Gisele esclareceu que na última CIT houve uma proposta de
1833 inserções e de revisão de alguns dos termos do Pacto de Aprimoramento da Gestão, especialmente
1834 os relacionados a monitoramento e avaliação. Informou que no decorrer dos debates o FONSEAS
1835 havia se reunido e não se considerou em condições de pactuar naquele momento essa nova
1836 formatação, solicitando um tempo maior para debater junto à base. Esclareceu o que a CIT havia
1837 acordado, com a CIT aguardando o retorno dos estados na próxima reunião com alguma posição
1838 sobre isso para entrar na pauta. Ponderou que deveria compor essa discussão do pacto, alguns
1839 prazos e metas para que houvesse o aprimoramento dos CRAS e dos CREAS, com essa ponte com
1840 os dados da MUNIC e do Censo dos Centos, podendo compor o conteúdo desse estudo.
1841 Prosseguindo a Conselheira Gisele relatou ter feito a consulta aos responsáveis pela tramitação do
1842 processo dos encontros, tendo sido informada que o Termo de Referência havia sido elaborado e
1843 encaminhado, conforme a solicitação da Comissão e a deliberação do Conselho. Colocou que no

1844 meio do caminho da tramitação, houve a necessidade de a Consultoria Jurídica se pronunciar sobre o
1845 período eleitoral, o que havia sido feito, com esse processo voltando essa semana para a Secretaria
1846 de Assistência. Sugeriu que se pensasse em uma alternativa de encaminhamento que repartisse um
1847 pouquinho a providência, com o Pleno, a partir desta manifestação, delegasse à Comissão fazer a
1848 definição da primeira data, divulgando e informando todos os Conselheiros sobre a primeira data,
1849 que seria o encontro dos articuladores, com a definição das outras datas do calendário trazendo na
1850 próxima reunião. O Conselheiro Carlos Rogério encontrou ser uma boa proposta, sendo interessante
1851 agendar apenas o primeiro mês, para ver o cenário dos regionais. O senhor Presidente considerou
1852 acatada a proposta da Conselheira Gisele, que complementou que a Plenária teria que referendar
1853 esse encaminhamento de que a partir da análise do processo, na próxima semana, a Comissão
1854 estudasse a data e divulgasse para o Plenário. O senhor Presidente passou para Outros Assuntos,
1855 item 4. 4.1, aprovação de Resolução de Grupo de Trabalho de Benefícios Eventuais, tendo uma
1856 resolução já sendo proposta, com o Conselheiro Frederico procedendo à sua leitura: **RESOLUÇÃO**
1857 **Nº , DE DE 2010 Cria o Grupo de Trabalho - GT para debater o resultado do Levantamento**
1858 **Nacional dos Benefícios Eventuais/2009 e reordenar a lógica da concessão dos mesmos de acordo**
1859 **com as atribuições da política de assistência social e de saúde. O CONSELHO NACIONAL DE**
1860 **ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas**
1861 **pelo artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social -**
1862 **LOAS, CONSIDERANDO a publicação da Resolução CNAS nº 212, publicada no DOU de 19 de**
1863 **outubro de 2006, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de**
1864 **benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social, CONSIDERANDO a**
1865 **publicação do Decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, publicada no DOU de 14 de dezembro**
1866 **de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de**
1867 **1993, CONSIDERANDO a publicação do Relatório sobre o Levantamento Nacional dos Benefícios**
1868 **Eventuais/2009, um mapeamento da situação dos benefícios eventuais no Brasil e das questões que**
1869 **necessitam ser aprofundadas para o aperfeiçoamento da regulação e gestão dos mesmos,**
1870 **RESOLVE: Art. 1º. Criar um Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de debater o resultado do**
1871 **Levantamento Nacional dos Benefícios Eventuais/2010 e reordenar a lógica da concessão dos**
1872 **mesmos de acordo com as atribuições da política de assistência social e de saúde. Art. 2º. O Grupo**
1873 **de Trabalho será composto, pelas seguintes representações: - Conselho Nacional de Assistência**
1874 **Social: - Representante Governamental: - Representante da Sociedade Civil: - Conselho Nacional**
1875 **de Saúde: - Representante Governamental: - Representante da Sociedade Civil: - Ministério do**
1876 **Desenvolvimento Social e Combate à Fome: - Patrícia Souza De Marco — Coordenação Geral de**
1877 **Regulação e Ações Intersetoriais do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria**
1878 **Nacional de Assistência Social - SNAS - Cassiana Garavelo de Andrade - Coordenação Geral de**
1879 **Regulação e Ações Intersetórias do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria**
1880 **Nacional de Assistência Social — SNAS - Lianne Carvalho de Oliveira - Coordenação Geral de**
1881 **Acompanhamento de Beneficiários do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria**
1882 **Nacional de Assistência Social — SNAS - Ministério da Saúde: - Luiza Fernandes Machado —**
1883 **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas — Coordenação Geral de Saúde do Idoso.**
1884 **Parágrafo Único. Esse grupo de trabalho poderá convidar, no devido momento, outros atores,**
1885 **como representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE,**
1886 **Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, Ministério Público, Poder Judiciário, FONSEAS,**
1887 **CONGEMAS, entre outros, para debater questões específicas do Levantamento Nacional sobre os**
1888 **Benefícios Eventuais. Art. 3º. O Grupo de Trabalho terá o prazo até novembro de 2010 para**
1889 **apresentação de uma resolução conjunta CNAS/CNS com orientações a municípios, estados e o**
1890 **Distrito Federal, sobre a reordenação lógica dos benefícios eventuais de acordo com a política de**
1891 **assistência social e de saúde. Art. 4º. A Coordenação dos trabalhos será feita por um dos membros**
1892 **eleitos e contará com o suporte técnico da Secretaria Executiva do CNAS. Art. 5º. Esta Resolução**
1893 **entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari - Presidente do Conselho.” A**

1894 seguir, o Conselheiro Frederico informou que o Conselho Nacional de Saúde se encontrava em
1895 reunião, indicando os nomes do Conselho até sexta-feira. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu
1896 como **encaminhamento** para a resolução, entender que teria que ser conjunta do Conselho Nacional
1897 de Saúde e de Assistência Social, considerando o convite para integrar o GT do CNAS, com a
1898 concordância do senhor Presidente. O Conselheiro Clodoaldo ponderou que se já havia sido
1899 acordado esse trabalho conjunto, não havia necessidade de ser uma resolução conjunta. O senhor
1900 presidente, prosseguindo, indicou a necessidade dos nomes para esse Grupo de Trabalho. A
1901 Conselheira Brenda ponderou que não se poderia fazer essa resolução em conjunto sem antes fazer
1902 essa discussão do Grupo de Trabalho, mas encontrando que mesmo que a Saúde estivesse articulada
1903 com o Conselho Nacional, não caberia sua presença. O Conselheiro Renato de Paula, observando
1904 algumas incoerências, ponderou não saber se corrigiam a ementa ou incluiria a Saúde nos
1905 considerandos e se emitia uma resolução conjunta. A Conselheira Brenda sugeriu retirar a Saúde,
1906 sendo Assistência Social, com aquela entrando no segundo momento após as discussões com o
1907 Conselho Nacional. O senhor Presidente observou que se estavam propondo essa resolução, poderia
1908 ser em caráter de convite, criando-se o GT e convidando dois integrantes do Ministério da Saúde. A
1909 Conselheira Gisele ponderou que talvez o problema na ementa e no artigo 1º fosse o verbo
1910 “reordenar” por não terem a competência de reordenar benefícios no campo da saúde, podendo
1911 debater com a Saúde benefícios de Assistência e no campo da Saúde, explanando sobre a questão. O
1912 senhor Presidente dirigiu-se ao Conselheiro Frederico observando ter solicitado para a Secretaria-
1913 Executiva resgatar outras situações de trabalho conjunto. Prosseguindo, passou ao item 4.2, com o
1914 Conselheiro Pasquini observando que a resolução deveria ser do CNAS. Manifestou ter lido na
1915 resolução que a Sra. Luisa Fernandes Machado era a representante da Saúde nesse Conselho,
1916 convidando-se os demais representantes da Saúde. O Conselheiro Wanderly relatou as discussões
1917 ocorridas na CIT sobre as deliberações nacionais não cumpridas, discorrendo sobre a negativa dos
1918 municípios nas ações da Política, sendo a oportunidade de se fazer um levantamento sobre essa
1919 situação através das CIB’s. A Conselheira Maria Auxiliadora destacou a fala do dia anterior sobre
1920 os cursos de capacitação, indagando porque não investir nos mesmos, se havia subsídio. O
1921 Conselheiro Wanderly discorreu sobre a política existente e a disponibilidade de recursos para os
1922 cursos de capacitação, que eram pontuais, sendo uma ferramenta do trabalho a ser executado.
1923 Ponderou que a questão maior do entendimento da Política, que tinham como pressuposto, não
1924 existia nem para o gestor e muitas vezes nem para os profissionais, discorrendo sobre a capacitação
1925 dos profissionais e sobre os recursos disponíveis para essas ações. A Conselheira Maria Auxiliadora
1926 concordou com as palavras do Conselheiro Wanderly, mas precisando investir para auxiliar as
1927 pessoas que estavam sob a responsabilidade da Assistência Social. O senhor Presidente indagou ao
1928 Conselheiro Frederico se a resolução já havia sido adequada, que passou à leitura da ementa: “*Cria*
1929 *o Grupo de Trabalho para debater o resultado do levantamento nacional dos benefícios eventuais*
1930 *de 2009 e propõe o reordenamento na lógica da concessão dos mesmos, de acordo com as*
1931 *atribuições da Política de Assistência Social e de Saúde.” A Conselheira Brenda lembrou a*
1932 *sugestão de tirar a Saúde, ao que o Conselheiro Renato Saidel entendia que havia que ficar Política*
1933 *de Saúde, definindo-se o que era da Assistência Social e o que era da Saúde, manifestando ser uma*
1934 *proposta de reordenação dentro da lógica dessas Políticas. O Conselheiro Clodoaldo sugeriu o texto:*
1935 *“diretrizes para o reordenamento”.* O senhor Presidente, concordando, passou à indicação dos
1936 nomes começando pelo Governo, com o Conselheiro Renato de Paula citando o CONGEMAS, com
1937 a Conselheira Marisa. Quanto à Sociedade Civil, o Conselheiro Frederico observando que havia que
1938 se indica uma pessoa com trânsito nas duas Políticas. O Conselheiro Renato Saidel informou que
1939 haveria reunião da Sociedade Civil no dia seguinte, se comprometendo a encaminhar por e-mail o
1940 nome para a Secretaria-Executiva fazer a publicação, o que ficou combinado. O senhor Presidente
1941 destacou a aprovação da resolução, passando para o item 5, proposta de pauta para a reunião de
1942 agosto, com a questão do idoso, monitoramento das deliberações da VII Conferência, ficando
1943 aprovado esse item. A seguir, passou para o **item Relato da Presidência Ampliada**. O Conselheiro

1944 Renato Saidel passou à leitura da **“Memória da Presidência Ampliada – Julho de 2010 Data:**
1945 **06/07/2010 Horário: 18h às 20h Conselheiros presentes:** Carlos Eduardo Ferrari – presidente;
1946 Renato Francisco dos Santos Paula – vice-presidente; Antônio Celso Pasquini – coordenador da
1947 Comissão de Normas; Frederico Jorge de Souza Leite – coordenador de Política; Sérgio Wanderly
1948 Silva – coordenador adjunto da Comissão de Financiamento; Maria Luiza Rizzoti – coordenadora
1949 da Comissão de Conselhos. **Ausências justificadas:** José Geraldo França Diniz – coordenador da
1950 Comissão de Financiamento. **Apoio:** Maria das Mercês – secretária executiva; Silvani Souza –
1951 gabinete do CNAS. 1. Pauta da 2ª Reunião Extraordinária do CNAS, dias 20 e 21 de julho de 2010.
1952 Dia 20/07/2010 – terça-feira - 9h às 1h – Reunião da Comissão de Conselhos; 14h as 18h: –
1953 Reunião da Comissão de Financiamento – apreciação a proposta orçamentária da assistência
1954 social para o exercício de 2011; - Reunião da Comissão de Normas – Regimento Interno. Dia
1955 21/07/2010 – quarta-feira: 9h às 12 – Reunião da Comissão de Financiamento – apreciação da
1956 proposta orçamentária da assistência social para o exercício de 2011. 14h às 18h – Reunião
1957 Plenária – apreciação da proposta orçamentária da assistência social para exercício de 2011.
1958 Pauta da 181ª Reunião Ordinária de 10, 11 e 12 de agosto de 2010: 10/08/2010 – terça-feira - 9h
1959 às 12h – Reunião da Comissão de Conselhos; 14h às 18h – Reunião da Comissão de Normas,
1960 Reunião da Comissão de Financiamento, Reunião da Comissão de Política; 18h às 19h – Reunião
1961 da Presidência Ampliada. 11/08/2010 – quarta-feira - 9h às 9h15 – aprovação da ata da 180ª
1962 Reunião e da pauta. 9h 15 às 10h – informes da Presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT e de
1963 Conselheiros. 10h às 12h – apresentação da estrutura do MDS e SNAS e dos programas, projetos e
1964 serviços e benefícios. 14h às 16h – apresentação e discussão da NOB-SUAS 2010. 16h às 18h –
1965 relato da Comissão Eleitoral. Dia 12/08/2010 – quinta-feira: 9h às 11h – relato da Comissão de
1966 Conselhos; 11h às 12h – relato da Comissão de Financiamento; 14h às 16h – relato da Comissão
1967 de Normas; 16h às 17h – relato da Comissão de Política; 17h às 18h – relato da Presidência
1968 Ampliada. 2. Indicação de representantes do CNAS para compor a: 2.1- Comissão Intergestora
1969 Tripartite – CIT. Manifestaram interesse em representar o CNAS na CIT os seguintes
1970 Conselheiros: Clodoaldo de Lima Leite, Renato Saidel e Sérgio Wanderly. A Presidência Ampliada
1971 sugeriu submeter o assunto à Plenário para a escolha de dois representantes, titular e suplente
1972 para a referida Comissão e ainda para que outros Conselheiros se manifestem sobre o interesse em
1973 compor a CIT, em acompanhar a CIT. 2.2 Comissão Nacional Interministerial do Sistema
1974 Nacional de Atendimento Sócio-educativo – SINASE. Como encaminhamento a Presidência
1975 Ampliada propôs submeter a indicação de titulares e suplentes desta Comissão à Plenária do
1976 CNAS, considerando o perfil necessário para compor a mencionada Comissão. 2.3. Comissão
1977 Nacional Interministerial do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A
1978 Presidência Ampliada indicou o Conselheiro Samuel Rodrigues para representar o CNAS na
1979 condição de titular e submete a indicação de suplente à Plenária. 2.4. Conferência Mundial de
1980 Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social. Permanece o Conselheiro
1981 Frederico Jorge de Souza Leite como representante do CNAS na Comissão Organizadora da I
1982 Conferência Mundial. O CNAS informará a posse da nova Presidência com o intuito de que esta
1983 venha compor o Comitê Executivo junto com as presidências da saúde e previdência social. A vaga
1984 anteriormente ocupada pela ex-presidente do CNAS, Márcia Pinheiro, representante do MDS neste
1985 Comitê será substituída por indicação da SNAS. 3. Convites: De acordo com o que dispõe o item 2
1986 do art. 22 do Regimento Interno do CNAS, Resolução CNAS n. 53/2008, compete à Presidência
1987 Ampliada decidir acerca da pertinência e da relevância de eventos para os quais o Conselho é
1988 convidado. Ressalte-se que a consulta sobre indicação recai, primeiramente, entre os membros que
1989 compõem a Presidência Ampliada, Presidente, Vice-Presidente e os coordenadores das Comissões
1990 Temáticas. Se não houve indicação entre estes membros o assunto à submetido à Plenária para que
1991 outros Conselheiros se manifestem sobre interesse em participar dos eventos representando o
1992 CNAS. 3.1. Palestra sobre controle social no Seminário “Intersetorialidade de Controle Social” em
1993 Goiânia, dia 31 de agosto de 2010. A Presidente do Conselho Estadual de Goiás, Maria Joaquina

1994 *de Jesus, enviou em 28/06/2010 o ofício n. 139/2010, cumprimentando o CNAS pelo excelente*
1995 *trabalho que tem prestado aos Conselhos Estaduais e Municipais do país e solicita*
1996 *disponibilização de palestrante para discorrer sobre o controle social no Seminário*
1997 *“Intersetorialidade de Controle Social”, em Goiânia, que ocorrerá no dia 31 de agosto de 2010.*
1998 *Encaminhamento: A Presidência Ampliada indicou o Presidente Carlos Eduardo Ferrari para*
1999 *participar do seminário. 3.2. Seminário Estadual sobre controle social das políticas públicas,*
2000 *“Efetivando a democracia participativa” em Natal, Rio Grande do Norte, nos dias 3 e 4 de*
2001 *setembro de 2010. O Serviço de Assistência Rural – SAR, da Arquidiocese de Natal convida o*
2002 *CNAS para participar do Seminário Estadual sobre o controle social das políticas públicas*
2003 *efetivando a democracia participativa no dia 3 de setembro de 2010, para expor sobre a política*
2004 *nacional de assistência social e o financiamento público, destacando avanços, retrocessos, limites,*
2005 *oportunidade e desafios no momento do painel do controle social. Encaminhamento: a Presidência*
2006 *Ampliada indicou o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula para o evento. 3.3. Congresso*
2007 *Nacional de Educação Católica do Brasil com o tema “Educação, inovação e empreendedorismo*
2008 *global”, a realizar-se nos dias 21, 22 e 23 de julho de 2010 em Brasília/DF. A Associação*
2009 *Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC convidou o CNAS para compor a mesa de*
2010 *abertura do Congresso Nacional de Educação Católica no dia 21 de julho, às 18 horas no Centro*
2011 *de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília/DF. Encaminhamento: A Presidência indicou o*
2012 *Conselheiro Celso Pasquini. 4. Informes: - Reunião especial da Câmara dos Vereadores de Belo*
2013 *Horizonte no dia 7 de julho de 2010, de 8h às 13h no Plenário da Câmara Municipal situado no*
2014 *bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte, Minas Gerais, para apresentar e discutir o Projeto de*
2015 *Lei n. 111/2009 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte, SUAS –*
2016 *BH. A Conselheira Simone Albuquerque participou da reunião, onde representou o MDS e o CNAS.*
2017 *5. Outros assuntos: 5.1. Procedimentos para aprovação de passagens e diárias pelo Sistema de*
2018 *Concessão de Diárias e Passagens – SCDB, orientações conforme portarias do Ministério do*
2019 *Planejamento, Orçamento e Gestão n. 505, de 29 de dezembro de 2009 e n. 205, de 22 de abril de*
2020 *2010. Obedecendo ao Princípio da Economicidade, a emissão de bilhetes de passagens que o*
2021 *Sistema de Concessão de Diárias e Passagens permite é sempre a de menor preço, prevalecendo,*
2022 *sempre que possível, a tarifa em classe econômica, o que é garantida com autorização de*
2023 *solicitação de viagem no prazo mínimo de 10 dias. Vale esclarecer que o ordenador de despesas*
2024 *referente aos custos com diárias e passagens é o senhor Secretário Executivo do MDS, que*
2025 *responde perante os órgãos de controle interno, CGU e externo, TCU sobre o cumprimento das*
2026 *normas de concessão de diárias e passagens. Seguem outras informações a serem observadas de*
2027 *acordo com a Portaria n. 505/2009. 3. A autorização da emissão do bilhete deverá ser realizada*
2028 *considerando o horário e o período da participação do servidor no evento, o tempo de traslado e*
2029 *a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente*
2030 *utilizando os seguintes parâmetros: a) a escolha do voo deve recair, prioritariamente, em*
2031 *percursos de menor duração, evitando sempre que possível trechos com escalas e conexões; b) o*
2032 *embarque e o desembarque devem estar compreendidos no período entre 7h e 21h, salvo a*
2033 *inexistência de voos que atendam estes horários; c) em viagens nacionais deve-se priorizar o*
2034 *horário do desembarque que anteceda, em no mínimo, três horas o horário previsto dos trabalhos,*
2035 *evento ou missão. Quanto à prestação de contas e diante das Portarias n. 505/2009 e 205/2010, a*
2036 *prestação de contas deve ser apresentada pelo Conselheiro ou colaborador no prazo máximo de*
2037 *cinco dias, contados do retorno da viagem original ou segunda via dos canhotos dos cartões de*
2038 *embarque ou recebido do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, ou*
2039 *declaração fornecida pela empresa de transporte. Ressalta-se que havendo prestação de contas em*
2040 *aberto ordenador de despesa não aprovará nova passagem. O SCDP informará, automaticamente,*
2041 *por e-mail, sobre a pendência da prestação de contas. 5.2. Camisetas e bonés doados. A Legião da*
2042 *Boa Vontade – LBV enviou ao CNAS 36 camisetas da campanha “África do Sul: fiz um gol pela*
2043 *infância brasileira”, campanha de mobilização social em prol dos programas sócio-educativos*

2044 *desenvolvidos por aquela instituição. Diante disso a Presidência Ampliada propõe os seguintes*
2045 *encaminhamentos: enviar ofício à LBV parabenizando pela campanha de mobilização nacional;*
2046 *proceder à doação das camisetas e bonés da CTB ao Gabinete de Crise instalado no Palácio das*
2047 *Princesas, no Estado de Pernambuco. 5.3. Questionário para os Conselheiros do CNAS –*
2048 *Ministério do Planejamento. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Banco*
2049 *Mundial estão realizando um estudo conjunto sobre a taxionomia dos órgãos e entidades no âmbito*
2050 *da administração pública federal visando fazer uma análise do estado brasileiro, dos diversos*
2051 *modelos de suas instituições, formas e áreas de atuação e instrumentos em nível de autonomia e*
2052 *controle. Neste sentido, foi solicitada a colaboração dos Conselheiros do CNAS, titulares e*
2053 *suplentes, na citada pesquisa, que pretende discorrer sobre a percepção de atores públicos*
2054 *estratégicos sobre instrumentos de controle social e de participação dos cidadãos. O MPOG*
2055 *salienta que as informações obtidas serão tratadas para fins de estudo, preservando-se a*
2056 *identidade dos participantes. Encaminhamento: a Presidência Ampliada submete o assunto aos*
2057 *Conselheiros para manifestação daqueles que se disponibilizam a contribuir com a pesquisa. Para*
2058 *tanto, faz-se necessário o preenchimento do questionário anexo, que deve ser entregue até o dia 30*
2059 *de julho de 2010. 5.4. Solicitação de desconto em hotéis de Brasília para os Conselheiros do*
2060 *CNAS. Diante da sugestão de solicitação de desconto/parceria com alguns hotéis em Brasília para*
2061 *hospedagem dos Conselheiros do CNAS, a exemplo do Conselho Nacional de Saúde, a Presidência*
2062 *Ampliada solicita que a Secretária Executiva do CNAS entre em contato com o Conselho Nacional*
2063 *de Saúde para informar-se de como foi o procedimento para concessão de desconto em alguns*
2064 *hotéis em Brasília. 5.5. Livros “Reconhecendo a história e cultivando o córrego Jenipapo”.*
2065 *Presidência Ampliada propõe que os exemplares sejam encaminhados ao acervo do CNAS, ficando*
2066 *à disposição dos Conselheiros para consulta. 5.6. Resolução do Conselho Estadual de Minas*
2067 *Gerais n. 296/2010. Inscrição de entidades no Conselho Municipal e Conselho Estadual, de Minas.*
2068 *O Presidente do Conselho Estadual de Minas enviou ofício n. 61/2010 em 7 de maio de 2010 por*
2069 *meio do qual informa que a Plenária de n. 147, ocorria em 16 de abril de 2010 deliberou pela*
2070 *aprovação da Resolução n. 296/2010, que dispõe sobre a concessão de certificado de inscrição de*
2071 *entidades e organizações de assistência social de Minas Gerais sobre as competências do Conselho*
2072 *Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG. Encaminhamento: a Presidência*
2073 *Ampliada sugere que o CNAS encaminhe ofício à Presidente do Conselho de Minas informando*
2074 *sobre a publicação da Resolução CNAS n. 16, de 5 de maio de 2010, que define parâmetros*
2075 *nacionais para inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços,*
2076 *programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos*
2077 *municípios e do Distrito Federal. Carlos Eduardo Ferrari – Presidente do CNAS”. Com relação ao*
2078 *item 1, o Conselheiro Pasquini indicou a 1ª página, pauta da 2ª Reunião Extraordinária, no dia*
2079 *20/07, onde aparecia Reunião de Comissão de Normas, das 14h às 18h, e que seria no dia 21, das*
2080 *10h às 13h e a Plenária das 14h às 18h. Observou que a pauta da Reunião de n. 181, no dia 12/08,*
2081 *havia uma inversão, com o relato da Presidência Ampliada, que passaria a ser de 9h às 10h. O*
2082 *Conselheiro Wagner indagou se havia ficado aprovada a realização da Plenária Extraordinária,*
2083 *tendo já um compromisso agendado nessa oportunidade, com o senhor Presidente esclarecendo que*
2084 *seria caso não recebessem a tempo os limites para se discutir na Comissão de Financiamento. O*
2085 *Conselheiro Renato Saidel destacou que na 181ª Reunião Ordinária, no dia 11, das 14h às 16h*
2086 *estava apresentação e discussão da NOB-SUAS, entendendo ser a proposta de alteração da NOB-*
2087 *SUAS. O senhor Presidente concordou com essa observação, tendo que colocar a palavra*
2088 *“proposta”. O senhor Presidente indagou se poderia considerar aprovado o item 1 com as duas*
2089 *propostas de pauta, lembrando aos membros das Comissões de Normas, de Financiamento e de*
2090 *Comissão de Conselhos, que iniciariam no dia 20, pela manhã. A seguir, passou para o item 2, com*
2091 *o Conselheiro Renato Saidel colocando que gostaria de entrar na discussão da NOB-SUAS,*
2092 *representando o Conselho na condição de titular. O senhor Presidente indagou ao Pleno quem*
2093 *gostaria de participar na CIT, ficando a indicação dos nomes do Conselheiro Renato Saidel e do*

2094 Conselheiro Clodoaldo. O Conselheiro Carlos Rogério observou que nas gestões anteriores em que
2095 havia participado, geralmente a Sociedade Civil tinha uma conversa anterior para esse debate de
2096 representação do CNAS nas várias agendas, chegando-se a um consenso nas representações.
2097 Registrou esse entendimento para que nas próximas situações tivessem esse contato com a
2098 Sociedade Civil para consensuar e acordar frente a essas situações. O senhor Presidente lembrou
2099 que a representação na CIT era do Conselho Nacional, sendo Governamental e Sociedade Civil. O
2100 Conselheiro Samuel indagou se para representar o CNAS não havia distinção entre suplente e
2101 titular, ao que a Conselheira Leila propôs que a Sociedade Civil fizesse o mesmo encaminhamento
2102 que o Conselheiro Renato Saidel havia feito em relação ao outro item, de que essa indicação fosse
2103 feita no dia seguinte, após a reunião. O senhor Presidente destacou a questão do prazo, sendo dia 14
2104 a reunião da CIT e com indicação do Conselho Nacional. O Conselheiro Wanderly discorreu sobre
2105 a retirada de seu nome, ressaltando o bom trabalho realizado pelos representantes do CONGEMAS
2106 na outra gestão, sendo questão da Sociedade Civil. Após colocações sobre a indicação de Titular e
2107 Suplente, a Secretária-Executiva procedeu à chamada para votação: Conselheiros na titularidade:
2108 Conselheira Anna Cláudia: “eu posso me abster? Eu não conheço suficientemente, não me sinto
2109 confortável, em ter que escolher entre os dois”. Conselheira Gisele: “eu não tenho muitos elementos
2110 também, o voto vai ser sem muito conhecimento de causa do trabalho dos dois Conselheiros. É
2111 muito ruim a gente ser primeiro, podia ser a sociedade civil primeiro! Vou votar no Conselheiro
2112 Renato!”. Conselheira Fátima: “gente, isso é pergunta que se faça uma hora dessas? Olhem a
2113 situação. E eu conheço os dois, é muito complicado esse negócio. Podia, pelo menos, ter sido voto
2114 secreto ou a-minha-mãe-mandou. Bom, eu vou votar no Saidel, desculpa, Clodoaldo!”. Conselheira
2115 Maria do Carmo: “não dá para vocês entrarem em consenso e decidirem? Porque fica tão difícil
2116 para a gente, eu não conheço nenhum, mas em função do Clodoaldo estar na mesma Comissão
2117 minha eu voto no Clodoaldo”. Conselheira Maria Aparecida Godoi: “Em função de eu só tomar
2118 conhecimento disso agora não me sinto em condições de votar, vou me abster desta votação”.
2119 Conselheiro Renato de Paula: “Considerando que a votação é pela titularidade e suplência, portanto
2120 os dois estarão incluídos, Renato Saidel”. Conselheiro, o senhor só vota se houver empate.
2121 Conselheiro Clodoaldo: “eu”. Conselheiro irmão Pedro: “eu também não conheço os dois, vamos
2122 botar fogo na disputa entre os dois para ver. Conheci os dois agora aqui. Voto no Clodoaldo”.
2123 Conselheiro Samuel: “Conselheiro Clodoaldo”. Conselheiro Sérgio Wanderly: “Com risco de a
2124 gente abrir celeuma aqui com a igreja, vou votar no Clodoaldo”. Conselheiro Celso Pasquini:
2125 “Saidel!”. Conselheiro Frederico: “Coelho!”. Conselheiro Carlos Rogério: “Eu vou me abster da
2126 votação”. Conselheiro Carlos Ferrari: “Conselheiro Renato Saidel”. O senhor Presidente passou
2127 para o SINASE, solicitando ao Conselheiro Renato da Paula que falasse sobre o perfil para esse
2128 organismo. O Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre o SINASE, sinformando que na gestão
2129 anterior, quem acompanhava esse Comitê era o Conselheiro Edivaldo. Esclareceu que a indicação
2130 não havia sido feita na Presidência Ampliada porque queriam discutir no Pleno a questão do perfil,
2131 se havia algum Conselheiro interessado, mas que tivesse conhecimento desse debate e como estava
2132 sendo construída essa relação do SUAS e SINASE, que muitas vezes não era tranqüila. Discorrendo
2133 sobre a integração SUAS-SINASE, que tinha trazido algumas dificuldades no sentido do
2134 entendimento dos serviços sócioassistenciais, em especial no que tangia à questão das medidas
2135 sócio-educativas. Destacou que a SNAS e o próprio Conselho estavam à disposição para repassar as
2136 informações e dar suporte para os Conselheiros que participariam da Comissão. O senhor Presidente
2137 relatou que o ex-cConselheiro Edivaldo Ramos havia se prontificado a manter contato com o
2138 Conselheiro que viesse a dar seqüência nesse trabalho, indicando os nomes do Conselheiro Kbeça,
2139 como titular, e da Conselheira Marisa, como suplente. Item 2.3. Comissão Nacional Intersetorial do
2140 Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com a Presidência Ampliada indicando o
2141 nome do Conselheiro Samuel Rodrigues. Indagou se havia mais alguém interessado em participar,
2142 com o Conselheiro Wagner dando seu nome como suplente. O Conselheiro Samuel questionou, no
2143 item 2.2 do SINASE, se havia a possibilidade também de poder ser informado de qual o trabalho da

2144 Comissão Nacional Interministerial do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, de
2145 quem compunha até o presente momento. O senhor Presidente observou que isso seria resgatado,
2146 indicando ser o Conselheiro Caporal, com quem manteriam contato. Após essas colocações ficou
2147 consensuado que o Conselheiro Samuel seria titular e o Conselheiro Wagner, suplente. Na
2148 sequência, o senhor Presidente passou para o item 2.4, Conferência Mundial do Desenvolvimento
2149 de Sistemas Universais e Seguridade Social, que seria um informe, e depois para o item 3, convites,
2150 indicando os eventos: evento sobre o controle social, em Goiás, onde representaria a Presidência;
2151 item 3.2, Conselheiro Renato estaria também representando a Presidência, falando sobre o controle
2152 social nas políticas públicas; Congresso Nacional de Educação Católica, com representação do
2153 Conselheiro Celso Pasquini. Informes: cumprimentou a iniciativa de Belo Horizonte, com o Sistema
2154 Único de Assistência Social dessa cidade, a quem se deveria encaminhar um expediente, assim
2155 como haviam feito com a cidade de São Gabriel do Oeste, submetendo à Plenária. Com relação ao
2156 item 5, destacou que a Sra. Maíra, do Serviço de Apoio ao Colegiado havia falado com a Sociedade
2157 Civil, reiterando a importância de se atentarem a essas regras. Após diversas colocações sobre a
2158 questão de troca de passagens aéreas e da necessidade de se atender a compromissos de última hora,
2159 o Conselheiro Renato Saidel sugeriu que se encaminhasse essa questão para a Comissão de
2160 Financiamento, onde havia representantes do Planejamento, que poderiam dar esclarecimentos e
2161 fazer os encaminhamentos necessários, apresentando uma solução em Plenária. O Conselheiro
2162 Wagner manifestou que a proposta era que se discutisse também com a Comissão de Normas esse
2163 encaminhamento, ponderando que tanto o Governo quanto a Sociedade Civil eram penalizados, mas
2164 tendo suas demandas a serem atendidas. O Conselheiro Frederico ponderou ser necessário definir
2165 qual a Comissão a ser escolhida, pensando na de Conselhos, que formularia uma Resolução
2166 trazendo essa questão do controle de relevância pública dos Conselheiros, para que pudesse pleitear
2167 o assunto das passagens, por não ser um simples papel burocrático, mas também político. A
2168 Conselheira Gisele sugeriu que o assunto fosse tratado na Comissão de Conselhos e, à medida da
2169 necessidade, se convidassem alguns membros de outras Comissões para compartilhar esse debate,
2170 sugestão que foi acatada. Prosseguindo, o senhor Presidente se referiu ao Item 5.2, doação de
2171 camisetas e bonés, com o Conselheiro Clodoaldo indagando se esse material havia sido
2172 encaminhado para o CNAS e a quem seria entregue. O Conselheiro Carlos Rogério informou ter
2173 sido um dos proponentes da doação, trazendo quarenta bonés para distribuir entre os Conselheiros e,
2174 se sobrasse, para os funcionários do CNAS, como forma de divulgar o nome da Central. A
2175 Secretária-Executiva informou que a LBV havia trazido as camisetas para os Conselheiros
2176 conhecerem sua campanha, falando que, conforme encaminhamentos anteriores, inclusive do kit,
2177 esse assunto era submetido à Presidência Ampliada para conhecimento e deliberação. O
2178 Conselheiro Clodoaldo observou ser importante esclarecer com relação ao Código de Ética, com o
2179 Regimento tendo alguma diretriz nesse sentido. A seguir, o senhor Presidente indicou o
2180 questionário que seria distribuído para os Conselheiros para contribuírem com a pesquisa, atendo-se
2181 ao único critério que era o limitador da data e que precisava ser atendido. Indicou que o Item 5.4,
2182 era um Informe, com a Secretaria-Executiva fazendo o contato com a Saúde e com os livros estando
2183 à disposição na biblioteca do CNAS. Citou o Item 5.6, com o CEAS Minas Gerais apresentando
2184 uma Resolução tratando da inscrição de entidades nos Conselhos Municipais daquele estado e
2185 informando que havia uma inscrição que tratava dos parâmetros nacionais de inscrição nos
2186 Conselhos Municipais. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente
2187 agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e
2188 depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte
2189 integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de 2010.